

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
SOCIOESPACIAL E REGIONAL**

CARMEM BARROSO RAMOS

A AÇÃO DO TURISMO NOS LENÇÓIS MARANHENSES:
a Comunidade São Domingos entre a tradição e a modernidade

São Luís
2012

CARMEM BARROSO RAMOS

A AÇÃO DO TURISMO NOS LENÇÓIS MARANHENSES:
a Comunidade São Domingos entre a tradição e a modernidade

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional da Universidade Estadual do Maranhão-UEMA para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Socioespacial e Regional, na área de concentração em Desenvolvimento e Diversidade Regional.

Orientador: Prof. Dr. José Henrique de Paula Borralho

São Luís
2012

CARMEM BARROSO RAMOS

**A AÇÃO DO TURISMO NOS LENÇÓIS MARANHENSES:
a Comunidade de São Domingos entre a tradição e a modernidade**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional da Universidade Estadual do Maranhão-UEMA para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Socioespacial e Regional, na área de concentração em Desenvolvimento e Diversidade Regional.

Aprovada em: ____ / ____ / ____

BANCA EXAMINADORA:

Prof. José Henrique de Paula Borrvalho (Orientador)
Doutor em Historia Social
Universidade Federal Fluminense - UFF

Prof. Marcelo Cheche Galvez
Doutor em História
Universidade Federal Fluminense - UFF

Prof^a Zulene Muniz Barbosa
Doutora em Ciências Sociais
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUCSP

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação-PPG da Universidade Estadual do Maranhão-UEMA pelo apoio dado através da bolsa de mestrado, que muito contribuiu no custeio das viagens a campo. Também agradeço à Rejane, da PPG, que sempre me recebeu com carinho e simpatia.

Agradeço a todos os colegas e professores do Mestrado em Desenvolvimento Socioespacial e Regional, pela convivência e pelos diálogos que muito contribuíram no foco do trabalho de pesquisa acadêmica, em especial ao meu orientador José Henrique de Paula Borralho, por estar sempre à disposição nos momentos necessários.

Aos meus pais, Manoel e Maria Celeste; aos meus irmãos, Fernando, Geordano, Lúcia, Jorge, João, Patrícia, Manoel, Vinicius e Paulo. A preocupação de todos eles e o diálogo aberto me deram forças para continuar a jornada.

Agradeço ao meu companheiro Siney Ferraz, pela compreensão, carinho e, principalmente, pela sua atenção incansável, e por nossos constantes diálogos, que foram decisivos para o desenvolvimento deste trabalho.

À minha filha Ana Catharina, pelas conversas alegres e descontraídas que aliviavam os meus momentos de tensão.

À minha cunhada Maria José (Zezé), pela leitura dos meus primeiros escritos e pelas suas “dicas” sempre enriquecedoras.

Ao meu cunhado Roberto Frota, agradeço a disposição em contribuir nos detalhes finais do trabalho.

Ao professor Adalberto Franklin, pela revisão gramatical e normalização, meus sinceros agradecimentos.

Ao primo Lourival Ramos Junior, pelas conversas instrutivas que me proporcionaram subsídios no continuar das pesquisas.

A Monica Pacheco, que mesmo em meio a tantas ocupações, reservou um tempinho para me ajudar na tradução do resumo.

Agradeço e dedico este trabalho a todas as pessoas da comunidade São Domingos e Boa Vista, que abriram suas casas e seus corações, expressando sua verdade em gentilezas e palavras. A todas, o meu mais sincero respeito e admiração.

Enfim, às pessoas que, de alguma forma, tornaram possível a concretização desta dissertação.

"Em relação a todos os atos de iniciativa e de criação, existe uma verdade fundamental cujo desconhecimento mata inúmeras idéias e planos esplêndidos: a de que no momento em que nos comprometemos definitivamente, a Providência move-se também". Toda uma corrente de acontecimentos brota da decisão, fazendo surgir a nosso favor toda sorte de incidentes e encontros e assistência material que nenhum homem sonharia que viesse em sua direção. O que quer que você possa fazer ou sonhe que possa, faça. Coragem contém genialidade, poder e magia...". (Goethe)

RESUMO

Esta dissertação analisa os processos de desenvolvimento socioeconômico da Região dos Lençóis Maranhenses e seus impactos socioculturais e ambientais sobre comunidades tradicionais. Desde a passagem da Petrobrás na década de sessenta do século XX e se intensificando com a construção da rodovia MA-402 em 2002, a região foi inserida no circuito nacional e internacional de turismo representando a chegada da modernidade. Para tanto foi escolhida a Comunidade de São Domingos no município de Barreirinhas-Ma como estudo de caso, na intenção de perceber as mudanças socioeconômicas e culturais vividas por esse segmento social frente a essa modernidade. O turismo de veraneio se destaca como fator principal das rupturas daquilo que são as permanências de práticas econômicas e socioculturais tradicionais. A especulação imobiliária, as relações de trabalho e as transformações socioespaciais são as principais consequências desses impactos ocorridas no processo de modernização. O cotidiano dessa comunidade foi alterado com a presença dos novos elementos de relações econômicas contemporâneas capitalistas. A dinâmica do desenvolvimento turístico que ocorre dentro desta comunidade sem um planejamento que leve em conta o desenvolvimento local torna irreversível a degradação sócio-cultural e ambiental.

Palavras- chave: Comunidade tradicional, modernidade, turismo, socioespacial, contradições

ABSTRACT

This paper analyses the socio-economic development process of Lençóis Maranhenses Region and its sociocultural and environmental impacts on traditional communities. Since Petrobrás passing in the seventies of the twentieth century and being increased by the construction of MA-402 highway in 2002, the region was inserted in national and international tourism circuit which represented the arrival of modernity. São Domingos Community in Barreirinhas City, State of Maranhão, Brazil, has been chosen as a case study aiming to point out the socio-economic and cultural changes experienced by this social segment facing modernity. Summer tourism emerges as the main cause of the rupture of economic and sociocultural traditional practices. Real estate speculation, work relationships and socio-spatial transformations are the principal impact consequences due to modernization process. The daily life of this community was modified by the presence of the new elements related to contemporary capitalist economic relations. The tourism development dynamics that takes place in this community does not take local development into account, therefore making sociocultural and environmental degradation irreversible.

Keywords: traditional community, modernity, tourism. socio-spatial, contradictions

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1 – Limites do Município de Barreirinhas	21
Mapa 2 – Os Lençóis Maranhenses e seus principais povoados	21
Foto 1 – Vista aérea do rio Preguiças	26
Foto 2 – Fabricação da farinha de mandioca na comunidade São Domingos	30
Foto 3 – Utensílios domésticos artesanais (pote e jacá)	33
Foto 4 – Artesã na extração do linho da palha do buriti	35
Foto 5 – homem no trabalho com a palha da carnaúba	36
Mapa 3 – Planejamento de investimentos para o Maranhão	41
Mapa 4 – Bacias petrolíferas na área de influência de Barreirinhas	42
Mapa 5 – Rodovia MA 402 – Translitorânea	43
Foto 6 – Congestionamento de veículos em dia de feriado prolongado	43
Gráfico 1 – Os meios de transporte utilizado para chegar à região (dados de 2010)	52
Mapa 6 – Pólos turísticos definidos para o Maranhão na primeira versão do Plano Maior....	53
Quadro 1 – Roteiro turístico oferecido comercialmente em Barreirinhas	54
Foto 7 – Panfleto publicitário dos roteiros turísticos na região dos Lençóis	56
Mapa 7 – Mapa Turístico do Maranhão	57
Quadro 2 – Receita turística e impactos econômicos do turismo no Maranhão	67
Gráfico 2 – Motivo da viagem a Barreirinhas em 2010	68
Fotos 8 e 9 – Casa de Apoio ao pescador artesanal e fábrica de gelo no povoado Boa Vista	77
Quadro 3 – Zona de Interesse Turístico do São Domingos	79
Fotos 10 e 11 – Complexo hoteleiro às margens do rio Preguiças	82
Quadro 4 – Estimativa da população do município de Barreirinhas em uma década	87
Foto 12 e 13 – Contrastes nas moradias	89
Foto 14 – Principal Porto da comunidade São Domingos	92
Fotos 15 e 16 – Os muros que se erguem	94

LISTA DE ANEXOS

ANEXO A – Número de famílias dos povoados Boa Vista, São Domingos e Mangaba	113
ANEXO B – Protocolo para pesquisa no livro de aforamento do Município de Barreirinhas	114
ANEXO C – Ofício do TJ-MA proibindo constituição de enfiteuse e subenfiteuses	115
ANEXO D – Decreto que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e comunidades Tradicionais	116
ANEXO E – Notícia em jornal — Setor hoteleiro aquecido em barreirinhas	121
ANEXO F – Notícia em jornal — Imóveis residenciais foram transformados em pousadas	122
ANEXO G – Notícia em jornal — Vila Lençóis	123
ANEXO H – Notícia em jornal — Campanha Vote Lençóis ganha o apoio dos Sistema Mirante	124
ANEXO I – Classificados em jornal de São Luís	125
ANEXO J – Classificados em jornal – Imóveis em Barreirinhas	126
ANEXO K – Entrevista – Edvirges B. Santos	127
ANEXO L – Entrevista – Enéas Miranda Conceição	130
ANEXO M – Entrevista – Francisca Machado Barroso	134
ANEXO N – Entrevista – Manoel da Silva Ramos	136
ANEXO O – Entrevista – Isac Machado Barroso	139

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	ANTECEDENTES SÓCIO-HISTÓRICO DA COMUNIDADE DE SÃO DOMINGOS	20
2.1	Caracterização da área.....	20
2.2	O povoamento da região	24
2.3	Os rios, riachos, igarapés e os afazeres diário.....	26
2.4	Uso do acervo vegetal na vida cotidiana.....	33
3	E A MODERNIDADE VEIO COM A ESTRADA.....	38
3.1	Saindo do isolamento	38
3.2	A estrada inscrita nos Planos Governamentais do turismo	42
3.3	O encontro do urbano com o rural na comunidade de São Domingos.....	45
3.4	Os matizes do turismo	51
3.5	Um lugar de turismo de veraneio	63
4	AS TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAL DA COMUNIDADE DE SÃO DOMINGOS	71
4.1	As mentalidades e representações coletivas em conflito	71
4.2	Apropriação do espaço e as transformações nas relações sociais	73
4.3	Os novos donos do pedaço	82
4.4	As moradias temporárias.....	85
4.5	Os impactos das atividades de veraneio sobre a população local	90
4.6	A simbiose entre a tradição e a modernidade na comunidade	98
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	102
	REFERÊNCIAS	104
	ANEXOS	112

1 INTRODUÇÃO

O tema deste trabalho constitui-se em um estudo das transformações socioeconômicas e culturais da região conhecida, hoje, como Lençóis Maranhenses, instituídas nas últimas três décadas como pólo turístico. Essa inserção da região no circuito turístico brasileiro se deu a partir da criação do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses (PNLM)¹ em junho de 1981 pelo Decreto Lei 86.060 e a formulação de um programa estadual de turismo que implementou uma grande divulgação nos diversos meios de comunicação, atraindo, para esse lugar, um intenso fluxo de vendedores e consumidores do turismo em seus vários aspectos.

Marcado profundamente por esse novo sentido dado à região, as comunidades já existentes entraram nesse mundo de forma forçada e impactada pela crescente especulação imobiliária e pela invasão dos turistas, com seus modos de vida peculiares. Todos os municípios da região, incluindo seus povoados e vilarejos, principalmente o de Barreirinhas, centro convergente e referência desse fenômeno, sentiram os reflexos de sua inserção no roteiro da indústria do turismo nacional.

Das comunidades impactadas, São Domingos foi escolhida como estudo de caso para esta investigação, porque tornou-se um espaço representativo das transformações provocadas pelo turismo, repercutindo em todas as dimensões de sua vida cotidiana. Essa localidade se transformou rapidamente em espaço de moradias temporárias (condomínios fechados, hotéis, pousadas, chácaras e casas de veraneio) direcionadas a um turismo de lazer.

Outro fator que contribuiu para esta escolha foi o fato de que eu mesma presenciei vários momentos dessa metamorfose, pelo convívio familiar e minha permanente ligação de pertencimento a essa localidade. Posso dizer que recorro, em parte, às minhas memórias como forma de impulsionar meu interesse pela pesquisa.

O turismo de veraneio e sua consequência na transformação do espaço deverá transformar essa localidade. A entrada de gente “estranha” e a rápida construção de hotéis,

¹ O PNLM está inserido na região do litoral oriental maranhense. Apresenta uma linha de costa regular e parte de sua extensão é coberta por uma vasta área de dunas de areia, onde se formam centenas de lagoas de água doce no período chuvoso. As dunas são altas, chegando a medir até 40 metros de altura, e se movimentam constantemente com o vento, o que dá a impressão de formar um lençol gigante. O Parque apresenta áreas de restinga, manguezais e uma faixa marinho-costeira com cerca de 70 quilômetros de extensão de praia e um quilômetro entrando pelo mar. O PNLM tem território de 155.000 hectares e uma área costeira regular com 270 quilômetros de perímetro, abrangendo parte dos municípios de Barreirinhas (44,86%), Santo Amaro do Maranhão (42,15%) e Primeira Cruz (6,89%) (ICMBIO, 2008).

casas de veraneio e pousadas de luxo, que atravessam as povoações pequenas e de gente simples, são situações constantes em Barreirinhas.

Independentemente da inserção dos Lençóis Maranhenses no contexto do turismo nacional, essa região já sofria a influência do desenvolvimento capitalista desde a chegada do rádio, nos anos sessenta, das estradas que se abriam diante ação da Petrobrás, da energia elétrica e televisão nos anos '70 do século vinte.

A comunidade de São Domingos, assim como os vários povoados vizinhos, só foram contemplados com energia elétrica nos anos '80 do século passado. As famílias se reuniam ao anoitecer à luz das lamparinas para conversar, contar casos, piadas e histórias.

Nas histórias contadas pela comunidade sobre suas pescarias, em que, navegando nas águas do rio Preguiças, enfrentavam os ventos e as marés, dominando esse pedaço da natureza, mesclavam visões e lendas, como as da mãe d'água, da cabeça-de-cuia, visagens e botijas de ouro encantadas, trazendo elementos representativos de um cotidiano simples que contrasta com a inserção de traços culturais ditos modernos.

Este trabalho é um mergulho no passado, na busca da identidade dessa comunidade imersa no mercado turístico, atividade emblemática do capitalismo contemporâneo. Nesta procura, busca-se reaprender as soluções simples da vivência dos ancestrais e reatar o contato com a tradição diluída.

Algumas preocupações deste estudo conduziram às seguintes premissas: 1) Com o desenvolvimento acelerado do turismo em Barreirinhas, a comunidade de São Domingos vivencia o crescimento de empreendimentos imobiliários direcionados à segunda moradia; 2) O desenvolvimento da atividade de veraneio provocou muitas mudanças, e uma delas é o interesse pela terra, que deixou de ter valor de uso e passou a ter valor de troca; assim também, a cultura se transforma em item do mercado do entretenimento; 3) Desagregação gradativa do grupo familiar das atividades culturais tradicionais herdadas de seus antepassados, vitimados por várias situações, até mesmo por parte de parentes, que retornam à comunidade com a intenção de se apropriarem individualmente das terras que anteriormente pertenciam ao grupo familiar, gerando assim rupturas e intrigas entre esses segmentos; 4) Discurso contraditório em relação ao desenvolvimento e sustentabilidade dessas comunidades locais e suas identidades socioculturais.

A relevância deste estudo está em pensar a comunidade de São Domingos como parte da sociedade maranhense frente à fragmentação de seus espaços de viver e trabalhar, diante da invasão das novas moradias temporárias, fruto da atividade de veraneio que se instala na região.

A contribuição para as ciências sociais também é pensada no âmbito da relação microssocial (temas específicos) e estudos macrossociais, ou seja, traduzir a parte no todo, utilizando-se do instrumental científico, que se deu através da pesquisa qualitativa (trabalho de campo, observação participante e rodas de conversas). Dessa forma, registrar o vivido é proporcionar outras possibilidades de ação.

A partir do trabalho de investigação, percebem-se as mudanças socioeconômicas e culturais vividas na comunidade de São Domingos, no município de Barreirinhas (MA), frente ao desenvolvimento do turismo de veraneio. Essa forma de lazer trouxe conflitos no âmbito da mentalidade, do espaço local e da cultura. A relação entre população flutuante e população permanente se eleva gradativamente como fruto da propaganda de um desenvolvimento que coloca em xeque práticas tradicionais.

Verificou-se que a história recente da região se depara com a construção da Rodovia MA-402, ou Translitorânea, fruto dos planos de turismo estadual. Assim, buscou-se pesquisar se a atividade de veraneio provocou a perda gradativa dos valores culturais tradicionais dessa comunidade. As questões centrais são as seguintes: Que tipo de modificação essa forma de turismo traz para a comunidade de São Domingos? Como a comunidade de São Domingos percebe as mudanças advindas do veraneio?

Este trabalho analisou, no âmbito geral, as relações intrínsecas na comunidade, enfocando que, diante de sua inserção no mercado turístico, ela vive as incertezas inerentes às forças de suas tradições e das mudanças socioeconômicas e culturais provocadas por essas novas relações.

Os segmentos sociais da pesquisa: pescadores, extrativistas, agricultores, artesãos, frente ao fenômeno da atividade do veraneio na comunidade, segue sua tessitura do cotidiano, apesar do conflito com novos elementos socioeconômicos e culturais.

O trabalho procurou perceber, também, como as pessoas da área interpretam o antes e o depois da chegada do movimento turístico; detectar como era e como se constitui hoje a relação da comunidade com a terra, a diversidade cultural e as atividades produtivas; investigar a transformação socioespacial e suas consequências no âmbito econômico, social, cultural e ambiental; analisar os discursos sobre o desenvolvimento.

As categorias de análise aqui desenvolvidas correspondem a conceitos básicos que refletem aspectos essenciais e gerais do real e suas conexões. As funções dessas categorias são a compreensão de uma realidade social concreta; interpretar o real em suas múltiplas determinações, considerando a realidade social em seus movimentos e relações.

Neste trabalho, foram elencadas as seguintes categorias de análise: turismo e sociedade, baseado em Krippendorf (2000) e Barretto (2001); comunidades tradicionais apoiado em Almeida (2006) e Diegues (1996). Para analisar os fenômenos que permeiam a influência da atividade veranista sobre a comunidade de São Domingos, os seguintes conceitos serão úteis: tradição e modernidade, baseado em Martins (2000); Desenvolvimento em Castro-Gomez (2005) e Escobar (2007); metamorfose do espaço em Santos (2006); e Estado com Gramsci (1978). Paralelamente, utilizaremos outras referências bibliográficas de confronto, no intuito de enriquecer o debate.

As lutas sociais por direitos trabalhistas na sociedade industrial proporcionaram conquistas que incluíram horários de trabalho reduzidos, ganhos salariais maiores, férias regulares e remuneradas etc. Esses ganhos foram fundamentais na sociedade moderna no que concerne a um tempo livre, podendo ser utilizado de acordo com o livre arbítrio de cada um, seja estudando, cuidando da saúde, fazendo artesanato ou mesmo viajando para lugares próximos ou distantes.

Krippendorf (2000) afirma que nos dias de hoje a necessidade de viajar se dá diante do trabalho cada vez mais mecanizado, compartimentado e muitas vezes feito contra a vontade nos espaços urbanos, gerando assim esgotamento físico e psíquico. As pessoas sentem em seu âmago a monotonia do cotidiano, a necessidade de se desfazer da rotina massificante do trabalho e da moradia, a fim de estar em condições de retomá-la ao regressarem da viagem turística. Dessa forma, as viagens proporcionam o consumo do clima, da natureza e da paisagem, da cultura e dos seres humanos das regiões visitadas, que são transformadas em “espaços terapêuticos”.

Referindo-se à paisagem e espaço, Santos (1998) deixa claro que tanto a paisagem quanto o espaço resultam de movimentos superficiais e de fundo da sociedade, uma realidade de funcionamento unitário que se torna um mosaico de relações, de formas, funções e sentidos. Especificamente, para Santos (1998), a paisagem é tudo aquilo que vemos, aquilo que nossa visão alcança. Esta pode ser definida como o domínio do visível. A dimensão da paisagem é a dimensão da percepção, o que chega aos sentidos. Por isso, o aparelho cognitivo tem importância crucial nessa apreensão, pelo fato de que toda nossa educação, formal ou informal, é feita de forma seletiva, em que pessoas diferentes apresentam diversas versões do mesmo fato. Nossa tarefa, segundo o autor citado, é a de ultrapassar a paisagem como aspecto, para chegar ao seu significado.

Na fuga das cidades em direção a algum lugar de descanso, as pessoas procuram locais que diferem do espaço urbano. Muitos buscam lugares com belezas naturais e, frequentemente, encontram-se com grupos humanos simples ou tradicionais. Esse encontro quase sempre é marcado pela hegemonia da cultura urbana em detrimento da cultura local tradicional, que se configura em espaços de comunidades tradicionais².

Trazer à tona a categoria *populações* ou *comunidades tradicionais* é pensar em termos abrangentes. Essas comunidades sempre sofreram com o processo histórico de exploração sociocultural. Trazem as marcas de uma trágica herança cultural, de um povo colonizado e escravizado. Particularmente, a região norte e nordeste brasileiras, com seus grupos humanos biotipicamente miscigenados, foram considerados entrave ao desenvolvimento.

No Brasil, as comunidades tradicionais ocupam cerca de 25% do território e correspondem, aproximadamente, a 4,5 milhões de pessoas. Destas, dois milhões são quilombolas; um milhão de atingidos por barragens; 435 mil indígenas; 400 mil quebradeiras de coco babaçu; 37 mil seringueiros; e 163 mil castanheiros. Outras categorias, como os faxinalenses, comunidades de fundo de pasto, pomeranos, ciganos, giralzeiros, vazanteiros, piaçabeiros, pescadores artesanais, pantaneiros, afro-religiosos, peconheiros e outros sujeitos sociais emergentes que possuem identidades coletivas fundamentadas em direitos territoriais e uma autoconsciência cultural (BRASIL, 2011b, [on-line]).

Essa população detém conhecimentos sobre a natureza e um legado cultural que é transmitido ao longo de várias gerações. Faz parte do viver diário desse povo a convivência com o ambiente natural, que acontece de forma simbiótica, pois os elementos da natureza possuem um valor simbólico que ultrapassam a condição de bem material.

Com a evolução científica e tecnológica, a sociedade urbano-industrial promoveu um desprezo por esses povos, classificando-os de inferiores e distantes da “civilização”. Almeida (2008) enfatiza que, ideologicamente, os conhecimentos tradicionais são geralmente considerados folclóricos, até mesmo como forma de menosprezar toda uma gama de experiências centenárias, que vão desde a forma peculiar de usos da terra, como seu cultivo e manejo, até a extração e convívio de forma estável com os elementos da natureza.

Analisar o processo de transformação socioeconômica e cultural na comunidade de São Domingos é, também, entender a complexidade histórica das relações sociais

² Assim considera-se dada a situação em que os costumes e valores guardam características de seus ancestrais, tanto nas atividades de trabalho, quanto as relações coletivas baseadas na afetividade.

contemporâneas, diluídas em estruturas particulares de temporalidades. Nesse ponto aparece a reprodução da vida e historicidades próprias.

A noção de tradição aqui colocada se configura na persistência de relações antigas de trabalho e de vivência. Esse grupo humano ainda vive relações econômicas, concepções de mundo e de vida focados na família e na comunidade. O objetivo é propor uma compreensão sociológica da permanência dessas relações, apesar da inserção do fenômeno do mercado turístico e do veraneio.

Milton Santos, refletindo sobre o espaço e as atividades humanas, observa que

Este espaço aparece como um substrato que acolhe o novo, mas resiste às mudanças, guardando o vigor da herança material e cultural, a força do que é criado de dentro e resiste, força tranquila que espera, vigilante, a ocasião e a possibilidade de se levantar. (SANTOS, 2006, p.16)

A contribuição de Martins (2008) se faz preciosa no momento em que analisa o homem comum dividido e impotente, mas que cria e recria ritos e procedimentos cotidianos. Recicla relações sociais, reapropria as tradições para enfrentar a privação de história e de compreensão plena que lhe impõe a modernidade, que o minimiza e o coisifica. Assim, ele adere, resistindo para viver e vencer a seu modo o mal-estar da sociedade da incerteza.

Martins (2008) reafirma que, em nossa sociedade capitalista, o fenômeno do arcaísmo se apresenta com formas, consciência e temporalidades diversificadas e desencontradas diante dos ritmos desiguais de seu desenvolvimento, pois a sociedade atual não é constituída de uma temporalidade única.

Para perceber esses mundos desencontrados, Martins (2008) utiliza o termo “fratura” para entender a história social marcada por transições na cotidianidade do homem simples mergulhado no processo modernizador, pois a modernidade anunciada com suas promessas de progresso linear não mostrou suas realizações realmente humanas, mas se pautou em um caráter ambíguo e cínico.

Milton Santos (2006) recorre ao conceito de rugosidade e percebe-o como a sobreposição do passado como forma, espaço construído e paisagem. É o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, em que as coisas se substituem e se acumulam em todos os lugares. As rugosidades se apresentam como formas isoladas ou como arranjos. Elas nos trazem os restos de divisões do trabalho já passadas (todas as escalas da divisão

do trabalho), os restos dos tipos de capital utilizados e suas combinações técnicas e sociais. Em cada lugar, o tempo atual se defronta com o tempo passado, cristalizado em formas³.

Contrapondo o mundo globalizado com o mundo local, Santos (2006) enfatiza que o global é mediatizado por uma organização perversa, da falsidade e do engodo. O local é onde revemos o mundo e ajustamos nossa interpretação, pois nele está o recôndito, o permanente; é onde o real triunfa sobre o movimento, o passageiro, o imposto de fora.

As palavras de ordem do presente período, segundo Santos (2006), são a fluidez e a competitividade, estimuladas de fora das sociedades implicadas e instaladas pela sedução das teorias ou pela violência da moeda. A exigência de fluidez manda baixar fronteiras, melhorar os transportes e comunicações, eliminar os obstáculos à circulação do dinheiro, suprimir as rugosidades hostis ao galope do capital hegemônico transformador.

Todo trabalho acadêmico tem seu tempo determinado pela lógica formal da instituição científica. Nesse contexto, o filósofo Ricoeur (1997) lembra que podemos observar a realidade sob duas perspectivas: o vivido como o retrato da experiência cotidiana, da relação social, do fazer-se, e o aspecto do narrado, que constitui a interpretação desse vivido, o espaço de atuação das ciências sociais, a captura da realidade e sua transformação em texto escrito.

É bem verdade que o tempo da narrativa e construção do texto é limitado pela multiplicidade de fenômenos que a realidade proporciona. Só através de estudos profundos das condições socioeconômicas, culturais e ambientais dessa comunidade, foco desta pesquisa e suas particularidades, é que se pode otimizar a promoção de um projeto de estruturação da sociedade maranhense para compreender a sua transformação.

A pesquisa seguiu o enfoque crítico-dialético, na intenção de compreender o objeto nos diversos aspectos: histórico, político, social, econômico e cultural. A intenção maior é entender a relação do homem com o espaço local, formando uma totalidade. Dessa forma, estudar o espaço, como faz Milton Santos (2006), Em conjunto com as empresas

³Para desenvolver o conceito de rugosidade Milton Santos (2006) recorre a noção, proposta por Th. Hughes(1980) de *reverse salient*, decorre dessa contingência histórica. Segundo este autor, um *salient* é uma protusão resultante da expansão não homogênea dos sistemas tecnológicos. Os *reverse salients* são componentes do sistema técnico que se tornou velho. Os *reverse salient* são anomalias técnicas ou organizacionais que resultam da elaboração desigual ou da evolução desigual de um conjunto e de tal maneira que, quando uma parcela progride, uma outra se atrasa. Santos se pergunta: não seria isso, de algum modo, equivalente à nossa noção de *rugosidade*? Há, todavia, diferenças. As rugosidades não podem ser apenas encaradas como heranças fisicoterritoriais, mas também como heranças socioterritoriais ou sociogeográficas. A diferença entre rugosidades e *reverse salient* vem, neste último caso, do caráter quase absoluto do valor em si de uma existência técnica, enquanto na análise geográfica não há valores em si. O valor de um dado elemento do espaço, seja ele o objeto técnico mais concreto ou mais performante, é dado pelo conjunto da sociedade, e se exprime através da realidade do espaço em que se encaixou.

turísticas, as instituições governamentais, o meio socioecológico e cultural local, abarcando a totalidade.

Para analisar a inserção da comunidade na perspectiva do desenvolvimento do mercado turístico de veraneio, tendo a terra e bens culturais como mercadoria, utilizou-se a dialética materialista baseada em pressupostos marxistas e gramscistas, de forma a compreender o fenômeno em seu trajeto histórico e em suas inter-relações com outros fenômenos, os processos de transformação, suas contradições e suas potencialidades. Segundo Konder (1999), dentro desse processo dialético nada escapa ao movimento, à mudança, às transformações da história, revelando as alienações e as contradições do modelo de desenvolvimento econômico.

A pesquisa qualitativa norteou este trabalho a partir de um universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes que correspondem a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos a operacionalização de variáveis.

Os processos operativos seguiram primeiramente a partir de referências bibliográficas; análise em documentos informais (revistas, jornais, páginas eletrônicas) e análise em documentos oficiais (Planos Nacionais Estaduais e Municipais de Turismo, Plano Diretor do Município, Lei de Zoneamento Urbano e Lei Orgânica).

Num segundo momento, a pesquisa se deu por meio do trabalho de campo composto de observação direta, entrevistas abertas, história de vida dos antigos moradores. Para se conhecer a história de uso e ocupação do espaço e a atual situação da comunidade, recorreu-se a um diálogo comparativo ou análise cruzada, como faz Paul Thompson, em que se relacionam as fontes primárias, secundárias e as fontes orais. Thompson (1992, p. 176) deixa claro que “todas elas [as fontes] são falíveis e sujeitas a viés, e cada uma delas possui força variável em situações diferentes. Em alguns contextos, a evidência oral é o que há de melhor; em outros, ela é suplementar, ou complementar, à de outras fontes”.

A estrutura do texto escrito é formada por três capítulos, incluindo também a Introdução e a Conclusão.

O primeiro trata dos “Antecedentes sócio-históricos da comunidade de São Domingos”, onde se apresenta sua caracterização histórica e geográfica, sua relação com os demais povoados, como ocorreu sua ocupação e se deram as relações socioeconômicas e culturais locais.

O segundo capítulo é intitulado “E a modernidade veio com a estrada”. Aqui se aborda a construção de uma nova mentalidade a partir da Rodovia MA-402, ou

Translitoranea, pois verificou-se que a história da região se altera com a construção dessa estrada, fruto de planos de turismo estadual. A ideologia do desenvolvimento propagado pelos mais diversos meios de comunicação inclui o projeto da rodovia MA 402, intensificando o fenômeno do turismo. Neste nexos, aborda-se o conflito entre o rural e o urbano na comunidade de São Domingos, tendo o turismo de veraneio como pano de fundo.

O terceiro capítulo trata das “Transformações socioespaciais da Comunidade de São Domingos”, onde se destaca o citado confronto. Na comunidade, a relação entre população flutuante e a população permanente se eleva gradativamente, fruto da propaganda de um desenvolvimento que coloca em xeque as práticas tradicionais locais. Como esses rearranjos estão acontecendo? Como ocorre a apropriação do espaço e as mudanças nos níveis das relações sociais? Em que situação se dá a propriedade da terra com a aquisição destas por novos moradores para a construção de casas e sítios de veraneios? E os impactos advindos dessa nova relação? Nessa parte buscou-se entender a inserção da atividade de veraneio na localidade como indutor dessas mudanças socioeconômicas e culturais.

A realização deste estudo numa abordagem sócio-histórica tem como ponto básico compreender a inserção das atividades do turismo de veraneio em comunidades que sofrem a fragmentação de seus espaços de vivência.

2 ANTECEDENTES SÓCIO-HISTÓRICOS DA COMUNIDADE SÃO DOMINGOS

Quero ecoar meu grito às belezas deste céu, às praias, aos pescadores, às matas, aos lavradores que lutam com seu vigor; Sol fecundo que encerra todo segredo da vida, recanto saudável e feliz de verdores farfalhantes dos palmeirais que o bendiz. (CONCEIÇÃO, 2010, p.24)

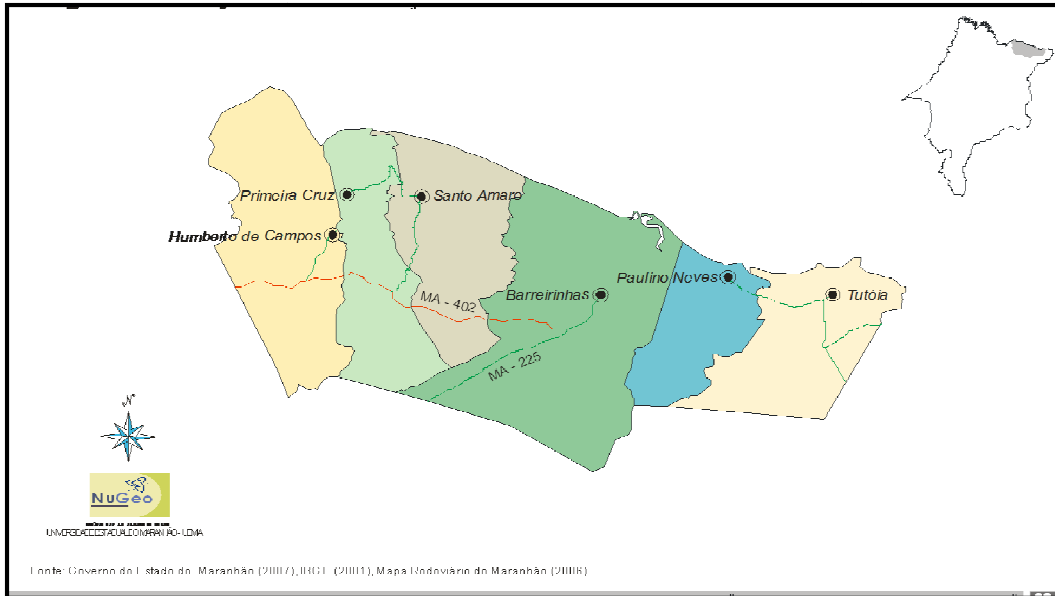
Estudar comunidades ditas tradicionais é um desafio na pesquisa social, pois leva a vários questionamentos existenciais. Por exemplo: como lidar com o “outro”? Como estudar esse “outro”?

São Domingos, local da pesquisa, tem uma população de oitenta famílias, de acordo com dados de 2011 do Programa Saúde da Família (PSF). Apresenta um cotidiano cultural marcado por atividades não-urbanas. Apesar de estar a cinco quilômetros do centro administrativo do município de Barreirinhas, seu dia a dia é marcado por atividades ligadas à lavoura, à pesca, ao artesanato, à confecção de canoas e ao extrativismo. Seus habitantes ainda mantêm fortes relações comunitárias.

2.1 Caracterização da área

Com uma área de 3.112 quilômetros quadrados e uma população de 54.991 habitantes (IBGE, 2010), integra a Microrregião Leste Maranhense, no litoral oriental do Estado (mapa a seguir). A região de Barreirinhas tem uma paisagem ambiental diversificada.

A região se compõe por um ecossistema exótico, talvez único. Ao norte há o oceano. Da praia para o interior predomina o areal, cenário de enormes dunas e lagoas, nos grandes desertos: os Grandes Lençóis (a oeste do rio Preguiças) e os Pequenos Lençóis (a leste do mesmo rio). Rumo ao sul, o areal se confunde com a vegetação agreste até que esta se torna a típica do cerrado. Na foz dos rios maiores (o Preguiças e o Peria, por exemplo) encontra-se o mangue, que resiste à contínua ação do vento [...]. Nas margens dos rios e várzeas, surgem as palmeiras, sobretudo do buriti. (D'ANTONA, 2000, p. 23)



Mapa 1 - Limites do Município de Barreirinhas.

Fonte: UEMA. Nucleo de Geoprocessamento / Mapa Rodoviário do Maranhão (2006)

Barreirinhas compõe o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses (cf. mapa a seguir), uma Unidade de Proteção Integral criada e mantida pelo Governo Federal, primeiramente sob a tutela do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (Ibama). Atualmente, é gerido pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO).



Mapa 2 - Os Lençóis Maranhenses e seus principais povoados

Fonte: Centro de Formação Cultivar / Florescer (Artista gráfico: Alberto Miranda)

Analisando a criação dos parques nacionais no Brasil, com enfoque particular ao Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses (PNLM) e suas comunidades tradicionais, D'Antona (2000) percebe a apartação de áreas do território nacional para mantê-las protegidas da ação humana. Assim, há um predomínio do biológico-ecológico sobre o sociológico-antropológico. A criação do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses mostra que seu processo de instalação está de acordo com a criação de outros parques nacionais brasileiros. Revela, também, que a ideia de progresso ligado ao turismo e urbanização provoca degradação crescente dos recursos naturais e sobre o modo tradicional de manipulá-los. O modelo estático de preservação é incompatível com a dinâmica das interações das populações residentes com o ambiente natural. No entanto, as autoridades, através de suas legislações, se distanciam da realidade desses parques.

A área em referência se tornou um espaço de visitação tanto para fins educativos quanto recreativos. Dessa forma, o turismo nacional e internacional se tornou um componente dos programas e planos estaduais e municipais.

Nas décadas de '60 e '70 ainda não se dava a esse território a denominação de Lençóis Maranhenses. Essa região, segundo Ramos (2008), era conhecida por suas características geográficas como “morrarias” pelos habitantes dos povoados localizados na região das areias, geralmente pescadores, que conheciam os caminhos que chegavam ao mar. Posteriormente, com as primeiras expedições do Projeto RADAN Brasil e Petrobrás, na década de '70 foi utilizado o termo “cordões de dunas” , que passou a se incorporar ao vocabulário da população local. Desde meados da década de '80, de acordo com D'Antona (2000), a “Morraria” vem se destacando na mídia, na intenção de vender a imagem de um lugar inacessível, primitivo e natural para o mercado turístico, devido ao exotismo da paisagem e do modo de vida das comunidades locais.

A hidrografia da região dos Lençóis Maranhenses se caracteriza, de maneira geral, por suas bacias hidrográficas inseridas em praticamente toda a extensão da planície costeira. Por não possuir grandes desníveis topográficos nos cursos médios e inferiores dos rios em direção ao mar, possuem baixa velocidade na sua vazão.

Segundo documentos do Ibama e da Secretaria do Meio Ambiente e Turismo do Maranhão (Sematur) (1991), os recursos hídricos dessa região são compostos de muitos riachos, entre eles: Santo Inácio, Maçangano, Açuí, Tucuns, Bom Passar, Passagem do Canto, Formiga, Baixão do Buritizal, São Domingos e São Bento. Quanto aos rios, destacam-se o Preguiças, o Negro, o Juçaral e o Cocal.

Os rios apresentam como características dominantes o fato de serem sinuosos em meandros e terem leitos rasos; por estarem bastante depositados por sedimentos e muito assoreados pela erosão fluvial natural da região e pelo assoreamento da ação antrópica, pois o processo de ocupação humana se dá às margens dos rios. (MARANHÃO, 1991)

Nas margens do rio Preguiças existem paredes de barro (argila) ladeadas por dunas de areia. Em função dos seus marcos geográficos caracterizados por ladeiras e barreiras, a região é conhecida por Barreirinhas há mais de duzentos anos.

O rio Preguiças nasce no povoado Barra da Campineira, no município de Anapurus, e percorre mais de 120 quilômetros até desaguar no Oceano Atlântico, frente ao povoado Atins. O nome “preguiças” tem sua origem, segundo o relato dos moradores mais antigos, em face da presença de muitos bichos-preguiça que habitavam as matas das margens do rio há muitos anos, e também por suas águas serem mansas e tranquilas, correndo preguiçosamente ao sabor das correntes vazante e enchente.

No seu curso superior, o rio Preguiças se encontra dentro de um vale, possuindo uma boa vazão. Nessa área fazem-se muitas plantações, principalmente de arroz. Em seu curso médio, nos trechos próximos à cidade de Barreirinhas, vem ocorrendo transformações decorrentes do processo irregular de urbanização. Em seus cursos médios e inferiores, o rio sofre influência das marés, o que determina a intensidade e a direção de sua correnteza, apesar de aparentemente parecer lento.

Os mais idosos comentam que o rio Preguiças tinha seu leito muito profundo e que navios de grande porte navegavam até seu curso superior. Hoje ele está assoreado tanto pela ação da natureza quanto pelo desmatamento de suas margens e encostas, para a construção de casas de veraneio.

Ao longo do Preguiças, desde sua foz até a sede do município, há vários povoados que até hoje se comunicam através do rio. Alguns povoados que ficam nesse percurso são: Boa Vista, São Domingos, Mangaba, Moitas, Morro do Boi, Espadarte, Vassouras, Alazão, Caburé, Mandacaru, Santo Inácio, Atins, entre outros.

As famílias dessas localidades praticam uma economia de subsistência: o cultivo da mandioca, do arroz do alagado, a confecção da farinha, a pesca no rio e no mar e a criação de pequenos animais, principalmente cabras e galinhas.

Esses povoados apresentam características geográficas variadas: Vassouras, Moitas e Morro do Boi são lugares de dunas de areia branca, entremeadas de lagoas, habitadas por pescadores no tempo da pesca. No Caburé, praia com cinco quilômetros de extensão; é uma estreita faixa de areia que separa o rio do mar. Era também um rancho de pescadores,

mas atualmente sedia hotéis e restaurantes e tornou-se local de especulação imobiliária. Há um intenso movimento de visitantes, como parada obrigatória do circuito turístico do rio Preguiças.

Mandacaru é uma vila de pescadores entre as dunas e o rio Preguiças. Local estratégico em que a Marinha instalou o Farol das Preguiças, que servia de orientação marítima. Dele se pode ver a foz do rio Preguiças e as morrarias, chamadas também de Lençóis Maranhenses. Hoje sua serventia é apenas de visitação turística.

Atins é um vilarejo de pescadores, mas há a combinação de outras práticas, como pecuária, extrativismo e agricultura para subsistência. É onde o rio se encontra com o mar. Atualmente, com a abertura de uma estrada de 25 quilômetros ligando Barreirinhas a Atins, e a chegada da energia elétrica e o telefone, ficou facilitado o armazenamento do pescado. Também foram instalados outros serviços ao turista.

Boa Vista e Mangaba são duas comunidades próximas a São Domingos, onde muitas famílias têm relação de parentesco. São povoados com características similares. Hoje encontram-se em processo de especulação imobiliária diante do interesse por segundas moradias ou casas de veraneio, da construção de pousadas e grandes redes de hotéis, como é o caso de Boa Vista.

A vegetação praiana, restingas e manguezais percorre desde sua foz (Atins) até o povoado de São Domingos. Neste ponto, a vegetação muda e começa a aparecer a palmeira da juçara e do buriti.

2.2 O povoamento da região

São desconhecidos os primeiros habitantes e a data exata de ocupação da região de Barreirinhas. No entanto, há indícios da presença indígena. D'Antona (1997, p.103-4) se refere à existência de lugares com denominações indígenas, o que pode denotar a presença dessa etnia, como os "Caetés", uma tribo indígena "Tapuia", derivado de "Tapuias", genérica denominação tupi para inimigos e mestiços; "Caburé", que além de nome de uma ave, pode significar "caboclo". Acredita-se que o povoamento não indígena tenha ocorrido pelo rio Preguiças e seus afluentes, através de embarcações.

Na busca por mais informações sobre o povoamento da região de Barreirinhas, D'Antona (1997) recorreu à literatura sobre o ciclo da cana, do algodão e à escravidão, em que Barreirinhas parece estar à margem desses processos. No entanto, o círculo de Tutóia a incluía como participante menor do ciclo canavieiro maranhense e inexpressivo na cultura do

algodão. O autor também dá pistas sobre a relação entre as secas no Ceará e os movimentos migratórios para a região dos Lençóis Maranhenses, que remontam aos séculos XIX e XX, trazendo um fluxo de pessoas com práticas de lavoura e na pesca.

Resquícios dos tempos de engenho da cana-de-açúcar no século XVIII e XIX, Santo Antônio e Santa Cruz, antigas fazendas que, hoje, estão em ruínas, são relatadas como primeiras povoações da localidade. Historicamente, essas propriedades se destacaram pela importância econômica advinda da produção de açúcar, aguardente e arroz.

Os dados documentais que constam sobre criação oficial da localidade Barreirinhas estão na Lei n.º 481, de 18 de junho de 1858, e expressa, de acordo com Ramos (2008, p.51):

João Pedro Dias Vieira, vice-presidente da Província do Maranhão, faço saber a todos os seus habitantes que a Assembleia Legislativa Provincial decretou e eu sanciono a lei seguinte:

Art. 1.º Fica creado na Comarca do Brejo, no lugar Barreirinhas, nas Preguiças, uma freguesia com a invocação de Nossa Senhora da Conceição.

O município de Barreirinhas foi criado em 24 de março de 1930 pela Lei n. 471 (D'ANTONA, 1997).

Os primeiros moradores chegaram de barco, tendo o rio Preguiças como via de acesso. Muitos desses homens e mulheres estavam à procura de um lugar para se fixar. As conversas com o senhor Enéas Miranda Conceição⁴ mostra que,

O povoamento de São Domingos e Mangaba remonta o final do século XIX; eu nasci ali no São Domingos, São Domingos e Mangaba é todo meu povo. O povo de Mangaba é muito ativo, não é família atrasada, ali deu muita gente importante que ajudou esta Barreirinhas. No São Domingos, ali está aquele porto, ali é bem desenvolvido, eu acho um povo respeitoso como o povo de Mangaba, como ouvia meu avô falar: tem muita vergonha. Não é um povo pra estar enganando os outros, nem nada. Mangaba e São Domingos são mesmo que irmãos, outra coisa são muito unidos.

Acredita-se que a disponibilidade de terras, a fertilidade do solo e a piscosidade dos rios e lagoas, somando-se a proximidade com o mar, foram fatores determinantes para a formação das várias comunidades ribeirinhas na região. A conversa com os mais velhos

⁴ Enéas Miranda Conceição, ilustre personalidade, de memória invejável, ex-funcionário público, professor, poeta, é considerado “arquivo vivo” de Barreirinhas. Por suas relevantes contribuições à documentação histórica da região, prestou imensa contribuição a este trabalho. Depoimento dado em 20 de fevereiro de 2012.

reforça a idéia da migração de famílias cearenses e piauienses em meados do século XIX, na busca pela sobrevivência.

2.3 Os rios, riachos e igarapés e os afazeres diários

Banhado pelo rio Preguiças, o município de Barreirinhas é um agregador de comunidades em seu entorno. Sabe-se que um rio estrutura a vida social, econômica e cultural de grupos humanos, pois a história nos revela que grandes civilizações nasceram e cresceram à beira de rios. Alguns desses rios desenvolveram sociedades hidráulicas, como o Nilo, no Egito; o rio Amarelo, na China; o Ganges, na Índia; e o rio Pó, na Itália, além de muitos outros.

Estudando populações ribeirinhas, especificamente a do rio Parnaíba, Gandara (2008) contribui analisando o rio como espaço social vivido no contexto das transformações socioespaciais. A paisagem do espaço-rio se manifestará como testemunho do momento, pois é ele o campo das representações simbólicas. Enquanto Pachêco Filho (2011) estuda o rio Grajaú como agente integrador de fronteiras, que uniu culturas e encurtou distâncias no sertão maranhense, Ferreira (1994) fez um estudo sobre o deslocamento de famílias camponesas às margens do rio Preguiças; esboçou um roteiro etnográfico das atividades econômicas tradicionais dos pescadores-lavradores na região dos Lençóis Maranhenses.

O rio Preguiças (cf. imagem a seguir) recebe a maioria dos córregos e rios da região, responsável pelos processos histórico, econômico e cultural dos núcleos de população ribeirinha que se formou em seu entorno.



Foto 1 - Vista aérea do rio Preguiças.

Fonte: www.pulsarimagens.com.br

Da Comunidade de São Domingos até a sua foz, no povoado Atins, ocorre a influência da água salgada originária dos regimes das marés, principalmente em época de pouca chuva. O rio percorre a planície flúvio-marinha, apresentando trechos cada vez mais sinuosos, possibilitando o aparecimento de várias ilhas fluviais, braços, furos e igarapés, formando um belo estuário coberto por manguezais até alcançar a área do mar.

O rio Preguiças é fonte de riqueza para as populações ribeirinhas há mais de um século e meio no âmbito da economia de subsistência: a pesca em seu entorno; o plantio da banana, mandioca e arroz em suas várzeas; as mulheres na lavagem de roupas e louças; a extração do linho e fruto do buriti; o banho dos animais de trabalho. É considerado o mais importante da região dos Lençóis, por ser o maior, navegável e de fácil acesso ao mar.

Pelo fato de os caminhos e estradas serem de difícil acesso, só se chegava a São Luís, Fortaleza, Parnaíba e outros lugares de barco. O senhor Manoel da Silva Ramos, de 76 anos, fala sobre como era essa viagem:

Era feita de barco à vela; a viagem no verão durava dois dias pra vim, porque tinha o vento, e pra voltar era três ou quatro dias. Agora no inverno pra vim era quatro dias. Porque quando o vento parava o barco parava de andar, e na volta passava sete a dez dias pra chegar em Barreirinhas. No verão era mais ligeiro, no inverno tinha essa demora toda. Abastecia o barco de lenha, nesse tempo não existia carvão, era lenha mesmo [...] enchia de lenha pra cozinhar os dias que estava de viagem. A comida mais era peixe. Era só peixe, não comia carne. Porque era pra fazer rápido, né? Nesse tempo, na saída das barras (foz do rio Preguiças) comprava o peixe, salgava e secava e guardava pra comer na viagem com farinha seca⁵.

⁵ Depoimento dado em 5 de julho de 2011.

Da sua emancipação até a década de '60, o único meio de chegar ao município era em barcos a vela. Os trajetos eram Barreirinhas–São Luís, Barreirinhas–Parnaíba e Barreirinhas – Fortaleza. Os barcos transportavam passageiros e mercadorias para abastecer o comércio. Com a função de barco de passageiro, era sempre motivo para transportar produtos da roça para vender em São Luís ou Parnaíba: galinha, porco, farinha, entre outras coisas.

A fixação de famílias na comunidade de São Domingos se deu graças à fertilidade das margens do rio, aos peixes e ao clima. Muitas famílias têm o rio no fundo dos seus quintais, o que proporciona fonte de recursos tanto na pesca como na agricultura. Dona Francisca Machado⁶, de 60 anos, lavradora e moradora do São Domingos, relembra que “A vida era trabalhando no pesado; minha avó trabalhou até 90 anos plantando banana. E meu avô era um pescador de fama; enchia um paneiro de peixe. Hoje se pesca pouco, o camurim, a sardinha... agora todos é miúdo”.

Ao falar do cotidiano de seus avós, a moradora demonstra importância e orgulho do trabalho de seus ancestrais, tanto no plantio, quanto na pesca. Ao mesmo tempo, fala com pesar da escassez de peixes, colocando em debate o agora e suas transformações.

A vegetação de mangue que margeia o rio Preguiças era muito utilizado para fazer canoas, tábuas para construir casas, cadeiras e mesas, pois, segundo os moradores, a madeira é durável. Serviu também de atividade econômica extrativista para a população local nos anos de 1920, pois era extraída para venda a compradores de fora do Estado. A resina do mangue vermelho era utilizada para fazer corantes para o processo de tingimento de vários produtos (bebidas, tecidos etc).

Do povoado São Domingos até Caburé, o mangue vermelho existia em grande quantidade e sua extração exigia muita mão de obra. As cascas do mangue eram retiradas e depositadas na fazenda Vila Regina, que fica na margem esquerda do rio Preguiças. Lá havia um trapiche para facilitar o embarque no navio. Hoje, percorrendo o rio até sua foz, os vários tipos de mangue, inclusive o vermelho, ainda são encontrados em suas margens. A presença de instituições ambientais como o Ibama e agora o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBIO, controla a exploração vegetal das espécies do mangue.

A fertilidade das áreas inundadas do rio tornou propícia a criação de gado. Ainda é comum entre algumas famílias da comunidade transportar suas pequenas criações de rebanho bovino para a fazenda Vila Regina (que também produz a cera da carnaúba), onde o pasto é mais abundante. A atividade pecuária na localidade é de subsistência.

⁶ Depoimento dado em junho de 2012.

O povoado de São Domingos é composto por lavradores, pescadores, artesãos e coletores de frutos nativos, que utilizavam o calendário da natureza. No período de peixes e mariscos mais frequentes, as atividades agrícolas ficavam temporariamente suspensas, sendo retomada em outros momentos. Praticavam-se e praticam ainda o cultivo de mandioca, macaxeira, arroz, milho, feijão, banana, caju e manga, alimentos que se destinam à sua subsistência. Enfim, esse fato fica claro na fala de dona Rosa Machado ⁷:

[...] nós todo mundo trabalhava em comum, todos juntos. Os nossos produtos eram guardados, não tinha venda, era só pra manutenção, né? Nossos artesanatos... eu fazia pote. Chegava com o barro, molhava e de manhã cedo amassava e sentava todo mundo pra trabalhar. De tarde todo mudo tinha seus 6, 7, 8 potes prontos... ia pra ser raspadinho, depois já ia para o sol, pra semana já ia ser queimado... o legume pela mesma forma, né? Nós pisava o arroz, às vezes de tardezinha assim, pra comer na roça amanhã bem cedinho. Não tinha máquina de pisar, era na mão, era braço brabo [...] o papai trabalhava com tijolo, eu era lavadeira de pau... é uma pecinha de madeira que entra dentro da grade e a gente limpava lá pra sair com facilidade [...] Nós tinha nossos guézinhos [vara de pescar] não era linha, era gué, como diz caniço. Depois apareceu a caçoeira [rede de pesca]. Nós tinha nossa caçoeira. E eu pescava mais meu pai, botava na beira dos paus ou mesmo no meio do rio, que era pro arenque, né? E pegava peixe que dava pra almoçar e jantar e ainda avinzhava [compartilhar com o vizinho]. Salgava tigelas e alguidarzinhos cheios de peixe pra comer dois, três dias, assadinho [...].

Os tempos de colheita e fabricação da farinha de mandioca são sempre momentos de reunir parentes e vizinhos, tornando-se um gostoso compartilhar de conversas e histórias. Portanto, essas áreas de cultivo não têm apenas significado econômico, mas simbólico, pois estão inseridas no seu modo de vida. Sobre essa questão, Ferraz (1998), estudando os conflitos de terra na Comunidade Sete Barracas, na região do Bico do Papagaio, no Tocantins, percebe que o espaço agrário, com suas tarefas tradicionais, tem função sociocultural, não assume o papel de mercadoria.

Na comunidade de São Domingos a mandioca é processada nas casas de fornos, construídas nos quintais das casas. Se alguém não tem casa de forno, usa emprestado a do vizinho, em troca de parte da produção de farinha ou da tapioca. Produzem a farinha seca (branca) e a farinha puba, ou d'água. Ambas seguem o mesmo processo, diferenciando, no caso da farinha de puba, apenas na colocação da mandioca, já descascada e limpa, para fermentar ou pubar.

O processo de produção da farinha (cf. foto abaixo) se inicia com a retirada do tubérculo da roça, às vezes em seus próprios quintais, levando-a à casa de forno. Reúne-se então o grupo familiar para descascar a mandioca; após essa etapa, é lavada e levada para o

⁷ Rosa Machado nasceu e viveu sua juventude em São Domingos; quando casou, foi viver no Atins. Depoimento dado em junho de 2012.

ralador (a comunidade já dispõe de motor para ralar a mandioca). Depois de ralada, ela se torna uma massa compacta, que é prensada no tapiti (prensa de origem indígena) para se extrair o tucupi (líquido tóxico da mandioca); coloca-se o tucupi em processo de descanso para a retirada do amido da mandioca, chamado também de tapioca, do que se faz o beiju. Após a retirada de todo o tucupi da massa da mandioca, esta é peneirada e levada ao forno para torrar. No local observou-se a presença de homens, mulheres e crianças nesse trabalho, no entanto, o processo de torrar a farinha é feito preferencialmente pelos homens, pois é um trabalho que exige mais força.



Foto 2 - Fabricação da farinha de mandioca na comunidade São Domingos.

Fonte: Acervo da autora

Conforme depoimentos de algumas pessoas mais idosas do povoado, colhidos durante uma oficina pedagógica feita por professores e alunos da escola da comunidade, percebe-se o gradativo povoamento e modo de vida do lugar. O senhor Teodoro Ferreira, relata:

Nasci no Sobradim; com 8 anos vim morar no Porto da Manga (bairro Cebola). Uns 40 anos atrás mudei para o São Domingos, Tinha poucas famílias, o Martim Curicaca, Fortino e Justino Barroso, e toda casa era de paia e era tempo difícil de viver. Com 9 anos comecei a trabalhar na fazenda Vila Regina, cortando paia de carnaúba; com 21 anos casei com Jovelina... tive dez fios com minha esposa; morreram três e criei os sete com muita luta e respeito... hoje tenho 83 anos, 7 fios, 43 netos, 71 bisnetos, 21 tataraneto, muitos amigos e sou uma pessoa muito feliz. (MEMÓRIAS DA VIDA, 2010, [não paginado]).

A Comunidade São Domingos fica numa área que margeia o rio Preguiças. É constituída de sítios que se limitam com o rio, que, por décadas, os mantém, seja na irrigação

de seus pequenos roçados, na pesca ou nas criações (galinha, porco, bode e até gado). O depoimento do senhor José Batista da Cruz expressa essa realidade: “eu, Zeca Faustino, com 5 anos, já pescava, remava e era vaqueiro, porque meu pai fazia tudo isso⁸”.

A responsabilidade em manter a si e a família os conduzia em suas atividades pesqueiras e na labuta diária da roça. As mulheres complementavam a renda com o artesanato (rede, chapéu, potes etc).

O senhor José Augusto Machado Barroso⁹, conhecido também como Bebê, contribuiu contando um pouco de sua vida. As suas poucas palavras são refletidas nos afazeres de muitos outros na comunidade.

Minha mãe me ensinou a crescer; mandava eu ir à escola e me ajudava nas tarefas de casa; e assim a vida me cultivou. Foi na pesca quando comecei minha vida de adulto. Tudo muito difícil. Brinquei muito com outros colegas, dançando tambor de terreiro. Como pai de santo, tinha prazer de servir as pessoas [...]. Com o passar do tempo fui para a lavoura, onde andei muito a cavalo e a pé, por ser muito longe, mas nunca tive medo.

O espaço de moradia de cada família se constitui da casa, do terreiro e do quintal. O terreiro é a parte mais próxima da casa; geralmente bem capinada e limpa pelos seus donos, pois é no terreiro onde todos se encontram, família ou vizinhos, para conversarem descontraidamente; para as crianças, é o local das brincadeiras. O quintal, em geral, é o local de plantações para subsistência diária e criações de animais de pequeno porte para o consumo.

Segundo Conceição (2001), a civilização de “beira do rio” é herdeira da adaptação cultural mais tradicional. Foram desenvolvendo formas de conhecimento e adaptação aos recursos, em consonância com as gerações anteriores. Tem-se, dessa forma, um saber acumulado e uma socialização dentro de formas adaptativas asseguradoras de que as novas gerações compartilhem. Segundo Santos (2006), esses espaços formam uma totalidade.

Heller (1989), na obra *O cotidiano e a história*, também retoma a observação do homem comum referindo-se à vida cotidiana como a vida do homem inteiro, que participa da vida com todos os aspectos de sua individualidade. Esse homem é atuante, ativo e receptivo. Assim é parte da vida cotidiana: a organização do trabalho e da vida privada, o lazer e o descanso, a atividade social sistematizada, o intercâmbio e a purificação. A vida cotidiana não está fora da história, mas no centro do acontecer histórico: é a verdadeira essência da substância social.

⁸ Depoimento concedido durante a oficina da Expedição Vaga Lume (Cartilha Memórias da Vida), out. 2010.

⁹ No momento da realização deste trabalho ele havia falecido, mas deixou sua voz no depoimento cedido durante a Oficina da Expedição Vaga Lume (Cartilha Memórias da Vida em outubro de 2010).

Como toda pequena comunidade, São Domingos congrega um complexo de tradições, crenças e costumes próprios. Algumas festas religiosas faziam parte do cotidiano: a festa de Sant'Ana, realizada no mês de julho; São Francisco, São Sebastião, a festa e dança de São Gonçalo¹⁰, entre outras. Essas festas envolviam toda a comunidade, agregando as circunvizinhanças. Dona Francisca Machado relembra que

Na casa do meu avô era casa de festa; juntava muita gente. Vinha um sanfoneiro e a festa era boa, era à luz de petromax. Nesse tempo ninguém brigava e dançava até de manhã. Vinha gente a cavalo e de canoa. Vinha de longe: do Atins, Tapuio, Mandacaru, Bosque, Coqueiro, Marmorana, Passagem Grande e de Barreirinhas. Nesse tempo a festa era animada. A festa de Santana tinha leilão com mesas grandes de fartura, muita joia viva e morta: cana, cacho de banana, coco d'água, laranja, tudo ia pro leilão. Depois da festa da vaquejada, acabou a nossa festa. Agora dizem que venderam a vaquejada pra uma firma pra construir prédios.

A festa da vaquejada em Barreirinhas é uma invenção de tradição cultural recente, data de 24 anos atrás. É organizada e promovida pela Prefeitura Municipal através da Secretaria de Turismo e Cultura e divulgada nos calendários turísticos como o maior evento das férias de julho. No entanto, essa festa proporcionou o enfraquecimento de outras mais antigas nos vários povoados da região.

Abordando sobre a invenção de tradições, Hobsbawm e Ranger (2008) as entendem como um conjunto de práticas normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas. Visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição. Segundo os autores acima, o fenômeno da invenção das tradições surgiu no período de 30 a 40 anos antes da I Guerra mundial, sendo divididas em invenções oficiais, que podem ser chamadas de políticas, surgidas em estados ou movimentos sociais e políticos organizados, ou criadas por eles. Já as invenções não-oficiais, denominadas de sociais, são geradas por grupos sociais sem organização formal.

Em São Domingos, é comum ouvir nas rodas de conversa, nas portas de casa ou no terreiro, várias histórias sobre botijas de ouro enterradas ali perto mesmo; sobre visão da mãe d'água e encantados da água, cabeça de cuia, fantasmas de mortos, homens que viram bicho etc. Esses valores mitológicos refletem as relações de lidar com o meio socioespacial,

¹⁰As festas eram organizadas primeiramente por Almerinda Machado, uma antiga moradora. Esta passou a organização para o sr. Bebê. A festa acontece na casa de famílias devotas, terreiros e alpendres improvisados. O cordão de São Gonçalo, como é chamado, é uma dança realizada para o pagamento de promessas. Os cordões são formados por homens e mulheres vestindo roupas comuns, que fazem a cerimônia obedecendo a nove jornadas de cantos da reza. A cada intervalo entre a dança e o canto, o mestre da reza leiloa frutas, bolos de tapioca, galinhas assadas dispostos no altar. Ao final do ritual da festa, o encerramento se dá com muito forró, pois esse santo é padroeiro dos violeiros e também santo casamenteiro.

traduzindo em respeito ao lugar de vivência e aos ancestrais, esperança de melhores dias ou um mundo de carências e necessidades.

Heller (1989) ainda enfatiza que a dissolução das comunidades naturais rompe a harmonia entre o indivíduo e a comunidade, pois nas comunidades naturais havia uma ordem fixa de valores; existia uma hierarquia de valores representada pela comunidade, e todo indivíduo assimilava esses valores. Os indivíduos compõem a sociedade e a sociedade compõe os indivíduos. Assim, os indivíduos são indivíduos dentro do grupo. Enquanto indivíduo, o homem é um ser genérico, já que é produto e expressão de suas relações sociais, herdeiro e preservador do desenvolvimento humano; não é jamais um homem sozinho, mas sempre em integração.

2.4 Usos do acervo vegetal na vida cotidiana

As comunidades tradicionais da região de Barreirinhas viviam em certo isolamento ocasionado devido ao acesso difícil ou até mesmo inexistente, forçando seus moradores a usarem os recursos naturais para suprirem suas necessidades cotidianas. Assim, a confecção de redes, esteiras de junco (*juncaceae*), bolsas, sacolas, tapitis¹¹, abanos cochos¹², gamelas¹³, jacás de taboca¹⁴ (*GuaduaWeberbaueri*), cuias de cabaça (*Cucurbitáceas*), canoas, potes, alguidares e jarros de cerâmica eram utensílios que serviam como utilidades domésticas (foto abaixo).



Foto 3 - Utensílios domésticos artesanais (pote e jacá).

Fonte: acervo da autora.

¹¹ Utensílio usado na casa de farinha para prensar a massa de mandioca.

¹² Espécie de vasilha feita de tronco escavado para depósito de algo.

¹³ É uma vasilha com forma de tigela ou bacia, esculpida em madeira retirada de árvores cuja madeira é macia. Pode ser redonda ou ovalada e é utilizada como prato ou vasilha para levar a comida à mesa ou para armazenar água.

¹⁴ Cesto trançado de bambu ou cipó, usado no transporte de cargas, sobretudo preso ao lombo de animais.

Na verdade, a sobrevivência familiar conduzia às mais diversas tarefas. Como em toda comunidade tradicional, o aproveitamento do que a natureza dispõe é sempre usado com criatividade. Perguntando a dona Francisca Machado sobre os afazeres de sua época, ela responde:

Os serviços era a lavoura. As mulheres faziam chapéu e pote. Nós fazia pote, chapéu, trabalhava na roça no inverno, e de costura. Trabalhei muito com minha mãe. Nesse tempo não tinha gás, nós ia buscar lenha pra cozinhar, torrar farinha, fazer bolo... Vendia muito chapéu e pote; tinha contrato pra comprador de Barreirinhas, o João Xexéu comprava e levava pra Parnaíba. Levava os potes e chapéu e trocava por mercadorias do comércio. Seu Mundico comprava o tucum, a pele de gado, bode e mandava pra Parnaíba. Ele tinha dois barcos que vinha cheio de mercadoria pro comércio dele.

Na comunidade São Domingos fabricavam-se as louças de cerâmica (potes e alguidares) e o chapéu de palha de carnaúba para vender a compradores do centro urbano de Barreirinhas. Esse trabalho ajudava a custear as despesas domésticas. Dona Adriana Oliveira relata que

Mamãe fazia contrato de 500 potes por ano pro seu Zé Correia na Barreirinhas, era o comprador. Quando chegava o inverno a gente não fazia porque custava enxugar e era ruim pra queimar [...] aí nós ia fazer chapéu, mamãe fazia o contrato do chapéu também, chapéu de palha de carnaúba. Nós era muita, fazia de 100, aí engomava aquela quantidade e ia deixar. Aí mamãe só ia receber o dinheiro [...]; ela comprava da calcinha ao calçado, a roupa de sair.

Essas atividades de produção de chapéu e de cerâmicas no povoado cessaram. Segundo moradores, a causa principal, no caso da cerâmica, foi a dificuldade de conseguir o barro para esse trabalho, pois geralmente ele fica em terrenos particulares e os donos não permitiram mais sua retirada.

Somou-se a isso a melhoria dos acessos, que trouxe ao município e seus povoados um comércio variado e a inserção de produtos industrializados. Dessa forma, o artesanato utilitário ganhou uma nova condição: objetos estéticos; e tornou-se uma atividade econômica ligada ao mercado turístico.

Na comunidade as mulheres se dedicam à tarefa da confecção do artesanato da palha da palmeira do buriti (*Mauritia flexuosa L.*), palmeira encontrada em áreas alagadas e úmidas da região. Para obter a fibra, realizam a retirada dos brotos (folha jovem) da palmeira, de onde obtêm o linho (fibra vegetal). Tudo se inicia com a retirada do broto da palmeira. De posse do broto, iniciam a retirada do linho com a abertura dos folíolos da folha.

Com o auxílio de uma pequena faca, as artesãs fazem uma leve incisão na superfície do folíolo; uma fina película é retirada e puxadas uma de cada vez. O processo se repete por toda a extensão da folha. O manejo da palmeira obedece a um calendário lunar, caracterizando um manejo natural praticado pela comunidade. Dessa forma, a sobrevivência da planta fica garantida. Após a retirada da fina película (ver foto abaixo), as fibras são fervidas. Posteriormente, as fibras são tingidas com corantes naturais retirados de cascas de árvores, frutos e flores locais, como o mangue vermelho (*Rhizophoramangle*), a salsa da praia (*Ipomea Littoralis*), o urucum (*Bixaorellana*) e o pequi (*Caryocar brasiliense Camb*). Após essa etapa, a artesã lava a fibra em água corrente até que não se perceba nenhum vestígio da tintura na água que escorre da lavagem. Na sequência, a fibra é colocada para secar ao sol; depois de seca, a fibra é usada na produção final de chapéus, esteiras, bolsas, redes etc. Algumas comunidades estão envolvidas na sua produção através de cooperativas.



Foto 4 - Artesã na extração do linho da palha do buriti.

Fonte: Acervo da autora.

Na comunidade o fruto do buriti é importante também na alimentação. Não é raro encontrar as famílias colhendo e retirando a polpa do buriti nos meses de setembro a dezembro para fazer a garapa (suco) e o doce. Muitas mulheres nesse período fazem o doce para vender nas pousadas e hotéis ao preço de 15 reais o quilo.

A palmeira do buriti é predominante da paisagem da região; seu habitat indica a presença de áreas úmidas, característica forte no local. D'Antona (1997, p.75) comenta que

A todo instante observa-se o buriti. Na montaria, deu origem a esteira sob a sela. Nas cabanas, é o teto e as paredes. Das redes e toalha é o fio. Está nas pontes e nos postes... Do interior até as proximidades de Barreirinhas, os buritis dominam o cenário natural, dada a abundância com que se espalham pelas porções úmidas e constituem-se em pontos de referencia, nos nomes das várias localidades: Buritizal, Buriti Amarelo, Buriti Grosso [...].

A palmeira da carnaúba (*Copernicia prunifera*) é outra planta de importância na comunidade São Domingos. O tronco era muito usado nas estruturas de casas. Na década de '60, a cera da folha dessa palmeira era matéria-prima destinada à exportação, para ser utilizada na produção industrial. A população masculina da comunidade São Domingos foi absorvida como mão-de-obra numa fazenda próxima, chamada primeiramente de fazenda dos Macacos, que passou depois a se chamar Vila Regina. Hoje, a fazenda continua a produzir a cera da carnaúba, mas de forma menos intensa, direcionada ao mercado de Parnaíba (PI).



Foto 5 - Homem no trabalho com a palha da carnaúba.

Fonte: acervo da autora.

Outras espécies de plantas são comuns ainda na área rural da comunidade. Entre elas, encontram-se as espécies vegetais: mirim (*Humiria balsamifera*), murici (*Byrsonima sp.*), jatobá (*Hymenaea parvifolia*), cajuí (*Anacardium microcarpum*), Janaúba (*Himathantus articulatus*), mangaba (*Hancornia speciosa*), caju (*Anacardium occidentale*).

A região tinha como característica o extrativismo da castanha de caju que era exportado para outros estados do Nordeste. Segundo D'Antona (1997), o caju na região é uma planta nativa; o cajueiro prolifera e produz em abundância, sem que sejam aplicados cuidados especiais. Os cajueiros são mantidos por pequenos e médios agricultores em seus quintais, junto das roças de subsistência. Os coletores aproveitam apenas a castanha, pois seu valor é muito rentável. O fruto geralmente é subaproveitado.

A janaúba é outra planta encontrada na comunidade e usada como remédio pelos moradores locais na cura de muitas enfermidades. Para aproveitamento da planta, o processo é o seguinte: o látex (leite) é retirado do caule, segundo os moradores, nas fases de lua crescente e cheia, pois o líquido do caule é mais abundante. Esse látex ou leite é misturado com água

para ser ingerido. A venda de áreas para a construção de casas de veraneio está causando o desaparecimento dessa planta, pois os moradores que chegam não conhecem essa espécie vegetal e suas propriedades medicinais.

Muitas plantas da área da comunidade vêm sofrendo a ação predatória, da mesma forma que a janaúba, em decorrência do desmatamento provocado pela especulação imobiliária direcionada à construção das novas moradias que se erguem na comunidade.

3 ... E A MODERNIDADE VEIO COM A ESTRADA

Barreirinhas, no Maranhão, é outro desses cafundós encravados em meio a paisagens deslumbrantes onde já se pode chegar [...] (VERANO, 2000, [on-line]).

3.1 Saindo do isolamento

O município de Barreirinha ficou em relativo isolamento até a construção da Rodovia MA-402. Em muitos povoados, somente era possível sair ou chegar de canoa ou a cavalo.

Os primeiros caminhos para a região de Barreirinhas datam de 1835, o que facilitou a ocupação humana na localidade. Esse caminho unia São Bernardo do Paraíba, atual município de São Bernardo, à freguesia de São José do Peria (Mirititua), atual cidade de Humberto de Campos. (RAMOS, 2008)

De acordo com Ramos (2008), a construção de uma ponte sobre o rio Mocambo, em 1849, foi outra motivação para a chegada de pessoas dispostas a habitarem as margens do rio Preguiças. Isso contribuiu para a formação de pequenos povoados. Essa ponte compunha a estrada que ligava à Comarca de Campo Maior, no Piauí; a Brejo e a Icatu, no Maranhão. Essa estrada facilitou o acesso por terra ao rio Preguiças e seus afluentes e a ocupação das suas margens, originando-se a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Barreirinhas, atual cidade de Barreirinhas. A estrada permitiu também a formação de alguns povoados rurais ribeirinhos.

Essas estradas, que poderia ser considerada caminhos ou trilhas, eram próprias para o tráfego de animais (cavalo, jumento, burro). O depoimento do senhor Manoel da Silva Ramos confirma que

Estrada não existia pra Barreirinhas. Na época de cinquenta só entrava jipe que tinha tração nas quatro rodas. Nesse tempo tinha os jipes, aí quando passou da época de sessenta começou a entrar caminhão em Barreirinhas... A Petrobrás na década de sessenta e setenta ela melhorou as estradas, aí começou a entrar caminhão com tração nas quatro rodas, porque era só areia. Então daqui (São Luís) até São Benedito a estrada era de piçarra. Aí de São Benedito pra lá (Barreirinhas) começa a areia. São 90 quilômetros de São Benedito a Barreirinhas. Passava dois dias o caminhão pra chegar. Esses 90 quilômetros ele passava dois dias viajando dia e noite, só parava pra dormir. Aí quando ele atolava metia umas tábuas de baixo dos pneus rodava e ia andando. Quando foi em setenta melhorou. Botaram piçarra de Urbano Santo pra Barreirinhas...aí começou a entrar ônibus. Ele só ia até Urbano Santo, e de lá o jipe vinha buscar o pessoal de Barreirinhas. Nessa época do militar melhorou com a piçarra foi que começou a entrar ônibus. Primeiro ele ia só até

Sobradinho, lá vinha uma lancha, que era até da igreja, buscar os passageiros. O ônibus saía de Urbano Santo passava o dia todinho de Urbano Santo pra o Sobradinho. Quando foi em setenta, parece que foi o governo de Antônio Olímpio [prefeito]; ele governou na época dos militares, aí ele botou piçarra do Sobradinho pra Barreirinhas. Aí foi que os ônibus passaram do Sobradinho até Barreirinhas.

Dos anos '70 do século XX em diante, a duração da viagem terrestre ficou menor, reduzida para oito horas. O trajeto ocorria pela BR-135 (São Luís ao Entroncamento), BR-222 (Entroncamento-Itapecuru-Vargem Grande), MA-226 (Placas-São Benedito do Rio Preto e Urbano Santo), MA-225 (Urbano Santo a Barreirinhas). O percurso era de 345 quilômetros. Como enfatiza o depoimento do senhor Manoel Ramos, parte da estrada não era pavimentada. A viagem sempre reservava surpresas inesperadas. Era preciso sempre levar o famoso “frito na lata”, que consistia de farofa de frango ou carne para comer nas horas de aperto, por exemplo, quando acontecia problema mecânico com o ônibus, ou quando este atolava na estrada arenosa. Hoje, com a rodovia MA-402, a viagem dura em média três horas. Encurtou a distância entre São Luís e Barreirinhas, que era de 500 quilômetros, para 268 quilômetros.

A partir dos anos '70, a Petrobrás iniciou pesquisas de prospecção de petróleo na região, cujos resultados definiram sua exploração como economicamente inviáveis, pois não foi encontrado óleo, apenas gás. A empresa abandonou as pesquisas na década de '80. O senhor Enéas Miranda Conceição fala com entusiasmo da Petrobrás como ponto de partida para o município sair do isolamento: “Aqui em Barreirinhas, deu petróleo e gás natural de primeira; na época saiu até na revista *O Cruzeiro*. O petróleo aqui foi uma coisa. Foi assim que começou o crescimento”.

Apesar da Petrobrás não permanecer na região, esse foi um período de destaque do município. D'Antona (2000) afirma que foi um momento marcante, pois trouxe mudanças com a instalação de infraestrutura urbana, como serviços públicos de água encanada e energia elétrica. Anterior a 1960, a energia elétrica na cidade era distribuída através de um motor a óleo, que fornecia energia das dezoito às vinte duas horas.

O município Barreirinhas ganhou destaque quando a Petrobrás ensaiou a prospecção de petróleo na região e começou a abrir trilhas para as pesquisas com a finalidade de detectar gás ou petróleo na região. Nesse momento iniciou-se um período de dinamização da economia local com a construção de estradas vicinais e a introdução de novos equipamentos de transportes terrestres, como o jipe e o caminhão. O relato do senhor Manoel Ramos novamente é esclarecedor:

O município era todo bruto, sem nenhuma estrada, e ela [Petrobrás] levou alguns tratores, tratorzinho pequeno. A melhoria foi que ela abriu estradas pra aqueles

lugarejos que só vinha de cavalo. Aí ela tinha muito jipe. Agora benefício pra cidade ela trouxe mais ou menos. Pro município, ela comprava muito, tudo no comércio [...] ela ajudou muito o comércio na época que ela teve lá, o comércio cresceu um pouco. E quando ela saiu houve uma decadência no comércio... todo mundo tava bitolado no dinheiro da Petrobrás. Uma parte de lavrador deixou de trabalhar, foi se empregar, outros foi vender galinha [...] a Petrobrás beneficiou, mas foi um benefício falso, porque quando ela saiu, todo mundo ficou bitolado naquele dinheiro [...] ela desapareceu, aí pronto. A Barreirinhas desceu numa situação que, dez por cento do pessoal da cidade vieram embora pra São Luis [...] porque não tinha do que viver.

A chegada da Petrobrás nessa época alterou sensivelmente a vivência cotidiana, mudando aspectos culturais da população barreirinhense. Essa característica é sentida nas falas de todos os que recordam desse momento histórico do município. A entrada da Petrobrás, através de sua busca pelo petróleo, foi até as longínquas morrarias, hoje Lençóis Maranhenses, mapeando cada canto do espaço, pois alguns poços, hoje lacrados, estão nas proximidades ou dentro do parque.

A presença da Petrobrás na região ainda causa eco entre as novas gerações, pois a possibilidade de o jovem não sair do seu município para buscar trabalho fora, como é o caso de pessoas na comunidade São Domingos, gera especulações sobre o retorno da empresa para a cidade, como relata o senhor Roberto Oliveira,

Aqui mesmo em Barreirinhas tem um serviço muito grande pra ser feito. Só ainda não foi feito por causa do IBAMA. E o serviço daqui dá pra mais de três anos. Aqui já era pra ser feito. Só porque pega uma parte dentro do parque. Aí a burocracia pega toda aí. Só sei que a briga tá pesada pra liberar esse serviço aí. O poço fica nas proximidades do parque, mas tem dentro do parque pra ser feito também. Quem vai fazer isso aí não é a Petrobras, ela já empurrou o angu pra outro [...] Vão abrir um gasoduto desse poço pra refinaria, não sei se vai levar pra Bacabeira [...] Só que tá tudo camuflado pra não estourar a bomba.

O depoimento reflete a imagem que a presença da Petrobras causou e ainda causa no município. Os relatos das benfeitorias deixadas por essa empresa ainda são repetidos entre as gerações mais novas, e a esperança de seu retorno ao município com oferta de trabalho se torna cada dia mais ativa no cotidiano da população local.

O petróleo voltou ao cenário econômico maranhense na região dos Lençóis Maranhenses. Hoje é mostrado como uma oportunidade de negócios no setor de produção de gás e petróleo pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio do Maranhão (SEDINC), como é apresentado no mapa abaixo.

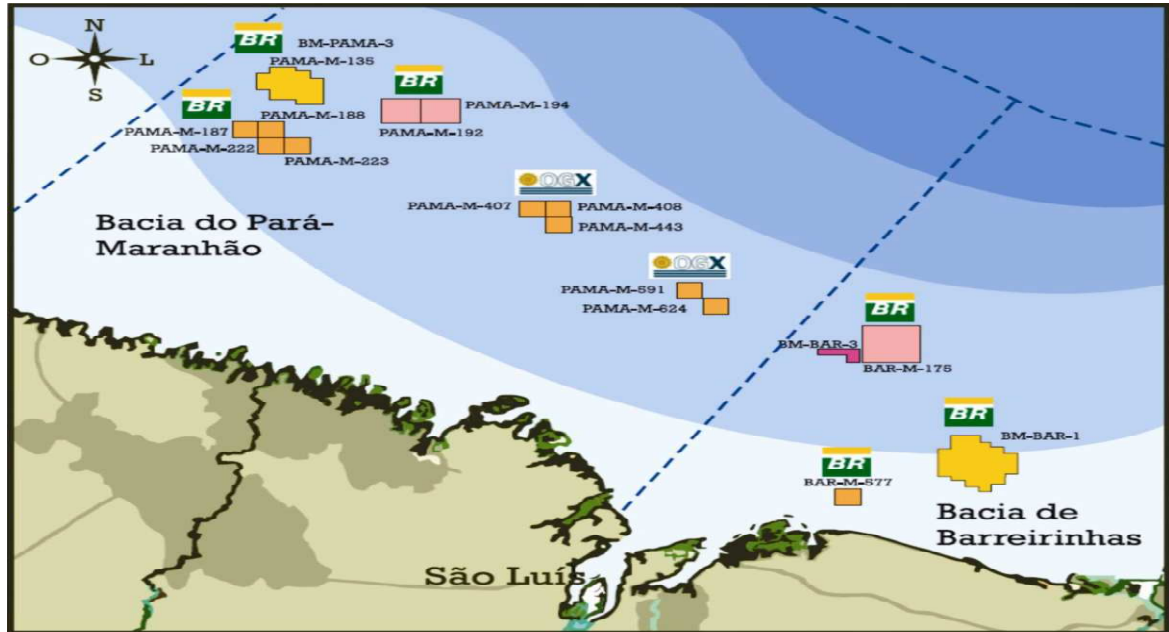


Mapa 3 - Planejamento de investimentos para o Maranhão

Fonte: SEDINC-MA

De acordo com dados da página eletrônica Geofísica Brasil (2012), a área chamada de Margem Equatorial Brasileira, formada pelas bacias da foz do Amazonas, Pará-Maranhão, Barreirinhas, Ceará e Potiguar são todas bacias de fronteira exploratória. Uma região com potencial petrolífero promissor caracterizado pelas descobertas comerciais e subcomerciais.

O município de Barreirinhas consta de bacias marítimas e bacias terrestres. A partir dos dados da SEDINC, essas bacias estão fazendo parte da 11.^a rodada de licitação de óleo e gás da Agência Nacional do Petróleo (ANP). Foram ofertados 26 blocos no mar, com área total de 13.073 km², mas pela dificuldade de seu licenciamento ambiental, poderão ficar fora da rodada de licitação.



Mapa 4 - Bacias petrolíferas na área de influência de Barreirinhas.

Fonte: SEDINC-MA

3.2 A estrada inscrita nos Planos Governamentais de Turismo

A chegada do turismo, a partir da década de '90 do século passado, veio junto com um forte instrumento institucional através de planos governamentais. Visando gerar receitas, trabalho e desenvolvimento no âmbito local e regional, o “Plano de Desenvolvimento Integral do Turismo do Maranhão” – conhecido por “Plano Maior”, foi desenvolvido em três fases: 1.º) diagnósticos prévios voltados à identificação das potencialidades do Estado do Maranhão para exploração turística e elaboração de estratégias de desenvolvimento; 2.º) Plano Operacional, subdividido em cinco macroprogramas (Desenvolvimento; *Marketing*; Maior Qualidade; Sensibilização da Sociedade e Comunicação); 3.º) Implantação, subdividida em duas etapas: Estruturação e Consolidação. (MARANHÃO, 2000, apud TASSO, 2010)

A rodovia MA-402, também conhecida por Translitorânea, foi um desses investimentos pensados na terceira fase pelo Plano Maior para interligar o município de Barreirinhas com as rodovias BR -222 e BR-135 e com a capital, São Luís.

Inaugurada em 2002, a rodovia MA-402 (figura a seguir) abriu a possibilidade da utilização dos vários tipos de veículos para se chegar à região dos Lençóis Maranhenses: vans, ônibus, micro-ônibus, táxis e, principalmente, o carro particular. Daí surgiram muitas cooperativas de transportes rodoviários com saídas diárias para a capital do Estado, favorecendo o fluxo de pessoas.



Mapa 5 - Rodovia MA-402 – Translitorânea.

Fonte: Mapa Rodoviário

Sobre essa questão, Krippendorf (2000) afirma que a sociedade industrial aperfeiçoou os meios de transportes, colocando à disposição de parcela da sociedade, meios de deslocamento mais rápidos. Tanto o carro como o avião introduziram a revolução do lazer. O carro se tornou símbolo de liberdade. Hoje se percebe que essa mobilidade se autoaniquila pelo fato de grandes massas se deslocarem em férias ou feriados, provocando enormes congestionamentos nas vias das grandes cidades.

Esse fato se confirma, pois, em dias de feriado prolongado, se forma um grande congestionamento (foto abaixo) na saída da cidade de São Luís em direção à região dos Lençóis; inúmeros grupos de pessoas ansiosos em aproveitar seus dias de ócio.



Foto 6 - Congestionamento de veículos em dia de feriado prolongado.

Fonte: acervo da autora.

Há um projeto de ampliação da rodovia visando interligar Barreirinhas a Pirangi, divisa entre Maranhão e o Piauí, e, posteriormente, a Pacém, no Ceará. Essa ampliação vai integrar a operacionalização do roteiro turístico entre esses três estados, como dispõe o Programa Nacional de Regionalização do Turismo. (BRASIL, 2007)

A rodovia MA-402 trouxe, em sua aura, o conflito entre o tradicional e o moderno. Primeiramente vista como positiva por parte da comunidade barreirinhense, e por ser uma reivindicação antiga. Por outro lado, era vista como ruim, por trazer junto consigo mudanças intensas, como, por exemplo, a violência, em suas várias dimensões: assaltos, inchamento do trânsito e da cidade, prostituição etc. A dicotomia se dá entre o progresso urbano capitalista *versus* o tradicional. D'Antona (2000, p.64) complementa:

Então a estrada, vetor do progresso emerge como mal necessário. Trará soluções e problemas, dentre eles a degradação ou a dificuldade de preservação ambiental. Para o IBAMA, estradas facilitam o acesso e dificultam o controle. Para as comunidades rurais, estradas facilitam a vida.

As ações de campanhas publicitárias no âmbito do mercado turístico se ampliaram com a rodovia MA-402; convergiu para uma aceleração da atividade turística. Nesse momento há um crescimento do fluxo turístico, consequência de projetos e investimentos na construção de pousadas, hotéis e casas de veraneio. No entanto, nenhuma preocupação com as comunidades tradicionais da região.

Para estimular a divulgação da região do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, foi lançada a campanha “Vote lençóis”, realizada em 2007, uma iniciativa do comitê Pró-Lençóis, através de parlamentares federais e estaduais, Secretaria de Turismo, do jornal *O Estado do Maranhão* e Sistema Mirante de Comunicação, com o objetivo da candidatura do PNLN a uma das sete maravilhas naturais do mundo, promovida por uma fundação suíça.

Mais essa forma de divulgação tornou a região dos Lençóis Maranhenses alvo do interesse, tanto do desejo de visitar quanto do de especular.

Essa exposição do município de Barreirinhas na mídia também elevou a autoestima e trouxe de volta seus filhos que saíram do lugar à procura de melhores condições de estudo e trabalho. Hoje, muitos retornam para ficar ou compram terrenos e fazem casas de veraneio, retornando sempre em períodos de férias.

3.3 O encontro do urbano com o rural na Comunidade São Domingos

A formação sócio-histórica maranhense traz à luz a origem rural de seu povo. Todos têm os pés na roça. As estatísticas indicam que em muitos centros urbanos maranhenses o processo migratório contribuiu para o inchaço populacional do meio urbano, gerando, conseqüentemente, as inúmeras periferias, tornando a vida dessas pessoas degradante.

Martins (2008), na análise da trajetória do processo de urbanização *versus* degradação humana, diante do fenômeno da modernização brasileira, diferencia o subúrbio da periferia para adentrar no entendimento das transformações do mundo rural brasileiro. Assim, o subúrbio designa a identidade específica de uma realidade espacial e social entre a roça e a cidade. No subúrbio persistem as crenças da sociedade tradicional; é um lugar em que o passado rural sobrevive no urbano. Em contrapartida, a noção de periferia é a produção da especulação imobiliária: ruas e calçadas estreitas, falta de praças, terrenos minúsculos, falta de plantas e muita sujeira. A periferia é a vitória da renda da terra sobre a cidade e a urbanização; é caracterizada pela urbanização patológica. É a negação das promessas transformadoras e revolucionárias do urbano.

Os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que no Brasil parcela significativa da população rural vive nas zonas rurais dos pequenos municípios. No Nordeste, 31% da população rural se encontram nos 1.793 municípios de 20 mil a 50 mil habitantes. Os dados do IBGE de 2010 mostram que o Maranhão é o Estado que detém o maior percentual da população vivendo em áreas rurais. Por esses dados, 36,9% dos 6,5 milhões de maranhenses não moram em zonas urbanas. Isso representa um universo de 2.427.640 pessoas em todo o Estado. Barreirinhas, por exemplo, segundo os dados do IBGE de 2010, tem uma população urbana de 22.053 e uma população rural de 32.877.

As pessoas que vivem na zona rural do Maranhão dependem da agricultura de subsistência, pesca ou atividades extrativistas e vivem de certa forma de tarefas não urbanas (IBGE, 2011). Isso demonstra uma região que ainda mantém relações dita tradicionais.

A partir da década de 1960, o Maranhão registrava um acelerado processo de urbanização, gerando mudanças abruptas provocadas pelo êxodo rural. Ao mesmo tempo, verificavam-se práticas rurais e urbanas em conflito, indicando uma simbiose, fruto da incerteza do espaço de vida. O espaço rural maranhense, abandonado pelo poder público, e com poucas ou nenhuma iniciativa de desenvolvimento social, reprimiu a cultura rural. Foram valorizados apenas projetos de interesses urbano-industrial ligados ao capital internacional.

Esses projetos em vez de trazerem melhorias para as populações dessas áreas, ao contrário, proporcionaram empobrecimento sociocultural e ambiental diante das identidades abaladas.

Spósito (1988) afirma que o modelo de produção capitalista enalteceu a cidade e esta se tornou um espaço muito importante, ao mesmo tempo em que a urbanização ganhou expressividade e intensidade. Um dos fatores preponderantes foi a transformação da terra em mercadoria. Em sua análise, Lefebvre (2001) percebe que vida urbana penetra na vida camponesa despojando-a de elementos tradicionais. Pequenos centros desaparecem em proveito dos centros urbanos, transformando-se em centros comerciais e industriais, redes de distribuição, centros de decisão etc. As aldeias sofrem mutações, perdendo a especificidade camponesa. Adaptam seu ritmo ao ritmo da cidade, mas resistindo ou recuando.

A dicotomia rural-urbano conduz à temática da modernidade brasileira, profundamente comprometida com o progresso. Segundo Martins (2000, p.18), é preciso compreender as contradições da nossa modernidade,

Essa interpretação de fundo positivista, reinstaura o escalonamento do processo histórico, pois relega ao passado e ao residual aquilo que supostamente não faria parte do tempo da modernidade, como exemplo, o tradicionalismo dos pobres migrados do campo para a cidade, a cultura popular e a própria pobreza. Seriam manifestações anômalas e vencidas de uma sociabilidade extinta pela crescente e inevitável difusão da modernidade que decorreria do desenvolvimento econômico e da globalização.

Raymond Willians aborda a dicotomia campo *versus* cidade afirmando que a Revolução Industrial não transformou só a cidade: ela baseou-se num capitalismo agrário altamente desenvolvido, tendo ocorrido muito cedo o desaparecimento do campesinato tradicional. Willians (1990, p.72) complementa dizendo que

[...] à medida que ganha importância a ordem urbana fundamentada no dinheiro, para onde vai o grosso do novo capital, senão de volta para o campo, a fim de intensificar o processo de exploração? [...] a exploração do homem e da natureza, que tem lugar no campo, é concretizada e concentrada na cidade.

Assim, a modernidade se configura no contexto rural-urbano maranhense como a angústia cotidiana da incerteza em face do progresso linear. Constituída pelos ritmos desiguais do desenvolvimento econômico e social, pelo acelerado avanço tecnológico e acumulação de capitais, seguida da crescente miséria globalizada. A modernidade se propõe muito mais como estratégia de compreensão e de administração das irracionalidades e

contradições da sociedade capitalista. O homem comum, para Martins (2000, p.21), tem que inventar caminhos para superar as contradições dessa tal modernidade.

Hoje, a acentuação da especialização funcional que a indústria provocou estendeu-se para o campo. Basta percorrermos o espaço rural do Brasil e especificamente o maranhense, para observar vastas áreas de produção de cana-de-açúcar, soja, eucalipto e criação de gado. A grande propriedade monocultora vai ocupando espaço onde antes eram roçados utilizados na produção agrícola familiar. Nesse contexto, Sposito (1998, p.65) enfatiza que a cidade deixou de ser apenas o lugar onde se concentra o excedente agrícola produzido no campo, mas passou a ser também o lugar de toda a produção: da sua transformação industrial, da sua comercialização, portanto, da sua redistribuição para o campo.

Alguns pressupostos da sociologia rural permitiram perceber a diferença entre o rural e o urbano apoiado na ideia de conflito de duas realidades diferentes: o mundo rural apresentava baixa densidade populacional, predomínio de paisagem natural, atividades agropastoris, atividades ao ar livre, e o modo de vida da população ligava-se ao pertencimento a pequenas coletividades, tendo a cultura camponesa como norteadora do viver e trabalhar. A população rural seria mais homogênea, mais interativa que a urbana. Quanto ao processo produtivo, predominavam no espaço rural atividades primárias, e no espaço urbano, atividades secundárias e terciárias. (SOROKIN; ZIMMERMAN, 1979 apud MARTINS, 1986)

Hoje, o espaço rural assume novos significados, sendo mesclados com valores urbanos. Esta temática vem sendo estudado por Graziano da Silva e outros pesquisadores do projeto denominado “Rurbano”, do núcleo de pesquisas da Universidade de Campinas (Unicamp), que inclusive disponibiliza textos sobre essa temática na rede mundial de computadores, no endereço <http://www.eco.unicamp.br/nea/rurbano>. Esses estudos percebem o surgimento de um novo rural, em que a população residente no meio rural modificou-se, ou seja, o modo de vida rural tradicional cada vez mais assume aspectos culturais urbanos diante do consumo. Assim, as comunidades rurais deixam de lado a vida coletiva e absorvem o individualismo das cidades.

O conceito de rural como *continuum rural-urbano*, de acordo com Wanderley (2001), aponta que o fim do isolamento entre as cidades e o meio rural é expresso em duas vertentes: a primeira, que corresponde a uma visão urbano-centrada, privilegia o pólo urbano do *continuum* como fonte do progresso e dos valores dominantes que se impõem a sociedade. O rural aqui é visto como pólo atrasado e tenderia a reduzir-se sob a influência do polo urbano. Nessa vertente, só o urbano se sobressai, levando o fim da realidade rural. A segunda

vertente, ao contrário, considera o *continuum rural-urbano* como uma relação que aproxima e integra dois polos extremos. A hipótese central desta vertente é que as relações entre campo e cidade não destroem as particularidades dos dois pólos e não representam o fim do rural. O *continuum* se desenha entre um polo urbano e um polo rural em processo de mudança em suas relações.

Outro fenômeno estudado na transformação de espaços rurais é a chamada periurbanização. A intensa transformação do espaço rural traz inúmeras consequências de cunho social, ambiental e perdas de aspectos culturais e valores próprios das comunidades tradicionais inseridas no processo desigual de desenvolvimento. Dessa forma, Espanha (1991) percebe esses espaços como plurifuncionais, onde coexistem características e uso do solo tanto urbanos como rurais somadas a profundas transformações econômicas, sociais e físicas próxima de núcleos urbanos. Na periurbanização, a cidade expande seus limites físicos e absorve o espaço rural

Até a década de 1970, a população de São Domingos se deslocava a pé ou de canoa até a sede do município para vender o excedente da produção ou mesmo fazer compras daquilo que não produziam. Hoje o cenário é esse: a permanência de seu modo de vida entrelaçado na especulação imobiliária, que converge para a construção de moradias temporárias, casas de campo, condomínios fechados, pousadas e restaurantes. Há um grande aglomerado de casas, ruas e também um consequente aumento da população.

Essas alterações espaciais deixam entre os moradores um dilema: se esse lugar ainda é rural (povoado) ou se já é urbano (bairro). Entre as instituições de poder municipal e até governamental esse dilema também se dá, pois a Secretaria de Educação considera o lugar como bairro e a Secretaria de Saúde (Programa de Saúde Familiar - PSF) o trata como povoado rural. Esse fato reflete mentalidades em conflitos.

Entende-se povoado como um lugar ainda com práticas rurais. O lugar para onde converge o trabalho camponês. Pessoas que por necessidade de relações de vizinhança se aproximam e formam uma comunidade, muitas vezes constituído de uma rua na beira de um rio (no caso da comunidade São Domingos) ou estradas e caminhos. Essas relações são baseadas por afinidades dos sujeitos do processo produtivo, como pescadores, agricultores, coletores, artesãos etc.

A noção de povoado denota uma vivência própria ou autônoma. A ligação com o centro administrativo não era de dependência, no entanto, com o desenvolvimento e a ampliação do turismo na região, o povoado São Domingos perdeu sua autonomia, ligando-se ao centro pela subserviência às atividades do turismo.

A permanência da ideia de São Domingos como povoado reflete uma mentalidade coletiva baseada na autonomia que essa comunidade sempre teve em relação ao centro administrativo do município (cidade), pois suas práticas tradicionais de vivência, economia, social e cultural são presentes, por exemplo: na pesca, no plantio da mandioca, da banana, do arroz, dos legumes e na fabricação da farinha, na confecção de suas canoas, na criação de galinhas, porco e de pequenos rebanhos de gado.

A inserção do desenvolvimento turístico com a atividade de veraneio processou mudanças repentinas na comunidade, forjadas pelas instâncias governamentais. O que dizem as leis de zoneamento urbano municipal não é o que impera no cotidiano das pessoas.

O fenômeno da urbanização em comunidades não urbanas traz inúmeras consequências de cunho social, ambiental e de perda de aspectos culturais. A urbanização ocorrida na região em estudo acontece de forma desordenada, através de um modelo de desenvolvimento desigual. Pergunta-se a que custo esse “desenvolvimento” vem sendo construído e a quem ele interessa. São questionamentos pertinentes.

O poder municipal, através da Secretaria de Educação, incorporou à comunidade São Domingos a categoria de bairro, no entanto, nenhuma melhoria chegou quanto ao que estabelecem os parâmetros do IBGE¹⁵. Ao contrário, a situação se torna degradante pela urbanização acelerada e desordenada diante das atividades veranistas.

A pressão da especulação imobiliária incorpora no planejamento da cidade, através do seu Plano Diretor, uma urbanização forçada que pode ocasionar proliferação de periferias, poluição dos recursos hídricos e dos mananciais, inchaço populacional, violência nos vários graus e prostituição, pois o planejamento urbano brasileiro, segundo Villaça (1998), não abrange toda a ação do Estado sobre o urbano e sobre o processo de urbanização.

Villaça (1998) afirma que a partir da ideia do planejamento urbano, como a organização do espaço urbano, embora não se limite a isso, configura um processo contínuo do qual o plano diretor constitui apenas um momento. O processo seria uma atividade multidisciplinar e envolveria uma pesquisa previa (diagnóstico técnico) que revelaria e fundamentaria os problemas urbanos e seus desdobramentos futuros, cujas soluções seriam objeto de proposições que integram os aspectos econômicos, físicos, sociais e políticos.

¹⁵ Os critérios para definição e delimitação de bairro incluem determinadas intervenções – urbanização, área ocupada, concentração de equipamento e serviços urbanos, acessibilidade e organização comunitária.

O plano diretor se difundiu no Brasil a partir da década de 1940, mas foi substituído por outros nomes a partir da década de 1960. No final da década de 1980, esse nome foi ressuscitado pela Constituição Federal.

Villaça (1998) destaca ainda cinco correntes do planejamento urbano: 1) planejamento urbano *latu sensu*, que inclui tanto os discursos como as práticas de um ordenamento urbano; 2) planejamento urbano *stricto sensu*, corrente que teve como eixo as atividades e discursos que vieram a desembocar nos atuais planos diretores; 3) planejamento de novas cidades; 4) o chamado urbanismo sanitarista; e 5) o zoneamento.

Especificamente, o zoneamento significa divisão racional de uma área em setores sujeito a normas específicas para o desenvolvimento de certas atividades, para a conservação do meio ambiente ou a preservação do meio cultural (FERREIRA, 2005). No Brasil, essa forma de planejamento data do final do século XIX, no entanto, serviu para atender aos interesses claros dos bairros de população da mais alta renda.

A Lei de Zoneamento do município de Barreirinhas, instituída pela Lei n.º 531, de 5 de julho de 2005 divide o espaço nos seguintes setores: zona residencial, zona de proteção ambiental, zona de interesse social, zona de interesse agrícola, zona de interesse turístico, zona de interesse sanitário, zona de interesse institucional, zona industrial, zona aeroportuária, zona de expansão urbana e zona portuária. Fazer valer o que contempla a Lei de Zoneamento do município, diante da especulação imobiliária que cresce na região, é uma tarefa quase impossível.

As novas relações econômicas trazidas pelas atividades do veraneio na comunidade São Domingos vêm a riqueza no ambiente natural e na terra, antes espaços rurais usados pelos moradores locais. Sobre essa questão, Veiga (2003) afirma que se buscam hoje os encantos da vida natural ou rural, a beleza, a tranquilidade e segurança, valorizadas por aposentados, turistas e empresários. Essa atração pelos aspectos naturais desses lugares condiciona uma nova configuração desses espaços, que se apresentam agora como um novo tipo de mercado explorado e apropriado pelo ideário do chamado modelo sustentável de desenvolvimento.

Essa dubiedade presente nas instâncias governamentais sobre a condição do lugar ser rural (povoado) ou urbano (bairro) reflete o momento dessas transformações, pois São Domingos ganha evidência como um balneário receptor de veranistas, e espaços de moradias temporárias. Como expressa dona Maristela Lopes¹⁶, dona de uma casa de veraneio, “Aqui as

¹⁶ Depoimento cedido em setembro de 2012.

chaves do quadriciclo, caminhonete ficam aí na porta; a gente entra e dorme. Aqui o único perigo é as vacas entrarem e comerem a grama. Aqui é tranquilo; aqui me sinto bem; acho que é uma paz, uma interação com a natureza. Adoro aqui”.

E bem verdade que o espaço natural está sendo alterado tanto em cidades pequenas como em grandes cidades, de forma violenta, pela força hegemônica do modelo econômico atual. O espaço natural ou rural se torna atrativo para a população urbana que procura sair do seu cotidiano padronizado das cidades. Assim, busca-se no ecoturismo uma interação com o meio natural. Esse fato é bem representativo na comunidade São Domingos, que se configura como um lugar de atração turística.

O discurso sobre desenvolvimento sustentável propõe a integração da comunidade local com atividades que possam promover a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais e culturais locais. De acordo com Almino (2006, p. 43 e 44),

A partir da década de oitenta do século passado ganha espaço uma concepção ecológica que parte de uma ética social humana. Nesta perspectiva o desenvolvimento não é negado, opõe-se a um desenvolvimento com efeitos ambientais negativos. Não se abandona a crença no progresso, mas defende-se a revisão dos erros cometidos no passado para que um novo tipo de progresso possa prevalecer. Na Comissão de Brundtlandem 1987 o termo desenvolvimento sustentável foi popularizado. Muitas formulações contemporâneas canalizadas para a discussão sobre o desenvolvimento sustentável devem aos estudos sobre ecodesenvolvimento, cujos seus principais estudiosos foram Ignacy Sachs e Johann Galtung.

O discurso do desenvolvimento sustentável se transformou em uma faca de dois gumes. Torna-se um argumento da luta da sociedade civil organizada por uma sociedade ou ambiente justo e saudável; se forem bem conduzidos, bons frutos serão colhidos. Por outro lado, o modelo vigente de desenvolvimento utiliza vários instrumentais para se aproveitar do ideário da sustentabilidade, utilizando-a como um novo tipo de mercado em que todos os espaços, sejam naturais, rurais e culturais, passam a ser objetos de consumo.

3.4 Os matizes do turismo

No início da década de '80 do século XX, os polos turísticos do Estado se concentravam em São Luís e Alcântara. Os recursos governamentais ligadas à Empresa Brasileira de Turismo (Embratur) eram destinados à propaganda, infraestrutura e dinamização da rede hoteleira e estava em processo de criação de uma indústria cultural.

Em meados dos anos '80 e '90, são lançados os primeiros Planos Governamentais de Turismo para a região dos Lençóis Maranhenses. A Maratur -- Empresa Maranhense de Turismo, elaborou o Programa de Zoneamento do Estado, buscando conhecer o potencial turístico estadual, definindo a criação da zona litorânea do artesanato, formada por Araiões, Barreirinhas e Tutoia. Nenhuma ação foi realizada no município nesse período. No início de 1990, a Maratur promoveu o lançamento dos municípios de Carolina e Barreirinhas para o mercado turístico nacional e internacional, novamente dividindo o Estado em zonas turísticas: Zona dos Lençóis Maranhenses, compreendendo Barreirinhas, Humberto de Campos, Primeira Cruz, Santo Amaro, Tutoia. Paulino Neves e Araiões. (MARANHÃO, 1994)

Documentos da Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado do Maranhão (1994) expressam que na década de 1990 Barreirinhas se firmou como polo turístico, apesar da via de acesso ser precária.

Somente com a construção e conclusão da Rodovia MA-402, em 2002, aconteceu a abertura oficial do turismo na região, sendo Barreirinhas a entrada principal para se chegar ao Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses. A rodovia permitiu um fluxo variado de veículos, sendo que quase 50% dos visitantes chegam de carro próprio, como mostram os dados da Secretaria de Turismo do Município (SECTUR), no quadro abaixo.

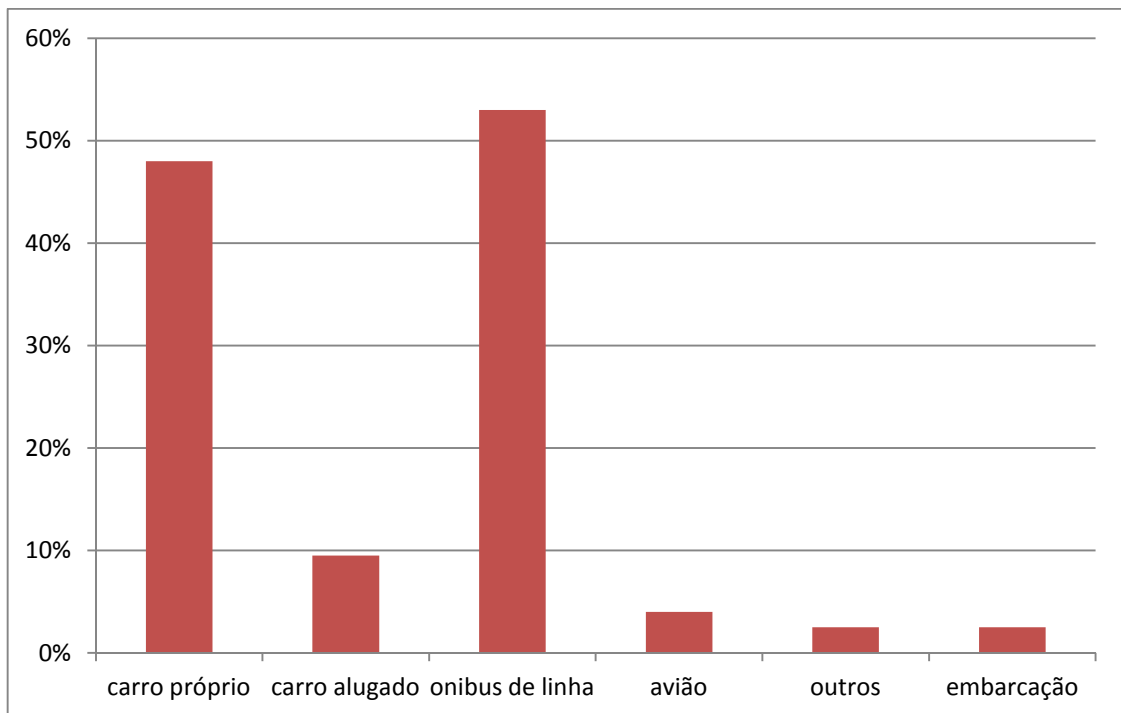


Gráfico 1 - Os meios de transporte utilizado para chegar à região (dados de 2010).

Fonte: SECTUR apud BARREIRINHAS, 2011.

Visando o crescimento da atividade turística, o Governo Federal, em parceria com os estados, elaborou alguns programas com a finalidade de investir no turismo, atraindo recursos para as regiões com essa vocação. Dentre esses programas destacam-se o Prodetur (Programa de Ações para o Desenvolvimento do Turismo do Nordeste) e o Proecotur (Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia). Ambos têm ações que contemplam o Maranhão.

Em 1998 foi elaborada, pelo Governo do Estado, uma nova política de turismo, o Plano de Desenvolvimento Integral do Turismo no Maranhão – Plano Maior, voltado para o desenvolvimento do turismo local.

O Plano Maior foi concebido para ser desenvolvido em três etapas: a) diagnóstico, b) definição das estratégias, e c) a elaboração do plano operacional. Após essas etapas, iniciou-se a fase dois, que correspondeu à implantação do Plano, constituída de duas etapas: a) estruturação (período de 2000 a 2002) e b) consolidação (de 2003 a 2010). O Plano Maior divide o território estadual maranhense em 217 municípios, dos quais 19 são considerados de interesse turístico, estando agrupados em cinco polos: Polo de São Luís, Polo do Parque dos Lençóis, Polo do Delta das Américas, Polo da Floresta dos Guarás e o Polo da Chapada das Mesas, como mostra o mapa abaixo. (MARANHÃO, 2002)



Mapa 6 - Pólos turísticos definidos para o Maranhão na primeira versão do Plano Maior.
Fonte: MARANHÃO, 2002.

Especificamente, o município de Barreirinhas passa a oferecer roteiros turísticos comercializados pelas agências de turismo local, que são os seguintes, de acordo com o quadro abaixo:

ROTEIRO	DESCRIÇÃO
Circuito Lagoas Azul, do Peixe e Bonita	Lagoas interdunares da Área do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses (PNLM).
Circuito Comunidades do Parque	Passeio circundando as comunidades da Área do PNLM.
Circuito do Rio Preguiças	Passeio de barco saindo da sede do município percorrendo as comunidades ribeirinhas até chegar ao povoado Atins.
Circuito da Casa de Farinha do Tapuio	Visita à comunidade do Tapuio para observação da fabricação da farinha de mandioca.
Caminhada do Canto do Atins	Caminhada no entorno da comunidade pesqueira do Atins.
Circuito Cardoso	Banhos no rio Formiga, situado no limite dos municípios de Barreirinhas e Paulino Neves.

Quadro 1 - Roteiro turístico oferecido comercialmente em Barreirinhas.

Fonte: Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo em Barreirinhas, 2011. (Adaptado pela autora).

Além dos circuitos do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, com suas lagoas interdunares, o circuito do rio Preguiças se tornou um trajeto dos mais praticados, tanto é que se propagou também na mídia regional e nacional, e também na rede mundial de computadores, onde se encontra intensa divulgação. O trecho abaixo é parte integrante de um artigo publicado no jornal *Folha on-line*, da Folha de S. Paulo:

Ao ler o nome desse rio, será provavelmente, a primeira vez na vida em que o viajante se depara com a palavra preguiça escrito no plural. Um suposto plural ao menos. O rio que nasce no interior do Estado, tem 120 km de extensão e avança em ziguezague delimitando, à sua direita a APA (Área de Proteção Ambiental) dos Pequenos Lençóis, área de dunas mais modestas que as do parque nacional. Cruzar o rio até perto de onde se encontra com o mar já se tornou um passeio tradicional para aqueles que visitam a região (PEREIRA, 2012 [on-line]).

Essa divulgação, por um lado, atrai divisas para o Estado e região. Por outro, pode levar a um turismo predatório. Nesse sentido, a importância de proteger a vida desse manancial de riqueza natural e sua população ribeirinha é urgente, pois se tornou um produto

ofertado no roteiro turístico, já que apresenta a possibilidade de banho em todo o seu curso, principalmente nas comunidades ribeirinhas e na sede do município. Soma-se a isso a questão da especulação imobiliária em suas margens.

No circuito da Cardoso, limite de Barreirinhas com o município de Paulino Neves, o turista aproveita as águas claras do rio Formiga. Nesse lugar, houve um caso de revolta da comunidade local em relação às visitas turísticas desordenadas. Inicialmente, Cardoso era visitado apenas por grupos familiares circunvizinhos. Em 2005, as agências de turismo iniciaram a comercialização do rio Formiga como alternativa de suprir falta das lagoas interdunares que secavam durante o período de estiagem, geralmente nos meses de setembro a dezembro. Com a diminuição do fluxo turístico do PNLN, houve uma demanda de visitas nesse novo roteiro.

Percebendo a utilização de suas áreas para fins turístico-comercial, a comunidade da Cardoso, através de sua associação de moradores, protestou, alegando que estava sendo excluída dos ganhos monetários das visitas, ou seja, as agências fechavam o pacote turístico e lucravam sozinhas. A comunidade da Cardoso resolveu interditar os locais de acesso ao rio, pois este passa por dentro de suas terras. Assim, o caso foi negociado junto às prefeituras de Barreirinhas e Paulino Neves no sentido de se disciplinar as atividades turísticas na comunidade. Atualmente é cobrada uma taxa de visita de dois reais por pessoa, valor que é repassado à associação de moradores, e os visitantes não podem entrar no rio com bebida e comida. Outra decisão foi que os guias turísticos devem ser obrigatoriamente da comunidade da Cardoso. Esse caso mostra que as comunidades envolvidas nos roteiros turísticos comerciais estão atentas à realidade, desmontado o mito de que são grupos sociais desmobilizados.

O uso das áreas com paisagens naturais para roteiros turísticos comerciais, hoje, chega com a força da pressão do modelo econômico vigente. Essa forma de adentrar nesses lugares se assemelha ao explorador ávido na busca de riquezas. Nessa procura não enxerga a presença dos moradores locais.



Foto 7 - Panfleto publicitário dos roteiros turísticos na região dos Lençóis

Fonte: Guias de Turismo de Barreirinhas

A corrida pelo exótico, presente em áreas de paisagem natural com suas comunidades tradicionais se transformam em locais comercializáveis no mercado turístico, hoje. Segundo Barretto (2000), muitos turistas buscam o “paraíso perdido”, ou seja, as formas de vida de uma sociedade pré-moderna. Assim, comunidades com padrão de desenvolvimento diferente da sociedade urbano-industrial trazem o rótulo de “autenticidade local”, produto valorizado atualmente.

O plano governamental de turismo denominado Plano Maior, versão 2010/2020, foi relançado em 2011. Foi elaborado pela consultoria espanhola Chias Marketing. Esta versão amplia os polos turísticos. Além dos cinco já citados (São Luís, Parque dos Lençóis, Delta das Américas, Chapadas das Mesas e Floresta dos Guaras), foram acrescentados o Polo Muni, o Polo Cocais, o Polo Serras Guajajara, Timbira e Kanela; Polo Amazônia Maranhense, Polo Lagoas e Campos Floridos (cf. abaixo o mapa turístico). Dentro desses polos sobressaem-se os seguintes segmentos turísticos: negócios e eventos; sol e praia; turismo cultural; ecoturismo; turismo de aventura; turismo náutico e turismo rural. (MARANHÃO, 2007)

Essa nova versão do Plano Maior apresenta-se como instrumento técnico para consolidar o destino do Maranhão nos mercados nacionais e internacionais através de dois enfoques:

1 – Plano operacional de desenvolvimento subdividido em cinco macroprogramas:

a) Macroprograma de Desenvolvimento dos Pólos– programas, projetos e ações necessários para o desenvolvimento do potencial turístico dos Pólos em suas especificidades;

b) Macroprograma de Desenvolvimento dos Segmentos – conjunto de ações que objetivam desenvolver o potencial turístico do Maranhão em segmentos específicos, a fim de garantir maior competitividade;

c) Macroprograma de Capacitação – respalda o desenvolvimento dos Pólos e Segmentos baseado na qualidade da experiência, no profissionalismo na gestão e nos serviços e na sustentabilidade do turismo;

d) Macroprograma de Fomento aos Investimentos – objetiva fomentar investimentos públicos e privados a fim de criar condições para implantação, evolução e sustentabilidade do Plano Operacional de Desenvolvimento;

e) Macroprograma de Organização e Gestão - propõe ações e programas para a organização da gestão turística do Estado, visando torná-lo ainda mais eficiente.

2 – O Plano Operacional de Marketing: subdivide-se em quatro macroprogramas:

a) Macroprograma de Comunicação – visa alterar formalmente a imagem do Maranhão trabalhada com os diversos públicos e mercados;

b) Macroprograma de Promoção nos Mercados – estabelece contato com os mercados para informar, mobilizar e suscitar interesse de viagem ao Maranhão dentre os públicos potenciais dos mercados geográficos prioritários;

c) Macroprograma de Sensibilização da Comunidade – define atuações de disseminação dos principais conceitos inerentes à importância do turismo para o desenvolvimento econômico e social do Estado e ao valor do patrimônio cultural e natural do Maranhão para a população local;

d) Macroprograma de Monitoramento, Informação e Controle – Produção da informação de mercado para o marketing inteligente e estabelecimento de suporte de dados e informações necessárias à gestão mais eficiente do Plano Operacional de Marketing.

A força da propaganda em torno dessa região turística se expressa na comunidade em estudo através da televisão, jornais, folhetos de empresas turísticas e do discurso governamental.

A imagem do município de Barreirinhas como o Portal dos Lençóis Maranhenses, eleva a autoestima de seus moradores locais e daqueles que deixaram o lugar. Muitos barreirinhenses que moram na capital ou em outros estados começam a voltar. Compram terrenos e constroem casas de veraneio.

A fala do senhor Enéas Miranda Conceição, morador antigo, expressa orgulho pelo seu lugar, mas, ao mesmo tempo, preocupa-se com o fenômeno do turismo,

Tudo modificou com o turismo. O turismo tá na faixa de 25 anos aqui desenvolvido; agora ele precisa de um controle. Uma das coisas importante a Barreirinhas, as dunas deu vida e ponto de atração e passa a ser chamada oitava maravilha do mundo natural¹⁷.

Os planos de turismo, juntamente com a construção da estrada MA-402, traz à tona a ideologia do desenvolvimento como possibilidade de melhoria de vida das pessoas da região. A possibilidade do tal turismo gera um deslumbramento sem tamanho. No entanto, o que se questiona é se o turismo se preocupa com as comunidades locais.

As políticas governamentais pensadas para a região através de seus planos deixam claro que o sentido de desenvolvimento está ligado ao econômico como crescimento, que acompanha modificações na estrutura produtiva sem pensar localmente. É pleno de contradições, pois o discurso e a estratégia de desenvolvimento produzem também desigualdade e pobreza.

Analisando o tema, Escobar (2007) afirma que por quase 50 anos na América Latina, Ásia e África o “desenvolvimento” se tornou um evangelho pregado com intenso fervor. Inicialmente desenvolvido nos EUA e na Europa durante os anos seguintes ao fim da Segunda Guerra Mundial, é ansiosamente aceito e melhorado pelas elites governamentais do Terceiro Mundo. Desde então, o desenvolvimento continha uma proposta de um ponto de vista antropológico: a transformação de culturas e as formações sociais de três continentes de acordo com os ditames do chamado Primeiro Mundo. Assim, o argumento do desenvolvimento deve ser visto como um sistema de representação, como uma “invenção”. Seu discurso e estratégia produziram a pobreza em massa, exploração e opressão, dívidas, fome, desnutrição e violência.

¹⁷ Depoimento cedido em fevereiro de 2012.

Dessa forma, Escobar (2007) afirma que a realidade tinha sido colonizada pelo discurso do desenvolvimento. Nessa linha, Castro-Gómez (2005) reitera que atual reorganização global da economia capitalista se apoia na produção de diferenças gestadas na busca frenética do progresso baseado no modelo capitalista.

Os vários meios de divulgação promovem, através da propaganda intensiva, um modelo de turismo para a região como forma de progresso econômico. A produção e a reprodução dessa forma de pensar, de uma forma ou de outra, podem interferir, direta ou indiretamente, sobre a opinião pública.

A dominação do capital sobre o trabalho é uma exploração, base das lutas de classe que se expressa na política, na luta ideológica e na disputa por hegemonia. Para garantir a dominação econômica, existe uma dominação político-ideológica, onde a agência principal é o Estado, como defensor das classes dominantes. Para tanto, utiliza a repressão através das instituições do Estado, que é acionada em momentos de crise da hegemonia. Gramsci explica que a possibilidade da dominação se dá pela interiorização da ideologia dominante pelas classes subalternas e a ausência de uma visão de mundo coerente e homogênea por parte dessas classes, que lhes permitam autonomia. (MOCHCOVITCH, 1988)

Nessa linha de pensamento, Barbosa (2002, p.75) enfatiza que o turista também é envolvido nas tramas do marketing:

Na realidade, somos bombardeados por um marketing apelativo que vai moldando uma sociedade do espetáculo, usando diversos apelativos, usando diversos artifícios para seduzir o turista: a sensualidade, o status ou o descanso das viagens de férias. Nesse sentido o turista prefere o embrulho que contém toda uma simulação, a emoção e a possibilidade de viajar sem se preocupar com o que está ao seu redor.

O fenômeno do veraneio na comunidade São Domingos produz variadas mudanças, e uma delas é o interesse do mercado turístico pela terra. Pousadas, hotéis e casas de veraneio que vão ocupando lugar onde antes eram roçados e pequenos sítios.

Sobre essa questão, o estudo de Tasso (2010) afirma que o modelo de desenvolvimento turístico de Barreirinhas traz características que parecem estar mais voltadas para um modelo de crescimento econômico permeado pela concentração de riquezas por um mercado fortemente segmentado, não direcionando benefícios e melhorias para as comunidades locais.

O turismo constitui uma mercadoria de grande valor na contemporaneidade. Nesse contexto, Marx (1977) enfatiza que a mercadoria, em vez de ser consumida por quem produz, está destinada à troca e à venda. É a forma elementar da riqueza das sociedades em que impera o regime de produção capitalista. No valor das mercadorias está incluído o tempo

de trabalho humano despendido na sua produção, trabalho este usurpado pelo proprietário dos meios de produção, como descreve o autor no conceito de mais-valia. Dessa forma, o mercado cria novas necessidades, cria produtos e consumidores, pois o consumo cria necessidade de uma nova produção. Qualquer mercadoria se apresenta sob o duplo aspecto de valor de uso e valor de troca.

A ideia de turismo como novo eldorado carrega consigo valores que a comunidade em estudo apreende sem perceber as consequências. Já que no jogo do chamado ciclo do crescimento, como exemplifica Krippendorf (2000), o turismo traz em torno de si esse ciclo mágico da lógica econômica: mais produção proporciona mais trabalho; mais trabalho proporciona mais receita; mais receita levará a mais consumo; mais consumo necessita de mais produção.

Os espaços agrários da comunidade são patrimônio familiar e passam a ser valorizados no mercado de terras como áreas-chave da recepção turística, já que é uma área à beira do rio. Assim, configura-se como um lugar desejado ao descanso e lazer. Dessa forma, os empreendimentos ligados a diversos ramos da atividade se instalam nessa comunidade e oferecem empregos para várias ocupações que, mesmo simples, exigem qualificação, como: recepcionista, garçom, arrumadeira, cozinheira, jardineiro, porteiro, pilotos de lancha etc.

Karl Polany (2000) explica que a transformação da economia anterior (subsistência) para esse sistema (mercado) implica em mudança na motivação, ou seja, o lucro passa a substituir a motivação pela subsistência; todas as transações se transformam em transações monetárias. Nesse sentido, os planos de turismo direcionados para a região acentuam as desigualdades e diferenças.

O fenômeno turístico que se inicia na década de '80 e se intensificou após a construção da estrada MA-402 trouxe os visitantes veranistas em busca por balneários para suas horas de lazer. A facilidade de locomoção trouxe cada vez mais um fluxo de pessoas com períodos curtos de estadia no município.

A expansão do veraneio altera a vida cotidiana desses segmentos sociais, com a visão de lucro impregnada no mercado imobiliário e demais serviços que fazem parte do mercado do entretenimento, e condiciona novas relações frente às transformações do espaço.

Com o desenvolvimento do turismo na região, a designação territorial também passa por mudanças, pois o foco central passa a ser a característica da paisagem dos Lençóis Maranhenses, associada à diversidade ambiental e possibilidade ecoturística divulgada em níveis nacional e internacional. Essa nova definição territorial foi uma ideia absorvida rapidamente através da mídia.

O turismo chega à região como uma nova colonização, forçada pela propaganda e pelos planos de governos. Boff (1998) esclarece que toda colonização, seja antiga ou moderna, pela integração imposta ao mercado mundial, significa violência e implica o bloqueio do desenvolvimento autônomo de um povo; representa a submissão de parte importante da cultura com sua memória e valores à cultura invasora. Os colonizados de ontem e de hoje são forçados a assumir formas políticas, hábitos culturais, modos de produzir e consumo dos colonizadores. A população chegada inculca valores estrangeiros e acreditam que a cultura do outro nada vale e que suas tradições são ridículas.

Esse processo permanece atual no Maranhão, pois os espaços sociais não inseridos no sistema mundial de produção e consumo se tornam sobrantes do processo de modernização e os grupos sociais dessas localidades são permanentes vítimas de exclusão.

Castro-Gomez (2004) enfatiza que, para todos os povos latino-americanos, o colonialismo não significou apenas a espoliação e destruição, e sim o começo do inevitável caminho rumo ao desenvolvimento e à modernização. A exploração colonial é legitimada na diferença entre colonizador e colonizado. No final do século XIX, houve uma integração e dependência econômica dos países latino-americanos no padrão da economia inglesa. No século XX, aceitaram a hegemonia norte-americana, e se tornaram lugares privilegiados da experimentação da estratégia liberal-desenvolvimentista

O desenvolvimento turístico como atividade expressiva no capitalismo contemporâneo coloca frente à frente pessoas que se enxergam como portadoras de uma função precisa: uns trazem dinheiro, com o qual compram os serviços do outro. Um é consumidor e o outro é parte da mercadoria. (BARRETTO, 2004)

Mais especificamente, o desenvolvimento turístico, como exploração econômica, traz uma variedade de possibilidades mercadológicas agrupadas em duas divisões. Segundo Barretto (2004), o turismo motivado pelo atrativo natural (as paisagens, fauna e flora); e o turismo motivado pela busca de atrativos culturais, onde a história, o cotidiano, o artesanato, as lendas e festas têm relevância.

A comunidade São Domingos, em Barreirinhas, nesse contexto, reúne as duas possibilidades de turismo. Neste ponto percebe-se que o turismo se apropria do meio natural (a terra e a paisagem) e do meio cultural, com intenções estritamente mercantis.

3.5 Um lugar de turismo de veraneio

A inserção da Comunidade São Domingos, em Barreirinhas (MA), na rota do turismo global, tem a prática do veraneio como expressiva. Muita gente chega à localidade. Quem são estes chegantes? O que os motivam a viajar?

Desde o aparecimento das primeiras viagens organizadas, no século XIX, até os dias de hoje, muita coisa mudou. A própria palavra turismo, que provém do latim *tornare* e significa “dar uma volta”, foi absorvida pelo termo *grand-tour*, na língua francesa, referindo-se as viagens realizadas nos séculos XV, XVI e XVII pelos filhos dos aristocratas e novos burgueses. Posteriormente, nas línguas inglesa e francesa, e inclusive no Dicionário da Língua Portuguesa, especificamente o *Aurélio* (FERREIRA, 2005) o termo ganha o significado de viagem feita por prazer a locais que despertam interesse.

Barbosa (2002) percebe que, submetido às leis do mercado, o turismo ganha uma definição técnica e oficial para transformá-lo em dados estatísticos com o intuito de registrar um padrão do turismo em nível mundial a partir da criação da Organização Mundial do Turismo, em Haia, Holanda, em 1925.

Krippendorf (2000) afirma que o ser humano não nasceu turista, mas, com a curiosidade e um sentimento nostálgico em relação aos lugares distantes que gostaria de conhecer. O turismo como prática social mudou ao longo da história. Cada nova definição consiste em uma nova tentativa de se conceituar algo que tem uma dinâmica dentro do processo de desenvolvimento capitalista.

Barbosa (2002) classifica em duas categorias os visitantes de um lugar: o viajante, aquela pessoa que consome equipamentos turísticos, transportes (aviões, navios, carros), hotéis ou restaurantes, porém, faz seu próprio itinerário, preocupando-se em interagir com os lugares visitados, com a cultura local; informa-se antecipadamente sobre os destinos; às vezes, tem senso crítico e é seu próprio guia, isto é, um grande desbravador. Enfrenta mais dificuldades nas viagens e corre mais riscos do que aquele que compra tudo pronto. O turista é um consumidor que busca sempre o conforto, é acomodado; quanto menos sacrifício numa viagem, melhor. Adepto da lei do menor esforço, não quer correr riscos. Normalmente, é um grande consumidor de pacotes de viagem, que incluem *transfers* (hotel-aeroporto-hotel), passeios, às vezes, refeição.

A Organização Mundial de Turismo - OMT (1994) enfatiza que turista e veranista têm conceitos semelhantes. O veranista tem casa de veraneio em uma cidade e vai para lá quando quer; é considerado turista não residente por não ter domicílio permanente.

A formação de uma viagem turística pode ser motivada por diversas razões: negócios, congressos, saúde e lazer. Krippendorff (2000), acrescenta ainda o aumento populacional, o aumento do tempo livre institucionalizado e a concentração urbana, sendo que esta última é responsável pela necessidade de fuga das grandes cidades, em busca de novos ares no campo ou espaços litorâneos que proporcionem uma mudança na rotina

No caso de veranistas, sobressai-se a busca do lazer, fruto da divulgação midiática, transformando-se socioespacialmente numa relação de mercado. Considera-se que a região dos Lençóis Maranhenses não é um pólo turístico, e sim um ambiente que se transforma gradativamente num espaço de veraneio; cada dia são construídas muitas moradias temporárias.

A realidade da pesquisa de campo mostra como a região, e especialmente a comunidade pesquisada, se tornou um canteiro de obras. Muitos terrenos à venda e construções de casas de veraneio, clubes e condomínios de luxo se tornam presentes na paisagem atual.

Verifica-se na região vários tipos de turista. A variação se deve às diferentes motivações de viagem. Entre os vários tipos de turistas, tem-se o tipo **ecológico**, aquele que está em busca de paisagens naturais. Nesse tipo veem-se pessoas de variados perfis: estrangeiros das mais distintas nacionalidades e brasileiros de diferentes profissões e cultura. É um tipo observador e contemplador do meio que o cerca. O **veranista** adquire logo um pedaço de terra e constrói uma casa para ali estar todo final de semana ou feriado. O **turista de negócios** é o que aproveita os “bons ventos” do mercado econômico.

O veranista é também identificado pela literatura como *turista de segunda residência*, fenômeno que se inicia na década de 1950, no momento do nacional-desenvolvimentismo, que promoveu a implantação e ampliação da indústria automobilística, e durante a abertura de estradas e rodovias. Junta-se a essas razões a incorporação, pela classe média urbana, da ideologia do turismo e do lazer como forma de status. (BECKER, 1995)

Para Bresser-Pereira (2008), a ideia do nacional-desenvolvimentismo é produto e instrumento da revolução capitalista ou da modernização. O papel do nacionalismo era garantir a autonomia e o desenvolvimento econômico nacional, pois é construída uma unidade político-territorial própria para o capitalismo. Nos países centrais existe como contrapartida o internacionalismo; já nos países periféricos ou em desenvolvimento, a contrapartida e a mentalidade colonial. O nacionalismo é a ideologia daqueles em que a relação de competição entre os estados-nações define-se como obrigação e é um interesse que cabe ao governo nacional defender.

A teoria do subdesenvolvimento estudada por Celso Furtado procurou compreender os problemas referentes ao atraso e examinar as peculiaridades do desenvolvimento do capitalismo nacional brasileiro. Para sair do círculo vicioso do subdesenvolvimento, a solução seria industrializar-se. Desenvolve-se a mais poderosa ideologia industrialista, influenciam-se e determinam-se políticas concretas, agendas de ação dos vários governos latino-americanos. (OLIVEIRA,1983)

Partindo das concepções sobre o desenvolvimento desigual, surge na América Latina a teoria da dependência, que tentava explicar as novas características do desenvolvimento socioeconômico da região. Desde a década de 1930, as economias latino-americanas, sob o impacto da crise econômica mundial iniciada em 1929, haviam se orientado na direção da industrialização. Essa industrialização, implantada na década de 1930-1940 nos principais países dependentes e coloniais, serviu de base para a nova fase do desenvolvimento econômico do pós-guerra e se articulou como movimento de expansão do capital internacional, através das empresas multinacionais. Abria-se o caminho para compreender o desenvolvimento e o subdesenvolvimento como o resultado histórico do desenvolvimento do capitalismo. (BRESSER-PEREIRA, 2008)

Bresser-Pereira (2008) reitera que o Brasil passou por vários governos com programas desenvolvimentistas. Alguns períodos foram relevantes. Nos anos '50, Juscelino Kubitschek incentivou a indústria automobilística, a abertura de estradas e a criação de Brasília. Nos anos '70, os governos incentivaram o desenvolvimento do país com diversos investimentos em infraestrutura, abertura e asfaltamento de estradas, construção de usinas de energia (entre as quais Itaipu e Tucuruí), a Ponte Rio-Niterói, aeroportos, portos, a criação do Proálcool e da Telebrás.

A abertura de estradas no país nesse período promoveu um fluxo mais frequente de pessoas, sejam daquelas que saíam em busca de melhores condições de trabalho e estudo nos centros urbanos, ou aquelas de maior poder aquisitivo que buscavam conhecer novos lugares para fins de lazer.

Para dissertar sobre o lazer é necessário voltar um pouco ao tempo. Na antiga Grécia e Roma, o tempo livre ou o ócio era apenas para as classes abastadas da sociedade, desprovidas da necessidade de trabalhar, segundo as normas civis, morais e políticas dessas culturas. No entanto, esse ócio se baseava nos braços e mãos dos camponeses e escravos, que as alimentavam.

O lazer, para Dumazedier (2000, p.34), é uma realidade ambígua e apresenta aspectos múltiplos e contraditórios. Ele o conceitua como

Um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se ou, ainda, para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais.

A necessidade do lazer, segundo Dumazidier (2000), cresce com a urbanização e industrialização e funda uma nova concepção de felicidade. Acabou se firmando como um valor no século XX. Esta ideia foi incorporada a partir do momento em que o modelo capitalista de produção aliou o trabalho ao lazer, construindo uma indústria de lazeres.

O crescimento do lazer, de acordo com Barbosa (2002), está longe de ser igual em todas as camadas da sociedade. Como exemplo: operários que moram em cidades isoladas ou em periferias, onde persiste a segregação social, entre outras carências.

Em sociedades tradicionais ou camponesas, as tarefas diárias, como o cuidado com os animais, o plantio nas épocas adequadas, as indústrias caseiras, o artesanato etc. dificultam a saída do morador do seu ambiente cotidiano e viajar em busca de lazer. Mas a ambiguidade de sentido do lazer, na visão de Dumazidier (2000), coloca uma dúvida: a prática cotidiana dos afazeres tradicionais não é por si uma forma de lazer?

O número dos grupos de turistas que vão à região dos Lençóis Maranhenses com a finalidade de conhecimento sociocultural é irrisório diante do número de veranistas que chegam aproveitando os bons ventos da estabilidade econômica e a facilidade promovida pelo turismo doméstico¹⁸ nacional diante da queda dos preços de passagens aéreas.

No período de 2000 a 2009, o fluxo teve um incremento acumulado em cerca de 140%, verificando-se a série histórica dos últimos dez anos, pressupondo-se que houve aumento importante de visitantes no Estado, por via aérea, durante esse período. Entre 2007 e 2010, as estimativas de fluxo, calculadas pela Secretaria Estadual de Turismo, com base nos levantamentos da Secretaria de Turismo de São Luís e nas pesquisas de demanda realizadas anualmente no Estado, revelam um crescimento de 16,51% no fluxo de turistas, com uma ligeira queda de quase 6% em 2009. (SECTUR-MA, 2007, apud BARREIRINHAS, 2011)

Ainda segundo dados da Secretaria de Estado do Turismo, em 2009 a receita gerada pelo turismo no Estado foi de aproximadamente R\$ 1,4 milhões. Observa-se que a receita gerada pela atividade turística cresceu 4,6% sobre 2008, em função de um aumento do gasto médio diário, apesar da permanência média do turista no Maranhão ter diminuído de

¹⁸O Ministério do Turismo considera viagens domésticas aquelas realizadas pelos brasileiros no próprio país, individualmente ou em grupo, com pelo menos um pernoite no destino, excluindo-se as viagens rotineiras: os deslocamentos realizados mais de dez vezes ao ano para um mesmo destino.

seis para quatro dias. Com esses números, as estimativas são de que o turismo gera, no Estado, receita equivalente a cerca de R\$ 2 bilhões, respondendo por 5% do PIB do Estado (cf. quadro abaixo).

DISCRIMINAÇÃO	2008	2009
Receita Turística	R\$ 1,293 milhões,	R\$ 1,352 milhões
Gasto per Capita	R\$ 597	R\$ 662
Permanência Média	6 dias	4 dias
Renda Gerada	R\$ 2,263 milhões	R\$ 2, 028 milhões
Impacto no PIB	5,8%	5,4

Quadro 2 - Receita turística e impactos econômicos do turismo no Maranhão.
Fonte: SECTUR apud Barreirinhas 2011.

A Secretaria de Estado de Turismo vem realizando levantamento de dados e pesquisas de demanda nos últimos 10 anos, mas não mantém um sistema de dados estatísticos sobre a entrada de turistas no Maranhão nos últimos anos. A descontinuidade metodológica dos levantamentos anuais, bem como a interrupção ou perda de dados referentes aos períodos anteriores a 2008, não permitem analisar esses indicadores sob a perspectiva de uma série histórica contínua e completa.

O Programa de Desenvolvimento do Turismo do Nordeste II (Produtur II) incluiu Barreirinhas em dois aglomerados com prioridade de investimentos: o natural (ecoturismo e aventura) e o de lazer (veraneio). Dentro desse aspecto do veraneio, foram exigidos: ordenamento da atividade turística, conservação ambiental, qualificação e diversificação da oferta turística e fortalecimento identitário (SECTUR, 2007, apud BARREIRINHAS, 2010).

Na Comunidade São Domingos acontece uma forma de turismo que se pode qualificar de “invasão”, pensado aqui como uma modificação abrupta do lugar. Esse modo se configura na transformação socioespacial, alterando o cotidiano da comunidade. A construção acelerada de casas de veraneio constata também a especulação imobiliária que ocorre na comunidade.

O quadro abaixo foi elaborado através de um levantamento da Secretaria Municipal Turismo de Barreirinhas para poder conhecer o perfil dos visitantes da região. Diante dos dados abaixo, percebe-se que o motivo da viagem é massivamente o passeio. Nesse sentido, pode-se avaliar que a atividade de veraneio é intensa.

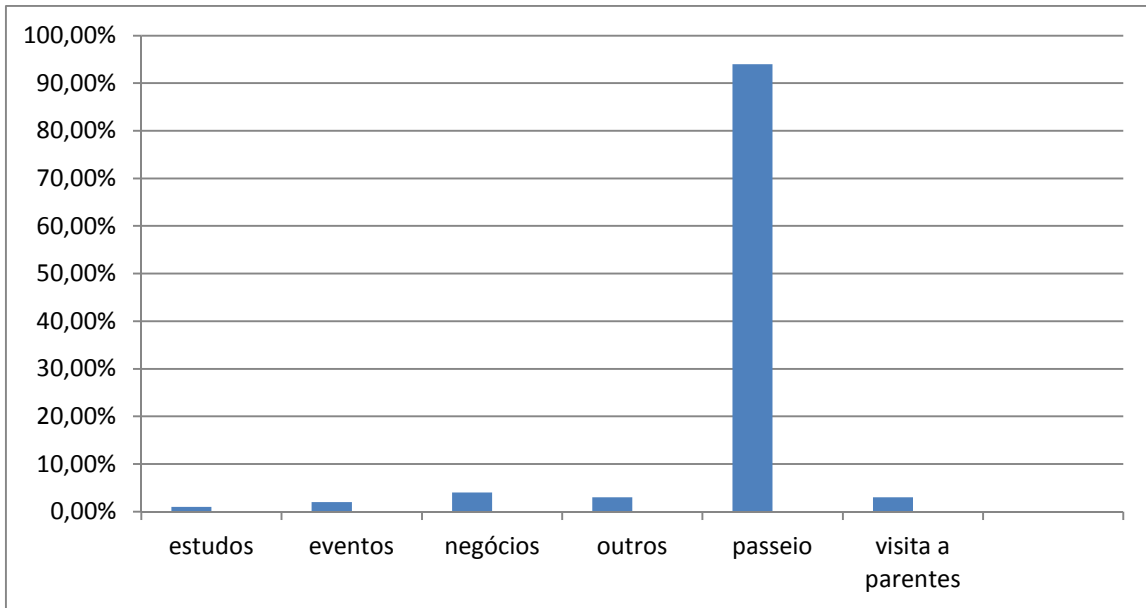


Gráfico 2 - Motivo da viagem a Barreirinhas em 2010 .

Fonte: SECTUR apud Barreirinhas 2011

Os programas governamentais de turismo voltados para o município geraram uma corrida frenética em torno da compra e venda de terras na localidade em estudo, transformando a paisagem natural em produto comercializável.

Fica claro que o “produto” turístico é bem diferente do produto industrializado. De acordo com Ruschmann (apud FIGUEIREDO, 1999), o produto turístico é composto de elementos e composições intangíveis e é sentido pelo consumidor como uma experiência. No entanto, a forma como se pratica essa atividade dentro do sistema capitalista é semelhantes às demais formas de comércio, pois as relações se dão na ordem da obtenção de lucros.

Sobre esta questão, Krippendorf (2000) enfatiza que a economia se distanciou do ser humano; colocou-se acima deste e trabalha para manter sua própria existência. Constatou-se que o custo suportado pela sociedade e pelo meio ambiente ultrapassa os benefícios adicionais alcançados. Essa constatação também se aplica ao setor de lazer das viagens, já que se criou nas áreas de descanso e regiões de férias um mercado de construção com leis próprias. Vendem-se e compram-se a terra a preços elevados, com objetivo de construir chalés, hotéis, casas de veraneio. Em consequência disso, as paisagens perdem cada vez mais a aparência natural.

As discussões em torno de um turismo menos predatório vêm sendo feitas por organizações governamentais e não governamentais. A partir das observações em relação aos exemplos de lugares que tiveram experiências desastrosas sobre sua paisagem natural ou patrimônio arquitetônico, e diante da verificação do desrespeito para com a sua população.

Esse tipo de turismo, focado em números e cifras, fica mais vigiado. Daí surge outro tipo de turismo, classificado como **ecoturismo** ou **turismo alternativo**. O termo ecoturismo surgiu oficialmente em 1985, mas somente em 1987 foi criada a Comissão Técnica Nacional constituída pelo Ibama e a Embratur ordenando as atividades nesse campo. A Embratur (Instituto Brasileiro de Turismo) define o ecoturismo como

[...] um segmento da atividade turística que utiliza de forma sustentável o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem estar das populações envolvidas (BRASIL, 2011c, [online]).

Em 1994, é lançado o documento para uma Política Nacional de Ecoturismo, por um grupo multidisciplinar formado por representantes do Ministério da Indústria, Comércio e Turismo (MICT) e pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), que analisou e estabeleceu bases para a implantação do ecoturismo de forma a assegurar às comunidades melhores condições de vida e mais benefícios. Ao meio ambiente, foi uma poderosa ferramenta na valorização dos recursos naturais. À nação, uma fonte de riqueza, divisas e geração de empregos. Ao mundo, a oportunidade de conhecer e utilizar o patrimônio natural dos ecossistemas para onde convergem a economia e a ecologia, para o conhecimento e uso das gerações futuras. (EMBRATUR, 2011, [online]).

Nos documentos do Ministério da Cultura e Turismo/Ministerio do Meio Ambiente (1994) abordam-se impactos negativos e positivos que poderão advir da atividade do Ecoturismo. Estão, a princípio, relacionados a danos potenciais ao meio ambiente e à comunidade, e, por outro lado, aos benefícios socioeconômicos e ambientais, esperados em níveis regionais e nacionais. A presença de profissionais do turismo (operadores), quase sempre sem nenhuma relação orgânica com a região, pode gerar novos valores incompatíveis com os comportamentos locais, ocasionando conflitos de ordem cultural e de outras ordens. Os impactos socioculturais se configuram na perda de valores culturais tradicionais e conflitos entre usuários da comunidade e visitantes. Impactos sobre o meio físico se dão na descaracterização da paisagem e, também, poluição da água, do solo, sonora e do ar. Já os benefícios são elencados em vários níveis: a geração de emprego e melhor distribuição de renda; auxílio na conservação de áreas naturais; conscientização sobre o equilíbrio do meio ambiente; investimentos na infraestrutura viária, de abastecimento, equipamentos médicos e sanitários.

Outra forma de se fazer turismo, que inclusive deveria ser incentivada por órgãos responsáveis por essa atividade, é o **turismo cultural**, pois se sabe que ele possibilita uma convivência e trocas culturais sem grandes modificações sobre o lugar e a comunidade.

O mercado ligado ao turismo parece ser irreversível quando o assunto é vender paisagens. D'Antona (1997) relata que no arquipélago de Fernando de Noronha os pescadores foram incentivados a substituir as atividades extrativistas por outras ligadas ao turismo. Os pontos de pesca foram limitados. Os moradores foram incentivados a receber turistas em suas casas, que gradativamente foram transformadas em pequenas pousadas. A finalidade era reequilibrar a ilha, mas não surtiu efeito; o lixo aumentou, o açude teve que ser ampliado, os números de leitos para turistas triplicou. Assim, também, o preconceito contra as atividades tradicionais dos moradores nativos.

A contribuição de Krippendorf (2000) em relação à conscientização dos viajantes pode servir de referência à realidade deste estudo. O autor indica algumas teses para um turismo mais humano, entre elas: 1) pregar um turismo suave e humano, reconsiderando as escalas de prioridade; 2) interpretar corretamente a noção de liberdade na política do lazer e do turismo; 3) distribuir melhor os fluxos de turistas; 4) criar condições para uma troca equitativa e relações igualitárias; 5) não considerar o desenvolvimento do turismo como um fim em si e encorajar uma estrutura econômica diversificada; 6) priorizar e conciliar as necessidades e os interesses dos turistas e da população local; 7) manter nas mãos dos nativos o controle sobre o solo; 8) orientar investimentos de capitais destinados ao turismo; 9) centrar o desenvolvimento na utilização da mão-de-obra local; 10) destacar e cultivar o caráter local e nacional; 11) ser um consumidor crítico; 12) praticar um marketing turístico honesto e responsável; 13) treinar melhor os responsáveis pelo turismo; 14) aprender a viajar -- preparar e educar os seres humanos para a viagem.

4 TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS NA COMUNIDADE SÃO DOMINGOS

[...] para compreender o que muda, uma volta essencial seria exatamente compreender o que não muda.

(Vovelle, 2004, p.302).

4.1 As mentalidades e representações coletivas em conflitos

O conceito de mentalidade desenvolvido por Michel Vovelle (2004) será de grande valia para se entender o fenômeno das transformações que ocorrem nessa comunidade através do chegante com seus valores, integrando o que não está explicitamente formulado, o que permanece aparentemente como não significativo, o que se conserva encoberto no nível das motivações inconscientes. O conceito de mentalidade envolve os valores formados na dimensão coletiva, tanto do grupo dominante (absorvendo o discurso ideológico) quanto do grupo da população local (compreendendo o discurso contra-ideológico).

Dessa forma, este conceito engloba os modos de pensar e de sentir dos indivíduos de uma mesma época. É o estudo das mediações e da relação dialética entre, de um lado, as condições objetivas da vida dos homens e, de outro, a maneira como eles a narram e mesmo como a vivem. Em seus estudos, Vovelle (2004) coloca em questão a dialética do tempo curto e do tempo longo, perpassando a problemática da pluralidade ou unicidade de tempos da história e, particularmente, da história das mentalidades. Segundo o autor, as resistências do mental coletivo exprimem a defasagem que existe entre o tempo das elites (grupos hegemônicos) e o tempo de grupos sociais populares.

Autores como Marx e Weber trazem percepções relevantes sobre as teorias do conflito, embora muitos outros estudiosos antigos também vissem o mundo social segundo suas contradições. Ao contrário das teorias funcionalistas, que vê o universo social como partes interligadas, as teorias do conflito veem os *todos sociais* cheios de tensão e de contradições. Embora haja muitas teorias distintas sobre o conflito, todos partilham um ponto comum: a desigualdade é a força que move o conflito; e o conflito é a dinâmica central das relações humanas. (COLLINS, 2009)

No contexto do estudo em questão, na ruptura entre o modo de vida tradicional e as mudanças trazidas pelo turismo de veraneio, registram-se várias dimensões desse conflito: em relação à propriedade da terra, em relação ao trabalho, em relação à comunicação e transportes e em relação à dimensão política.

Quanto à dimensão em relação à propriedade da terra, as mudanças ocorridas se configuram no âmbito da especulação imobiliária, fruto da atividade de veraneio que se intensifica na localidade. A apropriação do solo produz sua mercantilização, pois o direito de propriedade é alterado, passando de valor de uso a valor de troca. O interesse pela terra revela duas formas excludentes de utilização fundiária: de um lado, a perspectiva de uso coletivo-familiar; de outro, a perspectiva capitalista do turismo baseado na propriedade individual. Na comunidade persiste, ainda, a atividade de seus pequenos roçados, apesar da crescente oferta de terrenos à venda.

Na compreensão das questões da terra, o Estado maranhense tem cumprido o papel de controlador da produção de riquezas, intermediando os desequilíbrios sociais com o uso da força coercitiva, tanto no que se refere às agroindústrias como à especulação da terra para fins de negócios turísticos na região dos Lençóis.

Na dimensão do trabalho, acontece a ruptura de relações tradicionais de trabalho para relações capitalistas. A inserção das atividades de veraneio desmantela a produção agrícola, as atividades da pesca artesanal, a fabricação artesanal de canoas, a confecção do artesanato da fibra do buriti, transformando-a em produção de *souvenir*.

Na dimensão da comunicação e transportes, envolvem as transformações em relação aos meios de transportes, com a inclusão do quadriciclo, motocicletas e lanchas a motor. No âmbito da comunicação, o celular e o computador tornam-se presentes na localidade. Não é raro encontrar pessoas jovens e idosas tentando se adaptar à tecnologia do celular, a pilotar motos, quadriciclos e lanchas.

Na dimensão política, acontece a cooptação das entidades coletivas pelo poder municipal, pois essas entidades pensam e coordenam atividades coletivas: festas e ritos, e até a distribuição de terras aos moradores e seus familiares locais. No caso das terras, como estão valorizadas diante da construção de casas de veraneio, o poder público e suas instâncias as manipulam no sentido de controlar o espaço local.

Nesse sentido, recorrer às idéias de Gramsci se faz necessário nessa discussão, pois, para construir seu argumento, de acordo com Mochcovith (1998), ele se vale do conceito de hegemonia e bloco histórico. O primeiro conceito se expressa na sociedade como um conjunto de instituições, ideologias, práticas e agentes intelectuais que aceitam a cultura dos valores dominantes e consolida-a promovendo a unificação ideológica e cultural da nação. Essa unificação conduz ao conceito de bloco histórico, que se dá quando se vê realizada a hegemonia de uma classe sobre o conjunto da sociedade. Assim, o bloco histórico compreende um complexo de atualização de uma hegemonia determinada num dado momento

histórico. Para que o Estado seja o Estado de um bloco histórico bem sucedido, com formas de dominação eficazes, se processa um jogo dialético. Como bem demonstra a equação de Gramsci, o Estado é igual à sociedade política mais a sociedade civil. É preciso que essas sociedades estejam em união orgânica, o que confere uma hegemonia revestida de coerção.

Os processos conflitivos existentes na área em estudo advêm da incorporação dos bens da sociedade urbano-industrial, como é o caso do uso do quadriciclo, veículo que enfrenta os caminhos ainda de difícil acesso, a adequação de um motor de popa à canoa, uma antena parabólica, a motocicleta. A mentalidade de acumular riqueza é presente, mas a comunidade não se desfaz de suas tradições: as pescarias, o plantio da mandioca, o fabrico da farinha, as pequenas criações, o artesanato, a fabricação de canoas etc.

4.2 A apropriação do espaço e as transformações nas relações sociais

Entender as transformações espaciais e temporais na comunidade São Domingos diante das atividades de veraneio significa mergulhar no espaço com suas tramas sociais locais. Nesse contexto, faz-se oportuna a reflexão de Santos (2006), quando afirma que tempo, espaço e mundo são realidades históricas que devem ser mutuamente conversíveis, se a nossa preocupação epistemológica é totalizadora. Em qualquer momento, o ponto de partida é a sociedade humana em processo, isto é, realizando-se. Essa realização se dá sobre uma base material: o espaço e seu uso; o tempo e seu uso; a materialidade e suas diversas formas; as ações e suas diversas feições. Assim, o espaço se impõe através das condições que ele oferece para a produção, para a circulação, para a residência, para a comunicação, para o exercício da política, para o exercício das crenças, para o lazer e como condição de “viver bem”.

Revisando o conceito de produção e espaço de Henri Lefebvre, Godoy (2008) dá ênfase às seguintes questões: quem produz e para quem? O que é produzir? Como e por que produzir? Suas respostas levam em consideração que o conceito de produção possui um sentido amplo, pois os homens em sociedade produzem ora coisas que são enumeradas, contadas, trocadas em dinheiro, ora obras que são difíceis de contabilizar, pois nesse ponto se produzem as relações entre seres humanos, tempo, espaço, acontecimentos, história e instituições. Resumindo: é tudo. Para Godoy (2008), o espaço envolve as contradições da realidade à medida em que é um produto social. Nesse contexto, são destacados três momentos da produção social do espaço:

1) espaço concebido: é o da representação abstrata, traduzido no capitalismo pelo pensamento hierarquizado e distante do real, advindo do saber técnico;

2) espaço percebido: é uma intermediação da ordem distante e próxima referente aos desdobramentos de práticas espaciais oriundas de atos, valores e relações específicas de cada formação social;

3) espaço vivido: é a experiência cotidiana vinculada ao espaço das representações através da insurreição de usos, tornando-se um resíduo de clandestinidade e de obra do irracional. Aí o espaço social configura-se como expressão mais concreta do espaço vivido quando entendido por soberania do homem sobre o objeto, através de sua corporeidade das ações humanas. Nesse ponto, o espaço é campo de possibilidades.

Massey (2009) defende uma abordagem alternativa do espaço. Primeiro, o reconhece como produto de inter-relações. Segundo, seguindo a linha lefrevbriana, compreende o espaço como a esfera da possibilidade da existência da multiplicidade, no sentido da pluralidade contemporânea, como esfera nas quais distintas trajetórias coexistem. Terceiro, reconhece o espaço como estando em construção. Precisamente porque o espaço nesta interpretação é um produto de relações-entre, relações que estão embutidas em práticas materiais que devem ser efetivadas, que está em processo de fazer-se. A autora imagina o espaço como uma simultaneidade de *histórias-até-agora*.

O espaço também é um produto de inter-relações. Ele não existe antes de identidade/entidades e suas relações. As identidades/entidades, as relações entre elas e a espacialidade que delas fazem parte são todas co-constitutivas.

Estudando as teorias burguesas de localização, Lipietz (1988) percebe a contradição entre o social e o privado. Essa cisão se redobra entre espaço concebido como pura localização pontual, espaço como superfície consumida e espaço como sistema. O espaço de localização (espaço discreto) apreendido na microeconomia sob o ângulo da distância ou da aglomeração. O espaço como superfície compreende o consumo privativo de uma grande extensão (terra ou solo). Com a condição da produção ou reprodução, assim o espaço se torna um bem que pode ter um preço. Já o espaço como sistema não leva em conta a contradição social/privado. São levados a adotar uma atitude funcionalista, supõe por detrás do desenvolvimento espacial uma racionalidade consciente. Este modelo de pensamento concorre para: a) a teoria dos lugares centrais; b) espaços abstratos; e, c) teoria dos pólos de crescimento.

As mudanças por que passam inúmeras comunidades atingidas por grandes empreendimentos no Estado do Maranhão, nos últimos vinte anos, é evidente. As agroindústrias da soja, do eucalipto, do capim direcionado para a pecuária intensiva e a cana-

-de-açúcar se configuram em empresas que não respeitam o ambiente nem as comunidades em seus cotidianos culturais.

O turismo na região em estudo, propriamente, não se constitui em indústria, mas verifica-se de forma marcante que congrega em torno de si um complexo de empresas que vivem a lógica do mercado e seus efeitos sobre pequenas comunidades ribeirinhas. Contempla as agências de viagem, empresas áreas, rodoviárias, hotéis, alojamentos, pousadas, restaurantes, bares, construtores, consultores, publicitários, arquitetos, vendedores de *souvenirs* etc.

Tratando dessa questão, Krippendorf (2000) afirma que a necessidade de relaxamento é comercializada e transformada em viagens, de acordo com as regras do marketing. Essas agências tiram partido dos sonhos e comercializam as paisagens, os seres e as culturas, agindo com os princípios do livre comércio.

A instalação de restaurantes, redes de hotéis, pousadas e casas de veraneio no entorno, ou mesmo dentro das comunidades tradicionais em Barreirinhas, sem a devida preocupação com o lugar e as pessoas, é um fato mais corriqueiro. Assim, tanto o poder público quanto elites empresariais abocanham parcelas das terras dessa população.

Nessas comunidades atingidas pelo fenômeno do veraneio, como é o caso deste estudo, a violação da Convenção 169, que trata das comunidades tradicionais é um fato explícito. Esse documento foi adotado na 76.^a Conferência Internacional do Trabalho, em 1989, e constitui o primeiro instrumento internacional vinculante que trata especificamente dos direitos dos povos indígenas e tribais. Aplica-se também a outros povos cujas condições sociais, culturais e econômicas os distingam de outros segmentos da população nacional.

Os conceitos básicos que norteiam a interpretação das disposições da Convenção são a consulta e a participação dos povos interessados e o direito desses povos de definirem suas próprias prioridades de desenvolvimento na medida em que afetem suas vidas, crenças, instituições, valores espirituais e a própria terra que ocupam ou utilizam. A Convenção reconhece o direito de posse e propriedade desses povos e preceitua medidas a serem tomadas para salvaguardar esses direitos, inclusive sobre terras que, como observado em determinados casos, não sejam exclusivamente ocupadas por eles, mas às quais tenham, tradicionalmente, tido acesso para suas atividades e subsistência. (OIT, 2011)

A política imposta pelas atividades do turismo alterou sensivelmente a forma de vida e os hábitos dessas famílias. A visão do lucro em torno do mercado turístico na comunidade São Domingos está gerando a compra indiscriminada de terrenos, sem levar em conta os grupos familiares ali presente, sua história, sua cultura e identidade.

Um fato que se torna preocupante na comunidade é a implantação da estação de tratamento de esgotos através da construção de sistemas de lagoas de estabilização¹⁹, proposta do plano de saneamento básico para a cidade de Barreirinhas, visando prepará-la para receber os turistas nas altas e baixas temporadas. De acordo com a Companhia de Água e Esgotos do Maranhão (Caema), no plano de saneamento foram construídos dois emissários: o do bairro Cruzeiro, com 450 metros, e o do bairro Murici, com 1.098 metros. O lugar escolhido como emissário final para esse empreendimento foi uma área que abrange o povoado São Domingos, com uma extensão de 5.934 metros e capacidade de 0,1 metro cúbico por segundo. (INVESTIMENTO..., 2011,[on-line])

O lugar utilizado para construir tal empreendimento era reserva para fazer roças e área de pasto. Consta que o local final de recebimento do esgoto deveria ser mais longe das comunidades. Como requeria maiores recursos para fazê-lo, por lá ficou.

Alegando abrir diálogo com as comunidades envolvidas através das consultas públicas, essas empresas, juntamente com o poder público, realizaram tais audiências para ouvir a comunidade, no entanto, não lhes deram direito de intervenção. Obviamente que o discurso dos engenheiros e peritos, “altamente gabaritados”, não foi traduzido na linguagem da população local. Conversando com muitos moradores sobre o caso, disseram que não entenderam “patavina do que o doutor falou”.

Uma grande contradição é que as comunidades receptoras dessas bacias de esgoto não têm saneamento básico. Resumindo, não são beneficiárias dessa obra. Essas pessoas se tornaram meramente depositárias dos resíduos fecais da cidade de Barreirinhas e de todos os empreendimentos ditos turísticos.

Outro caso de desprezo dos poderes públicos para com a comunidade aconteceu no povoado Boa Vista, vizinha a São Domingos. Boa Vista foi escolhida para a instalação do Projeto Casa de Apoio ao Pescador Artesanal, do Ministério da Pesca, com parceria do ICMBIO e AECID (Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvol-

¹⁹Lagoas de Estabilização são basicamente bacias terrestres, projetadas dentro de critérios técnicos e científicos com a intenção de tratar águas residuárias brutas ou rejeitos de atividade industrial e esgotos sanitários. Elas funcionam sob uma ampla variação de condições ambientais. Os resíduos são submetidos à degradação biológica natural, envolvendo principalmente bactérias e algas, de maneira a estabilizar, ou seja, mineralizar o máximo possível de sua carga orgânica e destruir microorganismos patogênicos e não patogênicos nelas existentes. São elencadas algumas vantagens desse sistema de tratamento, considerado como sendo uma das soluções mais convenientes, principalmente para países em desenvolvimento, em virtude de sua alta eficiência, quando bem manipulada e com custos de operação muito inferiores aos das estações convencionais de tratamento. Como desvantagem desse modelo de tratamento, elenca-se a necessidade de grande área para sua construção, pois deve estar bem longe de grupos humanos, devido o mau cheiro que exala, a proliferação de insetos como grandes quantidades de moscas e mosquitos. Sendo imprópria para cidades turísticas.

vimento). Segundo o relatório do Instituto Ambiental Brasil Sustentável - IABS (2011) esse projeto teve como objetivo implantar um entreposto de beneficiamento de pescado no município de Barreirinhas. Suas metas incluíram: implantação de infraestrutura adequada para fornecer e promover a profissionalização da cadeia produtiva da pesca artesanal local, já que essas comunidades ribeirinhas têm essa vocação.

Esse projeto foi desenvolvido na região dos Lençóis Maranhenses no período do governo de Jackson Lago e na administração municipal do senhor Milton Dias. Dessa forma, os recursos adquiridos garantiram a construção de um centro de formação com alojamentos, refeitório, cozinha consultório médico. Foram investidos 1,5 milhão de reais para a construção da fábrica de gelo, com equipamentos, máquinas e materiais para beneficiar até cinco mil quilos de pescado ao dia (GOVERNADOR..., 2011 [on-line]).

A fábrica de gelo ainda funcionou por dois meses. Foram capacitados muitos pescadores. Houve a inauguração do empreendimento pelas autoridades do Ministério da Pesca e demais parceiros, no entanto, nada está funcionando; pelo contrário, tudo está depredado. Em conversa com a liderança comunitária da época, a causa foi a falta de vontade política, pois o prefeito que sucedeu o anterior não deu continuidade ao Projeto da Casa de Apoio ao Pescador. Hoje o prédio se encontra totalmente abandonado e destruído (ver fotos a seguir), refletindo um completo descaso pelos investimentos públicos direcionados a comunidades locais.



Fotos 8 e 9 - Casa de Apoio ao pescador artesanal no povoado Boa Vista.

Fonte: acervo da autora

Uma cena curiosa é que do lado do empreendimento pesqueiro desativado funcionam uma pousada e um restaurante que estão sempre cheios nas altas temporadas de

fluxo turístico. Conversando com dona Edvirgem Santos, uma moradora vizinha da pousada, ela relata:

Ele [o dono da pousada] ficou tão ansioso porque o projeto da associação ia sujar a área dele, né [...] Ele disse que não queria porque sujava a água dele pelo cheiro de peixe, sujava a água pelo óleo, e lá os turistas dele não podia mais banhar. Ele disse que quer que a gente venda a área da casa pra ele botar carro, se fosse por mim a gente nem cedia pra ele.

Barreirinhas se tornou um produto do mercado turístico local, nacional e internacional -- afirmativa expressa em seu Plano Municipal de Turismo:

O Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo em Barreirinhas propõe a criação de meios para a melhoria da qualidade de vida da população local e a conservação dos recursos, dos quais o turismo depende. A análise da situação permitiu uma visão abrangente do município e a identificação precisa de suas potencialidades e problemas. A partir de suas carências e, sobretudo, de suas possibilidades, foi possível formular propostas para a organização, a estruturação e o desenvolvimento do turismo em Barreirinhas. Dentro desta estratégia, entende-se que o turismo natural é o segmento que consegue agregar riqueza regional e deve ser utilizado de forma a que sejam estabelecidas regras de convivência entre o turismo e o meio ambiente, permitindo o desenvolvimento econômico e social, numa perspectiva de desenvolvimento durável e de qualidade e que possibilitem uma melhoria da qualidade de vida das populações envolvidas. Assim o Plano organiza e projeta uma série de ações para permitir que o desenvolvimento gerado possa permitir também que sejam ofertados novos produtos do município no mercado, tendo como horizonte o ano de 2020. O grande desafio da gestão turística é o processo de transformação. O dos recursos em produtos e, por sua vez, o destes em ofertas dirigidas ao mercado. O ponto de partida do processo é a estruturação dos recursos - o conjunto de atrativos natural e cultural do município, seu clima e nas pessoas que vivem no local, a sua identidade cultural, sua forma de viver, para o uso e desfrute turístico, transformados em produtos. Assim, entende-se por produto aquele recurso no qual se pode realizar uma ou várias atividades (visitar, assistir, participar, estudar, comprar, comer...), porque é possível formular uma proposta de acessibilidade ou mesmo por parte de um público (BARREIRINHAS, 2011, p.56. Grifo nosso).

A própria linguagem econômica usada nesse documento é uma clara evidência de uma preocupação monetária e que as comunidades tradicionais foram transformadas em mais um item colocado na prateleira do mercado turístico. Por outro lado, o discurso sobre a qualidade de vida socioambiental e cultural, ancorado na proposta do desenvolvimento sustentável, contrasta com o imediatismo da corrida dos negócios turísticos. O que mostra a realidade local é a ausência de uma real preocupação com essas comunidades.

De acordo com o Plano Diretor do Município de Barreirinhas, o povoado São Domingos está zoneado como área de interesse turístico (ZIT).

As atividades vocacionais para a Zona de Interesse Turístico de São Domingos (ZITSD), expressas no Plano Diretor, são:

Comercial	Serviços	Industrial	Institucional	Urbano-Agrário	Residencial
Varejista em geral	Hotéis, restaurantes, pizzaria, etc,	Produção artesanal da fibra do buriti	Centros poderes públicos,	Apicultura	Residência unifamiliar e multifamiliar
Postos de gasolina	Construção civil	Fabricação laticínios,	Áreas militares,	Eqüinocultura	Conjunto habitacional
Comercio de autopeças	Escolas	Fabricação de doces, licores	Centros de cultura e lazer	Floricultura	Residencial misto ¹
Armazéns	Serviços médicos		Área de sepultamento e crematório	Extração de vegetais com fins medicinais e tóxicos	
	Agencias do correio e bancarias		Estação de tratamento de esgoto		

Quadro 3 - Zona de Interesse Turístico do São Domingos

Fonte: Plano Diretor de Barreirinhas, 2005(quadro adaptado pela autora).

O Plano Diretor traz um discurso misto de desenvolvimento econômico e sustentabilidade. A região dos Lençóis Maranhenses, propriamente na comunidade em estudo, vive o fenômeno do veraneio. As áreas suburbanas das encostas e do rio Preguiças servem como áreas de especulação imobiliária de interesses daqueles que chegam para fazer sua segunda residência ou casas de veraneio, pousadas ou restaurantes. Dona Conceição de Maria Machado²⁰ relata o medo de perder as terras da comunidade para os de “fora” e a atitude tomada por eles:

Foi assim, aí inventaram essa associação de moradores: vamos fazer uma divisão aqui. O que aconteceu, que esse canto ali eu marquei [...] sei que era pra cinco pessoas... entenderam de dividir com as outras pessoas... a associação já tava criada, aí começou uma historia aí de uma invasão. Não sei tinha que o prefeito de Barreirinhas falou com um dos presidentes (da associação): vocês documentam as terras do São Domingos, porque tem gente de olho naquelas terras. A gente que ele falava era gente do poder, mas de fora. Eu sempre dizia Coisinha [como a moradora chamava o presidente da associação] tu cuida, vai no ITERMA, vai no INCRA, por aí tudo tu mexe pra tu vê onde é que tu entra... ele nunca se importou. Ainda arrumaram uma dúvida comigo, porque eu disse que era melhor dividir esses terrenos, dá pra cada sócio, cada morador o seu pedaço, cada um cerca, planta castanha ou mais coisas que quiser, porque isso aqui no dia do amanhã nós vamos

²⁰Depoimento cedido em Setembro de 2012.

perder... eu disse olha gente aqui vai ter uma invasão... quando pensamos que não, olha perdemos aquela parte de chão todinha, que tu já olhou, que terreno bonito, o dá lagoa (lagoas de estabilização da Caema) ninguém sabia, quando demo fé, perdemos o terreno, podia no dia do amanhã ser morada de pessoas daqui mesmo. Aí ficou só esse cantinho daqui. Aquela parte todinha foi tomada.

Os terrenos de que fala a moradora eram terras de uso comum da comunidade. Neles eram cultivados a mandioca, a banana, o arroz, ou mesmo o capim para o gado. Não havia a preocupação em cercar e se apropriar individualmente deles. Na sua própria fala, dona Conceição de Maria diz: “Esses terrenos aqui era do povo do São Domingos. Quando um queria fazer um pedacinho de roça, ele ia desmatava e ia roçar. Aí acabava tirava a cerca, pronto, ficava o terreno aí, e ia imatar [reflorestar] de novo”.

Diante da especulação dessas terras, também para o uso em construções de casas de veraneio e pequenos sítios, os moradores tomaram uma atitude junto com a Associação de dividir os terrenos em lotes. Este é um caso de resistência para que não perdessem as terras devolutas²¹ que ainda restavam no povoado.

Somente para exemplificar, em um condomínio fechado, no povoado São Domingos, um casal de moradores, José Lopes e Maristela Lopes, relatam que

[...] quando a gente comprou esta casa aqui sabe quanto custou, o terreno custou 15 mil reais e gastamos 50 mil pra fazer a casa. E hoje está custando 200 mil. Esse terreno custou 3 mil reais. Cinco pessoas compraram e lotearam começaram a fazer o condomínio. Aí cada terreno que vendia era investido dentro do condomínio. Aí foram vendendo [...] aqui próximo foi vendido um terreno por 60 mil. O terreno não tem nada²².

O aumento do valor da terra no povoado, segundo moradores antigos e novos, mostram o quanto inflacionou, pois há dez anos um terreno de aproximadamente 100 metros quadrados custava 3.000 reais.

O interesse em adquirir um terreno no local faz com que os compradores pressionem os moradores mais antigo, oferecendo quadriciclo, carros, lanchas (que também é chamada de “voadeira” pelos moradores), bens estes que se tornaram sonho de consumo para muitos, no entanto, há aqueles que resistem, como revela dona Rosa Amélia:

Seu Carlos²³, ele pensou em comprar uma terra minha, ele disse que achou bonito. Ele tem um quadriciclo e anda. Ele me disse que queria me dá uma voadeira pra eu

²¹ Terras públicas são aquelas que não se encontram, por título legítimo, na posse ou domínio particular de alguém.

²² Depoimento cedido em 2 de agosto de 2012.

²³ Serão usados nomes fictícios para manter o anonimato das pessoas envolvidas.

passar com minha gente, ir pro Atins [...] Eu disse: senhor eu não quero voadeira. Não tenho condição de manter ela. Mesmo eu já tenho uma canoinha a motorzinho. Aí depois ele tornou falar com seu Manoel pra perguntar se eu não queria vender lá.

A comunidade busca resistir ao fenômeno do turismo de várias maneiras. Muitos moradores não vendem seus terrenos, apesar de a oferta dos compradores ser tentadora. A vida cotidiana da pesca, do plantio, do artesanato da palha do buriti, da construção de canoas segue, apesar das interferências do turismo de veraneio. A identidade com o lugar se dá na maneira como esse grupo se reconstrói dia a dia.

Sobre a situação imobiliária, Lefebvre (2001) afirma que seus traços característicos, como a renda da terra e a comercialização do espaço, investimentos de capital e ocasião de lucros, trata precisamente do processo de integração do campo subordinado ao capitalismo urbano-industrial. Assim, segundo o autor,

A posse não tem sido destituída; ela não perdeu seu lugar, nem mesmo seu prestígio. A pressão prática e ideológica da propriedade privada(a da terra, se junta a dos capitais) cega os dirigentes, os próprios intelectuais; obscurece a imaginação dos arquitetos e urbanistas. Essa cegueira tem uma dupla origem: as imagens vindas direta e indiretamente da posse- as vindas da racionalidade empresarial (divisão técnica do trabalho). O urbano, portanto, continua uma abstração, um outro lugar, uma utopia. Enquanto isso, o rural, deteriorado, sujo, invade a sociedade inteira. E que a natureza, destruída, se subtrai à base dessa sociedade ilusoriamente satisfeita (LEFEBVRE, 2001, p. 168).

A força do modelo de desenvolvimento baseado nos valores da acumulação capitalista, dentro dessas pequenas comunidades tradicionais, se torna irreversível, pois não há um elo de ajustamento e de convivência equilibrada, onde haja anulação de diferenças. Pelo lado das comunidades tradicionais, há resistências, desconforto e insatisfação em vários âmbitos, principalmente pela propagação de um turismo não sustentável, um turismo de invasão, que transforma a comunidade num grande clube particular, com o intuito de ser consumido como um lugar de lazer. Esses momentos de volta à natureza e usufruto desses bens transforma-se numa nova forma de acumulação de capital

Os valores que chegam à comunidade, que se atribui a valores da sociedade urbano-industrial moderna, e o conjunto de suas experiências, como o saber tradicional, constrói um modelo de mundo. Esse modelo revela, em sua essência, graus diferentes de ambiguidade entre a tradição do grupo e a modernidade com a qual entram em contato. Nesse sentido, a comunidade procura um sistema social que não represente simplesmente a sobrevivência de um passado, e sim, que forneça a construção de um futuro através da atualização presente do passado.

4.3 Os novos “donos do pedaço”

A questão dos aforamentos e enfiteuses²⁴ em Barreirinhas se tornou muito séria devido ao marketing sobre a divulgação da região como “o paraíso das dunas e lagoas paradisíacas”. Esse fato fez brotar uma avalanche de negociantes e compradores de terra. O município de Barreirinhas se tornou uma cidade de posse, implicada em uma série de crimes, onde se registrou maior índice de terras ilegais, inclusive para estrangeiros, em que a legislação tem restrições e, nesse caso, as condições de aforamento foram desprezadas.

A Corregedoria Geral do Ministério Público Estadual investiga mais de 1.500 aforamentos apontados como irregulares por uma auditoria realizada de 2003 a 2009. Há outros procedimentos que investigam o extravio ou sumiço do livro de aforamentos da Prefeitura Municipal, referente ao ano de 2008, benefícios indevidos a empresas e irregularidades jurídicas na documentação de vários grandes empreendimentos hoteleiros (foto a seguir). Esse assunto foi manchete em jornais locais e nacionais, mídia televisiva e eletrônica (redes sociais) (BLOG DO ITEVALDO, 2011, [on-line]).



Fotos 10 e 11 - Complexo hoteleiro às margens do rio Preguiças.

Fonte: <http://www.istoe.com.br/reportagens>

A região dos Lençóis Maranhenses tornou-se uma área de grilagem de terras com o envolvimento de elites empresariais e políticas. Os relatórios da Corregedoria-Geral de Justiça do Maranhão apontam a prática de “enriquecimento ilícito” por meio da “distribuição ilegal

²⁴ Direito real alienável e transmissível aos herdeiros, e que confere a alguém o pleno gozo do imóvel mediante a obrigação de não deteriorá-lo, de pagar um foro anual, em numerário ou em frutos; aforamento (FERREIRA, 2005).

de terras públicas” pela Prefeitura de Barreirinhas a pessoas físicas e jurídicas. Exemplificando, para a construção de um empreendimento hoteleiro, foram fundidas três áreas públicas, num total de 31,1 mil metros quadrados, o que infringiu a Lei Orgânica de Barreirinhas. A norma municipal estabelece no capítulo IV, “Dos Bens do Município”, e artigo 18, que poderá o Prefeito Municipal conceder título de aforamento das terras do patrimônio municipal, desde que:

- I - a área a ser aforada esteja incluída em Plano Diretor, com Projeto de Urbanização definido, devidamente aprovado pelo poder Legislativo;
- II - o lote não ultrapasse a área de quinhentos metros quadrados;
- III - seja adotado critério de prioridade dentro de uma política social, beneficiando prioritariamente, os menos favorecidos e os que não possuem habitação própria, nem lote urbano para esse fim. (BARREIRINHAS, 1990, p.12-13)

Os jornais locais, como a mídia nacional, também mostrou a construção de mansões irregulares, sendo que foram alvos de ações do Ministério Público Federal (MPF). Segundo Viviani (2011, [on-line]), em dezembro de 2009, o juiz federal da 5.^a Vara mandou demolir nove construções levantadas irregularmente, que são parte de uma ação do MPF que apontou 82 imóveis irregulares na área, entre elas, as mansões de políticos e empresários maranhenses. Muitos desses imóveis ainda permanecem em pé graças a recursos judiciais.

Ocorre que a região dos Lençóis está envolta por uma vasta e frágil beleza natural e um amplo patrimônio ambiental a ser preservado, pois o que antes representava a convivência do natural com o grupo humano lá presente, passou a receber muitos turistas, que nem sempre levam em consideração o respeito pelo patrimônio local.

Nesse sentido, é importante ressaltar que a Constituição da República Federativa do Brasil assegura, em seu artigo 225, *in verbis*, que “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para hoje e para as futuras gerações.”

O direito elencado no rol constitucional sobre as áreas ribeirinhas embasa diversas ações judiciais provocadas, em grande parte, pela iniciativa do Ministério Público contra as construções ilegais à beira do rio Preguiças e muitas outras questões que ferem diretamente a Constituição Federal.

Os grandes empreendimentos passaram a se tornar “vilões” diante do não cumprimento das legislações vigentes no país, principalmente no tocante às construções próximas às áreas de rios, às regras básicas de combate à poluição, à extinção dos animais

nativos, bem como da flora regional. Ainda, além dos empreendimentos que estão sendo erguidos na região e na comunidade em estudo, as problemáticas socioambientais, que decorrem do fluxo intenso de pessoas, quando não há infraestrutura para recebê-las.

Diante disso, é importante que a população mantenha-se ativa e engajada nesse processo pelo equilíbrio socioambiental em área de pólo turístico, pois somente dessa forma será possível que se executem os dispositivos legais.

Vale ressaltar que a Lei n.º 9.605/1998 disciplina sanções de caráter penal e administrativo derivadas de condutas lesivas ao meio ambiente e relativas aos crimes de poluição ambiental contra a fauna e a flora.

A comunidade São Domingos possui a garantia legal do meio ambiente equilibrado, entendido este na harmonia entre a população e o patrimônio natural (os animais, a flora, os mananciais). Para a concretização desse direito, a Constituição Federal do Brasil, promulgada em 1988, em seu artigo 23 assegura ser competência comum da União, Estados, Distrito Federal e dos Municípios, a proteção ao meio ambiente a qualquer forma de poluição, bem como a preservação das florestas, da fauna e da flora. O objetivo do artigo citado é que nenhum ente federativo se esquive de sua obrigação constitucional e legal diante da questão ambiental, ao passo que estabelece a cooperação entre eles, visando o equilíbrio do desenvolvimento e o bem-estar em âmbito nacional.

Diante dos processos que correm nas diversas instâncias judiciárias, foi expedido um ofício da Corregedoria Geral da Justiça, de número 50/2010, proibindo a constituição de enfiteuses e subenfiteuses a partir de 11 de janeiro de 2003, ressalvando as registradas antes desta data, as enfiteuses de terreno de marinha e seus crescidos, regulados por lei especial.

Em muitas localidades, inclusive em São Domingos e adjacências, lugares ribeirinhos, a legalização de terras passa pela competência da Marinha²⁵. Sabe-se que em áreas assim essa população tem direito de posse, herança de seus ancestrais.

A criação do instituto jurídico dos “terrenos de marinha” e seus crescidos ocorreu em 18 de novembro de 1818, através de Ordem Régia, que determinava: “Tudo o que toca a água do mar e cresce sobre ela é da Coroa, na forma da Ordenação do Reino”. Além da segurança da Coroa, era uma forma do governo criar novas receitas para a Coroa Real. Visava também permitir que os pescadores lançassem suas redes sem serem importunados pelos proprietários de terrenos e edificações à beira-mar. Uma norma de 1831 fixou o início

²⁵ Terreno de marinha - São os que, banhados pelas águas do mar ou dos rio navegáveis, vão até 33 metros para a parte da terra, contados desde o ponto a que chega o preamar médio. Art. 13 do Código de Águas - Dec. n.º 24.643/34 e Decreto-Lei n.º 9.636, de 1946.

da cobrança do foro. Anos mais tarde, foi a vez da criação da taxa de ocupação e do laudêmio. Assim, serão cobrados perpetuamente o foro e os laudêmios desses bens (TUDO SOBRE..., 2011, [on-line]).

Os ditos terrenos de marinha são ligados a uma legislação antiga, no entanto, hoje, na essência, permanecem os mesmos conceitos. Em 1946, o Decreto-Lei 9.760 reafirmou que a referência de demarcação dos terrenos de marinha é a Linha da Preamar Média de 1831, tanto para os terrenos situados no continente como nas costas marítimas, nas ilhas e nas margens dos rios e lagoas, até onde se faça sentir a influência das marés.

Esse assunto está em discussão no âmbito das organizações da sociedade civil em articulação com o Congresso Nacional e o Ministério Público. A Comissão de Desenvolvimento Urbano do Congresso Nacional vem debatendo esse tema, pondo em pauta a antiguidade das leis, regras e taxas dos terrenos de marinha e a tributação exagerada, tendo em vista que pessoas que possuem ou vivem em imóveis situados em terrenos de marinha pagam o foro, a taxa de ocupação e o Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU). Esse debate se faz necessário (AUDIÊNCIA DISCUTE..., 2011, [on-line]).

4.4 As moradias temporárias

No povoado São Domingos, como em muitos outros da região, se dá essa situação, em que o uso dessas áreas antes comuns agora se transformaram em espaço de moradias temporárias. Moradores de várias comunidades da região, através de suas instituições não cooptadas, denunciam pessoas influentes da sede do município de Barreirinhas de agenciar a venda de terras devolutas com fins de especulação. Dessa forma, são abertos desvios na chapada para melhor explorar a terra. Nesse tipo de bioma local, há muitas cabeceiras de riachos que são importantes ao modo de vida da população local. (COMUNIDADES DENUNCIAM..., 2011, [on-line]).

O IBGE usa as seguintes denominações para classificar os domicílios: a) **domicílio particular permanente** – construído para servir exclusivamente à habitação e que, na data de referência, tinha a finalidade de servir de moradia a uma ou mais pessoas; b) **domicílio de uso ocasional** – aquele que é particular permanente, que na data de referência servia ocasionalmente de moradia. Ou seja, são aqueles usados para descanso de fins de semana, férias ou outro fim, mesmo que, na data de referência, seus ocupantes ocasionais estivessem presentes; c) **domicílio vago** – É o domicílio particular permanente que não tinha

morador na data de referência, mesmo que, posteriormente, durante o período da coleta de dados, tivesse sido ocupado.

Tulik (2001) reforça que a residência secundária opõe-se à residência principal e sua utilização compreende o uso temporário por períodos que podem ser prolongados ou não. A residência temporária, portanto, é um alojamento turístico particular, utilizado temporariamente nos momentos de lazer, por pessoas que têm domicílio permanente em outro lugar.

Nessa busca por áreas para construção de moradas temporárias, compram-se ou invadem-se áreas de grandes dimensões para fazer casas de campo, sítios, condomínios fechados, *resorts* e pousadas. Nessas moradas temporárias ou de finais de semana seus proprietários, que geralmente residem na capital do Estado, vêm em busca de descanso e repouso do cotidiano urbano. Em conversa com dona Edvirgem B. Silva, ela relata que

Aqui tem muita placa de venda, olha aquele muro ali ó, vermelho. Aí o homem já comprou por 35 mil, até na entrada de fora. Já vai botar esse muro pra encher, sabe quanto, de dez chalé dentro, um muro com segurança dentro e vai precisar de gente pra trabalhar [...] aqui pescava, plantava banana, mandioca [...] Tinha o mirim, murici, guajiru, jatobá, mangaba. Hoje nada tem mais muito, porque o pessoal começou a roçar e venderem [...] daqui até o Coqueiro, minha filha, é só pousada, terrenos limpos [...]²⁶.

Em Barreirinhas, uma cidade interiorana de pequeno porte, houve uma valorização das áreas suburbanas e rurais em que grupos de pessoas e empresários, dos mais diversos lugares, inclusive da própria sede do município, se estabelecem em suas moradas temporárias. Há uma procura por lugares de belas paisagens. As pessoas que antes moravam nesses locais foram pressionadas pela especulação imobiliária a sair e procurar outros lugares, pois suas áreas se tornaram desejadas. O depoimento de Dona Francisca revela que

Muitas pessoas mudaram do Bosque pra Barreirinhas. A Delsa, Helena, João Color... Quem nunca se mudou foi o Domingos [...] os que moravam em Barreirinhas, tudim voltaram pro Bosque. Agora tem muita gente no Bosque. Lá tem escola, casa de seresta [...].

Bosque é uma área rural de difícil acesso, circunvizinha de São Domingos. Tornou-se uma área de expressivo êxodo rural, como é o caso das várias comunidades ali presentes. As antigas casas do centro urbano de Barreirinhas transformam-se em casas comerciais, não havendo mais espaço para a construção de moradas. Neste caso, tanto as

²⁶ Depoimento cedido em julho de 2011.

peças da sede do município, como também de outros lugares, buscam esses povoados como área de expansão.

Há um movimento de mão dupla que denota um problema social causado pelo deslocamento de pessoas da zona rural para a periferia da zona urbana. Surge a dificuldade de adaptação dessas pessoas ao meio urbano, porque o modo de vida sofre mudanças drásticas. Sabe-se que no modo de vida rural as formas de trabalho não são as mesmas do mundo urbano. As habilidades do trabalho camponês não se adequam aos ofícios citadinos. Assim, há um processo de reformulação de práticas de trabalho. Dessa forma, grande parte desse grupo social vai engrossar o contingente de população de baixa renda nas novas periferias.

Analisando-se os dados dos censos demográficos do IBGE de 2000 a 2010, percebe-se gradativamente uma elevação da população residente. Esse fato, em parte, é fruto da divulgação da região como atrativo econômico no âmbito das atividades ligadas ao turismo (cf. quadro a seguir).

Ano	População
2000	39.669
2001	40.426
2002	41.626
2003	42.225
2004	43.033
2005	44.870
2006	45.805
2007	47.850
2008	49.398
2009	50.354
2010	54.930

Quadro 4 - Estimativa da população do município de Barreirinhas em uma década

Fonte: IBGE: <ibge.gov.br/home/estatistica/população>

As áreas mais cobiçadas são aquelas de grandes dimensões, de preferência longe do barulho da cidade. Nesse aspecto, a comunidade São Domingos se torna uma área interessante, já que está a cinco quilômetros do centro da cidade, com pouco trânsito, uma concentração menor de pessoas e terrenos ainda não ocupado por moradias. É óbvio que em comunidades tradicionais, como é o caso de São Domingos, essas áreas que aparentemente

parecem ociosas são espaços agrícolas e de pasto para criação extensiva de gado das famílias que compõem a comunidade, tendo essa criação a característica de poupança para os momentos de necessidade.

Assim, a procura por essas áreas afastadas do centro se tornam espaços novos das mansões, chalés e casas de campo, pousadas de novos proprietários. Dessa forma, há o processo de anulação dessas áreas, antes destinadas à comunidade local, utilizadas para a agricultura como áreas de pasto e também como expansão de novas moradias dos filhos das famílias dessa comunidade. Hoje serve apenas como área de lazer.

A lógica da especulação imobiliária é buscar áreas “vazias” no entorno da cidade e que sejam mais próximas possíveis de balneários. As áreas urbanas não dizem respeito aos seus interesses, pois as dimensões menores desses terrenos não são compatíveis com a necessidade de conforto dos interessados, já que em sua necessidade de consumo no âmbito do lazer estão em seus planos os condomínios fechados, sítios, chácaras etc. Graça (2010) avalia que o processo denominado de especulação imobiliária em Barreirinhas deflagrou-se antes mesmo da abertura da rodovia MA-402 e se intensificou na medida em que o destino turístico passou a ser mais divulgado nas mais variadas mídias. Desse modo,

Todo esse processo envolveu questões de uso e modificação do espaço social e da paisagem urbana de Barreirinhas, levando a uma nova ordem espacial de determinadas áreas, tendo em vista a valorização e a conseqüente apropriação do solo urbano e rural por empreendimentos hoteleiros e condomínios residenciais para fins de veraneio. A rigor, essa dinâmica encarna a lógica da mercantilização do turismo nos fluxos de capitais. (GRAÇA, 2010, p. 322)

Pesquisando-se nos classificados dos jornais diários²⁷ do Maranhão, percebe-se uma grande quantidade de anúncios de terrenos de variadas dimensões colocadas à venda no município de Barreirinhas. Esses anúncios citam a localização do terreno para dar ênfase à paisagem do futuro empreendimento, “margeando o rio Preguiças, em uma das melhores áreas da cidade.”

Os segmentos sociais que buscam esses novos espaços vão desde grupos empresariais, associações de funcionários de grandes empresas, grupos familiares e de amigos. Hoje, grandes redes de hotéis das regiões norte e nordeste, desde 2009, também se estabeleceram nas proximidades da comunidade em estudo. Nessas áreas suburbanas e rurais esses novos moradores temporários encontram conforto e privacidade. No entanto, o aspecto

²⁷ Jornal *O Estado do Maranhão*, suplemento “Classificados”. São Luis, 5 jun. 2012.

arquitetônico das residências dos moradores locais permanece inalterado, expondo o contraste com as novas moradias (cf. foto a seguir).



Foto 12 e 13 - Contrastes nas moradias.

Fonte: acervo da autora

O Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo em Barreirinhas (2011) afirma que existem no município 50 estabelecimentos de hospedagem, com 717 unidades habitacionais e 1.828 leitos, distribuídos na sede do município e às margens do rio Preguiças. Entre esses estabelecimentos de hospedagem destacam-se pousadas, hotéis, *resort*, *flat*, condomínios, além de casas de segunda residência (casa de temporada), que suprem a demanda regional.

Convém ressaltar a dificuldade de dados quantitativos das chamadas segundas residências, que não constam nos documentos pesquisados. No entanto, a pesquisa de campo revela a existência e uso destas nos períodos de férias, finais de semana e feriados prolongados.

O estudo e a preocupação com essa categoria específica, que se entende aqui como segunda residência, de acordo com Tulik (2001), é relativamente recente no Brasil. A partir do recenseamento demográfico de 1970, tem-se um entendimento das segundas residências, pois estas aparecem incluídas entre os domicílios fechados. Eram assim considerados os domicílios que serviam ocasionalmente de moradia em períodos de férias ou fim de semana (casa de praia ou campo), já que os moradores temporários não estavam presentes na data do censo do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). No censo demográfico de 1980 já aparecem designados como de “uso ocasional”. No censo demográfico de 1991 foi aperfeiçoada a forma de identificação dessas moradias, classificando o tipo de domicílio como de uso ocasional (urbano e rural). Entretanto, ainda há dificuldade

de especificar melhor as várias residências turísticas temporárias. A autora citada percebe a extrema complexidade que envolve a questão conceitual e a obtenção de dados estatísticos sobre meios de alojamento em geral, especificamente as residências secundárias.

Ainda segundo Tulik (2001), a questão conceitual e a busca por uma definição são reflexos dos muitos termos alternativos de sentido amplo e restrito e aplicados conforme as modalidades turísticas, portanto, alguns termos são usados: domicílio de uso ocasional, residência turística, residência secundária, segunda residência, casa de campo, de temporada, de praia, de veraneio, chalé, cabana, sítio, chácara de lazer ou de recreio. Todas essas definições expressam uma oposição ao domicílio principal ou residência fixa.

As novas moradias temporárias no povoado São Domingos requerem vastas áreas para tomar a forma de condomínios com unidades habitacionais, casas que são alugadas nas altas temporadas, sítios e chácaras.

Os condomínios são desenhados com unidades habitacionais de 10 a 15 chalés ou casas em seu interior, além de píer para lanchas e *jet-skis*. No local também há muitas áreas já vendidas e muradas que se tornaram canteiro de obras.

A chegada dos moradores temporários na comunidade em estudo traz em seu enalço a descaracterização espacial dessa comunidade tradicional, que anteriormente vivia em suas tarefas de homens e mulheres simples.

A construção de condomínios é controversa: por um lado, é defendida a questão de segurança; por outro, alguns pontos negativos são observados, como: segregação socioeconômica, diminuição da acessibilidade (já que os sistemas viários são privatizados) e pobreza nas relações sociais diante da pouca interação comunitária. (SABOYA, 2007, [online]).

4.5 Os impactos das atividades de veraneio sobre a população local

O fenômeno do veraneio assinala uma questão que não está exposta nos planos governamentais de turismo - a invasão da intimidade dos moradores locais, pois o uso da beira do rio pelos veranistas para banhos e lazer náutico interfere nas atividades corriqueiras, como a pesca artesanal, a lavagem de roupas, a confecção da farinha de mandioca nas casas de farinha da beira do rio, o banho dos animais, a saída ou chegada de uma embarcação. O movimento intenso de lanchas e carros também interfere na tranquilidade e privacidade da população local, sobretudo dos mais velhos. O senhor Isac Machado comenta,

Aqui ficou pequeno, as canoas apanhando na beira dos cais, se batendo uma na outra [...] a raiz da jussara e do manguê tá limpinho como outra coisa, porque a maresia é como beira de costa, mas de trezentas voadeira [lancha] pra lá e pra cá, vai ficar algum peixe? As voadeira aterram o rio, a areia vai chegando pro centro do rio. Então é preciso ter um limite, vamos ter tudo no mundo, mas vamos ter um comportamento pra poder usar uns com os outros, quem é que vai olhar isso aí, o prefeito que é do lado mais forte não olha, quem é que vai olhar?

Uma questão muito séria na comunidade São Domingos é a diminuição dos portos que a comunidade utilizava pra suas atividades diárias, como lavar roupa, banhar um animal, desembarcar uma carga que chega de canoa ou barco. Antes, eram locais coletivos; hoje se tornou área de lazer com bares e restaurantes em que os veranistas aproveitam seus finais de semana, feriados e férias escolares para se distraírem com seus apetrechos náuticos (jetskis, e lanchas). O senhor Isac Machado, revoltado com a situação, desabafa;

Vou chamar as autoridades e explicar que antigamente no porto grande se tecia curral de vara de tucum, de najá pra botar no rio pra pescar peixe. Veio andando, vem vindo foi apresentado o dono do beijo do rio. Hoje tá um beco. Um bar de um lado e um bar de outro. Ninguém salta mais, sábado, domingo tá lotado [terminado pro pessoal do lugar]. Lá na frente onde era o porto do vovô, hoje é um bar no porto, lá é privatizado... Nós não podemos saltar nem encostar com carga, no beijo de um rio pesqueiro, né... E lá na frente os vizinho do outro lado da estrada do beijo do rio que não tem ninguém, que é da marinha, cercaram. Se a gente amarra uma canoa, o cara solta do moirão, como se fosse quem? Então tem que ter um prefeito, tem que ter uma autoridade, tem que acionar a Marinha pra vim liberar um porto pro povo. Porque nós não temos, não pode encostar lá nada porque tá privatizado. As autoridades não botam a Marinha aqui, botam é o IBAMA, se a gente corta um pau pra fazer um carvão o IBAMA não deixa, impede de você cortar um pau e a Marinha não tá por quê?... aqui é absoluto, o cabra faz o que tem vontade, depende você ter dinheiro. Ter dinheiro aqui você tem tudo na vida. E vem amedrontando a população. Acabou-se tudo, tá acabando. Nós vamos correr pra onde? O negócio aqui tá feio e ficando mais pior. Nós pra banhar, não banha mais. O rio tá à vontade, mas tá fechado as entradas pro rio. Então é preciso nós se encostar prum perfeito que ele acione a Marinha e venha liberar a área que é pra ser do povo. Não é pra tomar, ele tira a cerca e o prefeito ajeita um porto grande que faça a vontade de todo mundo, que todo mundo banhe, lave roupa, bote sua canoa... Então é necessário a gente ver as coisas que todo mundo precisa na beira de rio desses aqui. Não resta dúvida que o barão tenha a pousada dele, mas também tem que ter o lugar do pobre também, senão ele não come o peixe, não come o caranguejo, porque, por onde ele ir buscar, tá fechado. A tendência é comprar o beijo do rio todo e fechar. Vamos ter limite, pera aí [...].

O cercamento das margens do rio com a finalidade de construir casas de veraneio, restaurantes e pousadas com o consentimento das instâncias de poder é um abuso, pois restringe o ir e vir da comunidade no âmbito de sua mais relevante e antiga fonte de sobrevivência - o rio. A intimidade que essa população tinha com o rio gradativamente é rompida. A comunidade começa a perceber que a força de quem tem o dinheiro se sobressai à coletividade local. No entanto, isso não é determinante, pois nas rodas de conversas na

comunidade é discutida uma alternativa de acionar as autoridades exigindo uma reparação quanto a esse prejuízo.



Foto 14 - Principal porto da comunidade São Domingos.

Fonte: acervo da autora.

Essas percepções são conflitantes, pois, apesar dos discursos sobre desenvolvimento sustentável, ditos nos planos de turismo municipal e estadual, assim como no Plano Diretor do município, não há imparcialidade. Ao contrário, através de seus instrumentos, coloca-se a serviço de grupos hegemônicos, e de seus interesses. No caso específico da comunidade São Domingos e povoados vizinhos, as arbitrariedades na apropriação das margens do rio por pessoas influentes e grupos empresariais são visíveis. Os órgãos governamentais como o ICMBIO e a Marinha, diante da legislação, não respeitam nem mesmo as áreas comuns dessas comunidades. Multam os pequenos e agraciam os grandes. A fala do senhor Isac Machado reforça que

Se botar uma roça o IBAMA imbarga: tá cortando a beira do rio, tá desmatando [...] e as voadeiras secando o rio. Na levada²⁸ não se passava com a maré seca, hoje

²⁸ Canal que serve de atalho no trecho do rio na área de São Domingos, feito pelos próprios moradores há mais de sessenta anos. Dessa forma, não precisavam contornar o rio para chegar ao porto. Como o transporte era feito de canoas e de acordo com o movimento das marés, remos e braços humanos, esse canal foi útil à população, pois diminuiu a distância do povoado à sede do município. Hoje os moradores alegam que as lanchas (voadeiras) estão cavando o canal (levada).

passa um barco, porque elas tão cavando. O Ibama tá passando por dentro do que tá mal feito, mas se você cortar um pau vêm lhe multar.

Os moradores locais ainda chamam de Ibama a entidade governamental ambiental de fiscalização, apesar de atualmente ser o ICMBIO a entidade que atua com essa função.

Na fazenda próxima que margeia o rio, chamada de “Vila Regina”, era comum os moradores entrarem em acordo com o proprietário e fazer roça de arroz, banana, mandioca ou mesmo deixar o gado para pastar. Hoje, segundo eles, o dono não deixa, alegando que é contra as normas do ICMBIO, permitindo apenas plantios de tempo curto, que sejam colhidos com três ou quatro meses.

Das mudanças provocadas pelo turismo de veraneio, a inflação dos preços é uma das reclamações presentes entre os moradores. Segundo eles, não há diferença entre o valor cobrado para um turista e para a população local; todos compram no mesmo valor. Novamente o senhor Isac relata:

Então quem vive neste lugar aqui se quiser comer um peixe, ou ele vai pescar ou então vai comer ovo, porque não pode comprar um quilo. E não posso comprar do meu vizinho porque ele vai vender lá pro turista [...] donos de restaurantes, que espera os turistas pra comprar de 25 reais o quilo de 30 ou 40; depois de pronto vai valer esse dinheiro.

A população local sente-se prejudicada com a inflação gerada pelo turismo de veraneio. Se antes o peixe era farto e barato, pois os pescadores chegavam das praias com suas canoas cheias de siris, caranguejos e peixes, que eram vendido ali mesmo no porto à beira do rio. Hoje é bem diferente: os restaurantes e as pousadas compram tudo. A própria transformação das relações socioculturais e econômicas provocada pela efervescência do turismo dificulta a sobrevivência da comunidade em seu espaço, pois são obrigadas a se submeter a uma alimentação pobre em nutrientes.

Essa busca pelo exótico e sua transformação em mercadoria é uma realidade na comunidade São Domingos, pois os terrenos são transformados rapidamente em belos empreendimentos que causam admiração entre os moradores locais. O senhor Roberto Oliveira relata que

Às vezes o terreno vendido por vinte mil reais não tem nada, somente a cerca e o mato. Aí quando passa uns dias começa a construir. Quando você pensa que não tá com uma casa mais de 80, 100 mil reais, 200 mil. Aí vai muro; aí quando mura tá valendo 500, um milhão de [...] Aquele cara, ele comprou aquele terreno ali na época, foi 80 mil. Hoje chega lá com 5 milhões vê se ele quer. Quer não, só as casas que ele já fez, o terreno, o sítio de coco todos botando. Só casa lá parece que tem 3

ou 4 casas grandes. E tá murado todinho, não é só na frente da casa não. Ele pegou murou foi tudo.

Na comunidade São Domingos cresce o número de terrenos vendidos que logo são murados, diferenciando-se dos demais. São construídos quilômetros de muros, numa clara impressão de apartação.



Fotos 15 e 16 - Os muros que se erguem

Foto: acervo da autora

Krippendorff (2000) aborda essa questão afirmando que a estrutura trabalho-moradia-lazer-viagens se insere num quadro de quatro campos de força que incorporam uma complexa rede de relações: o subsistema sociocultural, subsistema econômico e o subsistema político. A economia se caracteriza pela crescente concentração ao domínio das grandes empresas. Nesse sentido, os valores do “ter” suplantam os valores do “ser”; a posse, propriedade, fortuna, consumo, egoísmo vêm antes de se perceber a comunidade.

O fenômeno do turismo na comunidade São Domingos gera contrastes evidentes. Maricato (1996) nos leva a refletir sobre essa questão afirmando que o processo político e econômico brasileiro construiu uma das sociedades mais desiguais do mundo e teve no planejamento das cidades um instrumento de dominação ideológica. Isso teria contribuído para a formação de um mercado imobiliário restrito e especulativo. O capital imobiliário e as empreiteiras contam sempre com a definição dos investimentos que não obedecem a nenhum plano explícito.

A pressão exercida pela especulação imobiliária sobre essa comunidade produz uma alteração em suas tarefas cotidianas, até mesmo levando desterramento gradativo de parte de sua população, pois é frequente a saída de jovens da comunidade em busca de empregos em outros municípios e até mesmo fora do Estado. As vantagens divulgadas nos Planos de Turismo pelos governos estadual e municipal não incluem a força de trabalho local.

Esses jovens, percebendo as terras de seus pais e avós sendo apropriadas por novos moradores, não veem alternativa senão se alistarem nas frentes de trabalho temporário como forma de terem alguma renda.

Empreendedores e consumidores do turismo trazem novos valores em relação à terra, ao dinheiro e ao lucro. Assim, as famílias, que antes viviam da pequena produção de seus roçados, sítios, pesca e da coleta de frutos nativos, as vendem e se jogam a esmo na busca de outro lugar para viver, distanciando-se da sua antiga terra e perdem a identidade cultural de seus antepassados. Aquelas que resistem, convivem agora com novos vizinhos que têm hábitos e gostos bem diferentes. O contraste persiste na imponência dos novos empreendimentos imobiliários turísticos e na simplicidade da população local, de suas casas e de sua maneira de viver.

Sabe-se que nesses casos há desterramentos e afastamentos, pois a procura por terras para finalidades do turismo diminuiu a atividade agrícola, assim como a do artesanato, das pequenas criações e da pesca, entre outras atividades.

O processo de expropriação vivenciada por trabalhadores em áreas rurais, motivado pela escassez de terras, que passaram a ser objeto de desejo dos veranistas que adentram na comunidade, transformando-as em propriedades de lazer, leva a migrações temporárias. Assim, intensificam-se a busca por essas ocupações, bem como a migração de jovens do sexo masculino para outros lugares. O senhor Hugo Rocha²⁹ comenta sua jornada:

Eu passo 40 dias no campo e vinte dias em casa; meu regime é dois por um; a refeição é por conta: café, almoço, jantar, merenda dormida e passagem de ida e volta pra casa. Todo dia ao levantar penso em casa [...] ligo sempre. A gente chama de embarque, a gente embarca 40 dias. Quando você chega lá que você se apresenta você já embarcou aí você vai se programar pra 40 dias.

Segundo Martins (1997), a migração temporária tem um efeito devastador sobre a vida desses segmentos sociais, pois rompe laços familiares, expressa a miséria e a impossibilidade da sobrevivência econômica no pequeno lote, próprio ou alheio; denuncia a exploração que inviabiliza a vida sedentária, impõe-lhe a vida nômade, que desmoraliza, e empobrece suas vidas sociais.

Com os pequenos ganhos adquiridos nessas ocupações temporárias, ou juntando suas economias, vendendo suas propriedades; dessa forma essas pessoas vão gradativamente se inserindo nos negócios do turismo. Compram um meio de transporte (náutico ou terrestre)

²⁹ Depoimento cedido em julho de 2012.

para os serviços de locação aos turistas nos circuitos da região, e essa passa a ser mais uma nova atividade de trabalho.

Outros moradores complementam a renda trabalhando em pousadas, condomínios e pequenos restaurantes que foram abertos na comunidade e em áreas vizinhas, nas funções de vigia, diarista ou garçom, e ganham, em média, 200 ou 250 reais quinzenalmente.

A comunidade São Domingos vem sofrendo com o processo da especulação imobiliária atrelada às pressões socioculturais e políticas. Com um modelo de desenvolvimento turístico local, coadunado a grupos empresariais com visão inteiramente econômica e de cunho urbano-industrial que não levam em conta a presença dessa população e de suas práticas tradicionais.

Por exemplo: as práticas camponesas e atividades pesqueiras, com seus valores, vão sendo gradativamente descaracterizadas e tomadas por valores e práticas urbanas.

Na comunidade São Domingos a população local se transforma em serviçais dessa nova população chegada com o processo de invasão das segundas residências, condomínios e pousadas. A moradora Rosa Amélia Santos fala sobre seu cotidiano nos períodos dos feriados prolongados:

Trabalho só por temporada. Eles [veranistas] ficam sexta, sábado e domingo. Eles pagam por temporada [...] eles diz que a gente não é de carteira assinada. É só diarista. A gente não tem direito em nada [...] a gente também perde o tempo da gente. A gente não faz muita coisa, mas a gente tem a casa da gente, tem um canteiro, tem uma maniva [planta da mandioca] pra plantar. Aí dia de sexta feira eu não vou pro serviço [a roça e canteiros] mas vou pra lá alimpar a casa, tanto eu como as outras [...] eu deixei o artesanato mais um pouco, e aí pra ir pra ali [condomínio]. Continuo fazendo artesanato, não era como antes.

As tarefas das “diaristas” desses condomínios fechados são completamente diferentes de suas atividades tradicionais, inclusive a forma de temperar, cozinhar e cuidar da limpeza das casas desses novos moradores. Com uma arquitetura diferente das casas dos moradores locais, com janelas e portas de vidro, quadros, obras de arte e jardim, além do mobiliário, essas mulheres mudam gradativamente seus hábitos no âmbito dos cuidados domésticos.

Com a especulação imobiliária ocorre uma alta rotatividade de proprietários das moradias temporárias motivada pela venda desses imóveis. Esse fato conduz a reclamações por parte dessas mulheres “diaristas”, alegando que muitos proprietários vão embora e não voltam à comunidade nem para pagar as diárias atrasadas.

Esses sintomas são as consequências do capital, que é o senhor dessas mudanças que trazem e fazem deformações tanto no meio ambiente quanto no meio socioespacial. A

natureza e as tradições são descaracterizadas e até mesmo diluídas no meio dessa nova ordem que chega através das transformações atreladas aos programas de turismo dos governos municipal e estadual.

Assim, Barreirinhas e suas comunidades tradicionais se tornaram lugares desejados para o relaxamento da população citadina. A localidade se tornou espaço de exibição e disputa de quem tem a casa mais exuberante e os bens de lazer (lanchas, jet-skis, quadriciclos, hidroaviões etc) mais luxuosos. Dessa forma, passar o final de semana se deliciando com os ares e paisagens naturais, virou sinônimo de *status*.

Essas manifestações de status reflete diretamente na corrida imobiliária com a suntuosidade dos imóveis e suas localizações privilegiadas. A instância máxima da competição capitalista se dá no usufruto de tudo o que há de melhor na sociedade tecno-industrial.

O grupo de pessoas que chega causa estranhamento ao grupo de dentro; os valores urbano-industrial trazidos pelo de fora com forma de pressão deixam vulneráveis as práticas locais. Dessa forma, a mentalidade capitalista tenta suplantam o modo de viver dessa população.

Barreirinhas e suas comunidades ribeirinhas se tornam um espaço de lazer e de entretenimento; as pessoas chegam fugindo do estresse cotidiano das cidades e seus congestionamentos. Novamente o sr. Isac Machado fala o que acha da forma como o turismo chega à comunidade:

[...] aí o turismo cresceu pra matar o pobre [...] aqui ele trouxe foi lixo. Vem dois ônibus de São Luís com sacola de bebida, comida e farofa pra vim cagar dentro do rio pra dar de comer pra papista [peixe], não tem banheiro que dê conta. Quando tá de tarde vão embora e o rio cheio de merda [...]³⁰

A chegada de um grande número de pessoas à região dos Lençóis, em especial na comunidade São Domingos, tem uma característica bem diferente: são grupos de pessoas que vêm passar o dia em excursões ou que adquirem casas em condomínios fechados, pequenos sítios ou chácaras, pousadas e hotéis. Nesses locais de moradias temporárias fazem suas festas e suas aventuras náuticas em lanchas e *jet-skis*.

Esse fenômeno novo que se configura na comunidade em estudo torna o local um ambiente modificado, em que se alterou o viver diário da população local. Dessa forma, o que resta a essa comunidade são apenas os resíduos, por exemplo, o mau cheiro dos esgotos, o barulho de seus transportes terrestres e náuticos, o desmatamento das encostas e áreas de mata

³⁰ Depoimento cedido em junho de 2012.

nativa, além da própria alteração sociocultural produzida por processos desse tipo em comunidades tradicionais. Para manter seu conforto nas segundas residências, os chegantes se apropriam das áreas agrícolas e pastoris da comunidade.

Na comunidade São Domingos, com os diversos novos empreendimentos turísticos, verifica-se a modificação da paisagem e dos costumes. A corrida pelo mercado de terras na região desenvolve-se rapidamente.

Na intenção de compreender a relação entre mercado e terra, percebe-se que o Estado brasileiro - e maranhense - cumpre o papel de controlador da produção de riquezas e intermédia os desequilíbrios sociais com o uso da força coercitiva.

Nesse caso, há uma oposição de interesses. De um lado, aqueles que veem a localidade como lugar para viver. Por outro, o capital imobiliário, para o qual aquele espaço se tornou um bom negócio, buscando sempre extrair lucros.

4.6 A simbiose entre a tradição e modernidade na comunidade

São Domingos é um espaço que sofre interferência dos valores exógenos, ou seja, as práticas urbanas, geradas pelo fenômeno do turismo. Assim, novos homens, novos empreendimentos e novas relações socioeconômicas e culturais se configuram nesse espaço. Nesse embate entre valores exógenos e valores endógenos nasce o conflito. Os valores exógenos buscam no veraneio e no chamado ecoturismo exatamente o exótico, aquilo que está ausente nas cidades padronizadas.

Certeau (1994) afirma que espaço é a construção de um lugar com história. Nesse espaço acontecem as relações do homem com o lugar. São Domingos, nesse caso, é um espaço de tradições próprias que se transforma num espaço metamorfoseado com a inserção do desenvolvimento turístico, constituindo-se numa simbiose cultural.

Nessa simbiose se assiste ao desmonte da sociabilidade devido a invasão do espaço íntimo das pessoas. Enquanto a terra passa a ter valor de troca, o artesanato se configura como valor exótico, mero objeto de contemplação. O lazer dos outros (os de fora) contrasta com a vida cotidiana. As novas moradas temporárias no povoado se configuram no que Lipietz (1988) diz sobre consumo privativo de uma grandeza, a superfície. Assim, o espaço é um bem que pode ter um preço: preço do solo e renda fundiária.

A comunidade São Domingos experimenta o tempo do mercado turístico que se insere nos pressupostos e nas práticas de uma sociedade que ainda é regulada pelo tempo da pesca, do plantio, do artesanato, da criação de pequenos animais, do extrativismo, dos ritos

sociais e religiosos que demarcam seu calendário de vida. Sobre isso, Thompson (1998) comenta que a medição do tempo nessas comunidades está relacionada com processos familiares no ciclo do trabalho ou das tarefas domésticas. Assim, a lógica da necessidade é o ponto norteador; parece haver pouca separação entre o trabalho e a vida. As relações sociais se misturam com o trabalho.

Para Martins (2008, p. 13) a modernidade brasileira “é uma composição residual de vários tempos, modos de ser e de pensar, mentalidades justapostas a estruturas e relacionamentos sociais de varias épocas, sobrevivências e adventos constitutivos do contemporâneo”. Na comunidade São Domingos a força transformadora do turismo atua seletivamente, distribui seus benefícios e seu impacto desigualmente. Dessa forma, o tradicional e o moderno convivem mutuamente nas permanências e rupturas do cotidiano.

Martins (2000), na obra *A sociabilidade do homem simples*, reforça que a modernidade, anunciada aos quatro cantos com suas promessas de progresso linear, não mostrou suas realizações realmente humanas. A modernidade se pautou em um caráter ambíguo. A partir dela, se construíram desigualdades e desencontros que conduziram, nas palavras do autor, na “angústia cotidiana da incerteza”, plasmada nos mais diversos espaços da sociedade brasileira.

Na discussão em torno do conceito do *tradicional*, podemos considerar a comunidade em análise como não fazendo parte do sentido clássico de tradicional, como nos alerta Hobsbawn (2008), pois essa comunidade se inicia na modernidade, no entanto, tem práticas não urbanas, ou seja, uma tradição construída ou resignificada.

Diegues (1996) enumera algumas características das ditas culturas tradicionais: conhecimento e simbiose com a natureza; noção de espaço onde o grupo vive e se reproduz econômica e socialmente; ocupação do território por várias gerações; atividades de subsistência; baixa acumulação de capital; importância dada à unidade familiar ou compadrio; e importância de rituais associados à pesca, a atividades extrativistas e à agricultura.

Através da instituição da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos chamados povos e comunidades tradicionais, pelo Decreto Nº 6.040 de fevereiro de 2007, esses grupos sociais passam a ter reconhecimento na sociedade dita moderna. O artigo 3.º desse documento expressa:

São grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

Nessa discussão, o tradicional é percebido como consciência do presente, das lutas de hoje, como o grupo está estabelecendo sua relação com os meios de produção. Assim, de acordo com Almeida (2008), o tradicional nada tem a ver com imemorial. O tradicional é uma cultura, é uma maneira de ser e se firmar identitariamente.

Nesses grupos sociais, segundo Giddens (1991), as relações de parentesco são fortes, com laços sociais sólidos. A comunidade local fornece um ambiente familiar, enquanto a tradição é um meio de conectar presente e futuro; é um ambiente de confiança. Diferentemente, na sociedade dita moderna, as relações sociais são desencaixadas.

Nas relações modernas, o viver se torna contraditório, com forte organização burocrática, com poderes de controlar e destruir comunidades em seus valores e vidas, já que conduz a rápidas mudanças. Com a introdução do modelo de sociedade burguesa, ocorreu o desenvolvimento de uma individualidade sem precedentes. Segundo Heller (1989, p.87),

[...] essa sociedade ao subsumir o indivíduo sob sua classe, ao submetê-lo às leis econômicas como se fossem leis naturais, aboliu aquela grande possibilidade e fez dos indivíduos livres nada mais que escravos da alienação, até o ponto em que de facto se viram colocados num nível inferior [...].

A prática do veraneio desarticula as antigas atividades na comunidade São Domingos; como se vê no casos dos pescadores, pois seu ambiente de pesca se torna um ambiente de lazer; no dos agricultores familiares, em que a terra passa a ser valorizada pelo mercado imobiliário; no das atividades de coleta de frutos nativos, que se tornam mais difíceis, pela escassez dessas plantas em consequência da devastação.

No entanto, no cotidiano das populações tradicionais, percebe-se uma apropriação dos valores da cultura capitalista. Há um processo de incorporação, resignificação e resistência que faz com que essas comunidades percorram a tradição e a modernidade na busca de adaptação e reconstrução de suas identidades sociais.

Castells (1999) avalia que esse é um dos debates mais antigos dos estudiosos das ciências sociais, pois refere-se ao desaparecimento da comunidade, em razão da urbanização e suburbanização. O autor argumenta que atualmente as pessoas resistem ao processo de individualização, tendendo a agrupar-se em organizações comunitárias que geram um sentimento de pertença e, em muitos casos, uma identidade cultural comunal, fruto da mobilização social. Assim, as comunidades locais, construídas a partir da ação coletiva e preservadas pela memória coletiva, são fontes específicas de identidades. No entanto, essas identidades con-

sistem em reações contra as condições impostas pela desordem global e transformações aceleradas.

As identidades não são fixas; são construídas nas relações sociais. Nesse caso, a história que a comunidade São Domingos faz está aberta, assim como a dos vários grupos humanos. No entanto, a permanência de vivências dos antigos é uma constante.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O turismo constitui uma atividade econômica que se tornou relevante na sociedade contemporânea, dada à dinamicidade e complexidade das instâncias de poder no mundo moderno.

Os Lençóis Maranhenses, região divulgada na mídia em geral, mudou o foco do turismo no Maranhão. Hoje, não é somente São Luís e Alcântara que os visitantes querem conhecer. Permanecem mais tempo no Estado, no intuito de chegar à região dos Lençóis Maranhenses.

Os planos governamentais de turismo, em âmbito estadual e municipal, trazem em suas entrelinhas a paisagem da região dos Lençóis Maranhenses e suas comunidades como um produto disponível, à venda. Uma estratégia principal dos planos é o investimento na propaganda. O efeito dessa propaganda contribuiu para a intensidade da especulação imobiliária no município de Barrerinhas. Assim, transformou o espaço local de forma abrupta, promovendo muitas rupturas.

Em lugares de atividade turística sobressai-se um fator preponderante à diversificação da população: a residente e a visitante. A inserção do município de Barreirinhas nessa nova atividade econômica intensificou a construção de imóveis destinados a hospedagens e casas de veraneio ou segundas residências, conduzindo ao encontro dessas duas populações de forma nem sempre amistosas.

A realidade político-econômica – brasileira e maranhense – mostra a atualidade dos estudos, vistas tanto em Marx quanto de Gramsci, que o processo de globalização, como parte da reprodução do capital, chega à região, em especial na comunidade pesquisada, como um desenvolvimento deformado. Acontece a separação entre as necessidades sociais e a condução política.

Na direção política, fica clara a subordinação às elites empresariais ou governamentais sob a hegemonia do capital. Não são aceitas as decisões em relação a um desenvolvimento local. As forças sociais são engessadas. A cooptação ideológica das entidades e movimentos sociais impede a criação de uma nova hegemonia baseada na organização e força local, para que a comunidade possa intervir concretamente na política, no sentido de aperfeiçoar a democracia.

A estrutura política brasileira e conseqüentemente a maranhense, através de seus órgãos oficiais, está concatenada com o sistema econômico vigente. Desse modo, as decisões

acatadas são sempre as do mercado econômico, desarmando a sociedade através do jogo duplo da ideologia dominante.

Na região há evidências de “vistas grossas” do poder municipal em relação a negociações de terrenos de legalidade duvidosa. Corporações privadas e governamentais se enlaçam nas tramas que se encerram nas construções de hotéis e casas de veraneio nas margens do rio, desobedecendo a legislação vigente. As posses ilegais no município de Barreirinhas se tornaram notório caso de polícia, envolvendo personalidades políticas e empresariais.

A problemática se acentua diante do pseudodesenvolvimento que chega à localidade, comandado por interesses individualizados e, ao mesmo passo, transformador da identidade local. O turismo, do modo em que é implementado, acaba por trazer uma dinâmica nova que se configura de maneira irreversível.

A relação do turismo com o ambiente natural se torna impactante, pois conduz à destruição de formações naturais, como manguezais, rios e lagos. Assim também modificam a paisagem socioespacial, principalmente das áreas de comunidades ribeirinhas e litorâneas.

Apesar dos discursos sobre sustentabilidade, é comum nessas comunidades o turismo predatório, gerador de poluição, de desrespeito com a comunidade local; também gerador de especulação imobiliária, pois a terra passa a ser supervalorizada.

A comunidade São Domingos, como muitas no Maranhão, carrega traços de grupos sociais tradicionais, que sofrem mudanças advindas das novas atividades econômicas, sendo o turismo um dos principais fatores. Assim, tanto o turismo rural quanto o ecoturismo e o de veraneio exploram o patrimônio natural e as festividades tradicionais dessas localidades, ao mesmo tempo em que interferem na cultura desses grupos.

Em se tratando de espaços que congregam relações de trabalho tradicional e ambientes rurais, a dicotomia campo-cidade é presente. As mudanças que chegam são qualificadas de desenvolvimento, no entanto, ele chega a essas localidades comandadas por interesses particulares e, ao mesmo passo, destrutivos da identidade local. Carrega no seu arcabouço a produção de grandes periferias rurais. O modo como é estabelecido o desenvolvimento do meio rural acaba por transformar todo o cotidiano. Como se observa, o desenvolvimento em questão é dependente e articulado no contexto de uma economia capitalista internacionalizada, geradora permanentes de desigualdades.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo W. B. **A ideologia da decadência: leitura antropológica a uma história da agricultura no Maranhão.** Rio de Janeiro: Casa 8/ FUA, 2008.

_____. Identidades, territórios e movimentos sociais na Pan-Amazônia. In: MARIN, Rosa E. Azevedo. **Populações tradicionais: questões de terra na Pan-Amazônia.** Belém: UNAMA, 2006.

ALMINO, J. A filosofia política do ecologismo. In: FERNANDES, M.; GUERRA, L. **Contra discurso do desenvolvimento sustentável.** 2. ed. rev. Belém: UNAMAZ-NAEA, 2006, p. 43- 44.

ANDRADE, J. **Comunidades tradicionais ocupam um quarto do território nacional.** 2 ago. 2006. Disponível <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2006-08-02/comunidades-tradicionais-ocupam-um-quarto-do-territorio-nacional>>. Acesso em: 20 jul. 2012.

AUDIÊNCIA DISCUTE normas sobre os terrenos de marinha. Disponível em: <www.jusbrasil.com.br/noticias/audiencia-discute-normas-sobre-os-terrenos-de-marinha>. Acesso em: 6 dea. 2011.

BARBOSA, Y. Melgaço. **Historia das viagens e do turismo.** São Paulo: Aleph, 2002.

BARREIRINHAS. Município. **Plano estratégico de desenvolvimento do turismo em Barreirinhas.** Barreirinhas, MA: Prefeitura de Barreirinhas, 2011.

_____. **Lei Complementar n.º 524,** de 5 de julho de 2005. Dispõe sobre a instituição do Plano Diretor do Município de Barreirinhas do Estado do Maranhão e trata de outras providências. Barreirinhas, MA: Prefeitura de Barreirinhas, 2005.

_____. **Lei Complementar n.º 531,** de 6 de julho de 2005. Dispõe sobre zoneamento, parcelamento, uso e ocupação do solo da cidade de Barreirinhas, Estado do Maranhão. Barreirinhas, MA: Prefeitura de Barreirinhas, 2005.

BARRETTO, M. **Turismo e legado cultural: as possibilidades do planejamento.** Campinas, SP: Papirus, 2001.

_____. Relações entre visitantes e visitados: um retrospecto dos estudos sócioantropológico. **Turismo em Análise.** vol. 15, n. 2. São Paulo, nov. 2004.

BECKER, B. **Levantamento e avaliação da política federal do turismo e seu impacto na região costeira.** Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente e Recursos Hídricos da Amazônia Legal, 1995.

BERMAN, M. **Tudo que é sólido desmancha no ar.** A aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BLOG DO ITEVALDO. **E os “donos” de Barreirinhas?** 17 jan 2011. Disponível em: <<http://www.itevaldo.com/2011/01/e-os-%E2%80%9Cdonos%E2%80%9D-de-barrerinhas/>>. Acesso em: 9 jan. 2012.

BOFF, L. **A águia e a galinha**. 21. ed, Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

BRASIL. Lei n.º.9.605 de 1998. In: **VadeMecum Saraiva**. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

_____. Ministério do Turismo. Coordenação Geral de Regionalização. **Ação Municipal para a regionalização do turismo**. Brasília: [s.n.], 2007.

_____. **Comunidades tradicionais ocupam um quarto do território nacional**. Disponível em: <<http://www.fomezero.gov.br/noticias/comunidades-tradicionais-ocupam-um-quarto-do-territorio-nacional>>. Acesso em: 11 dez. 2011b.

_____. Ministério do Turismo. **Embratur - Instituto Brasileiro de Turismo**. em: Disponível em: <[HTTP://www.turismo.gov.br/turismo/o_ministerio/embratur/](http://www.turismo.gov.br/turismo/o_ministerio/embratur/)>. Acesso em: 12 jan. 2011c.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Nacionalismo no centro e na periferia do capitalismo. **Revista Estudos Avançados**, nº 22, ano 2008.

CAMPANHA vote Lençóis ganha apoio do Sistema Mirante para divulgação. *O Estado do Maranhão*. São Luis, 8 dez. 2007.

CASTELLS, M. **O poder da identidade**: a era da informação, economia, sociedade e cultura. São Paulo: Paz e terra, 1999.

CASTRO-GOMEZ, S. Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da invenção do outro. In: LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e as ciências sociais. Buenos Aires: CLACSO (Conselho Latinoamericano de Ciências Sociais), 2005.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. Petropolis, RJ: Vozes, 1994.

COLLINS, R. A. Tradição do conflito. In: COLLINS, Randal. **Quatro tradições sociológicas**. Petropolis, RJ: Vozes, 2009.

COMUNIDADES DENUNCIAM desmatamentos e venda ilegal de terras em Barreirinhas. Disponível em <<http://territorioslivresdobaixoparnaiba.blogspot.com>>. Acesso em: 13 ago. 2011.

COMUNIDADES TRADICIONAIS ocupam um quarto do território nacional. em: <<http://www.fomezero.gov.br/noticias/comunidades-tradicionais-ocupam-um-quarto-do-territorio-nacional>>. Acesso em: set. 2010.

CONCEIÇÃO, Maria de Fátima C. Populações, sociabilidade e reordenação social na Amazônia. In: COSTA, M. J. J. (Org). **Sociologia na Amazônia**: debates e experiências de pesquisa. Belém: Universidade Federal do Pará, 2001.

CONCEIÇÃO, E. **Canções para a vida**. São Paulo: Scortecci, 2010.

D'ANTONA, A. **O verão, o inverno e o inverso**: sobre o modo de vida de comunidades residentes na região do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses. 1997. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, Campinas, SP: 1997.

_____. O lugar do parque nacional na lógica dos Lençóis Maranhenses.. In: XXII Reunião Brasileira de Antropologia, 2000, Brasília. **Anais da 22.a Reunião Brasileira de Antropologia**. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Antropologia, 2000.

DIEGUES, A. C. S. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, 1996.

DUMAZEDIER, J. **Lazer e cultura popular**. 3.ed. São Paulo: Perspectiva, 2000.

ESCOBAR, A. **La invencion del tercer mundo**: construccion y deconstruccion Del desarrollo. Caracas, Venezuela: Fundacion Editorial el Perro y a Rana, 2007.

ESPAÑA, E. D. **La agricultura em espacios periurbanos en el município de Alboraya**. Valencia, Espanha: Universidad de Valencia, 1991.

FERRAZ, Siney. **O movimento camponês no Bico do Papagaio**: Sete Barracas em busca de um elo. Imperatriz, MA: Ética, 1998.

FERREIRA, Aurelio Buarque de H. **Novo Dicionário Aurélio da língua portuguesa**. 3. ed. Curitiba: Positivo, 2004.

FERREIRA, Luiza M. C. J. **Relatório parcial do projeto de pesquisa**: Estudo do deslocamento de famílias camponesas às margens do rio Preguiças. São Luis: SEMA/GERCOMA, 1994.

FIGUEIREDO, S. L. **Ecoturismo, festas e rituais na Amazônia**. Belem, PA: FUNTEC, 1999.

GANDARA, G. S. **Rio Parnaíba... cidades-beiras (1850-1950)**. 2008. Tese (Doutorado em História). Universidade de Brasília. Brasília, DF: 2008. 297 f.

GIDDENS, A. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.

GODOY, P. R. T. de. A produção do espaço: uma reaproximação conceitual da perspectiva lefebvriana. **Revista GEOUSP** - Espaço e tempo: Sao Paulo, nº 23, p. 125-132. 2008.

GOVERNADOR do Maranhão anuncia criação de órgão da Pesca e Aqüicultura. Disponível em: <noticias.ambientebrasil.com.br> . Acesso em 2 jan. 2011.

GRAÇA, I. M. **Barreirinhas em tempo de mudança**: reconstrução de identidades nas rotas do turismo. 2010. Tese (Doutorado em Cultura). Universidade de Aveiro. Aveiro, Portugal, 2010. 324 f.

GRAMSCI, A. **Concepção dialética da historia**. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 1978.

HARVEY, D. O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído em sociedades capitalistas avançadas. **Revista Espaço e Debate**, São Paulo, n. 6, p.6-35, 1982.

HELLER, A. **O cotidiano e a história**. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

HOBSBAWN, E. **A invenção da tradição**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

IBAMA. Relatório de visita técnica à região dos Lençóis Maranhenses, 1995.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estatística/População**. Disponível em: <www.ibge.gov.br/home/conceitos.shtm>. Acesso em: 9 jun. 2011.

_____. **Relatório das cidades do Estado do Maranhão**. 2007.

ICMBIO – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Programa de turismo nos parques**. 2008. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/o-que-fazemos/revistafinal.pdf>>. Acesso em 10 jun. 2011.

INVESTIMENTO em saneamento básico no interior do Estado. Disponível em: <www.caema.ma.gov.br/portalcaema/index.php>. Acesso em: 13 mar. 2011.

INSTITUTO Ambiental Brasil Sustentável - IABS. **Relatório de Atividades 2006-2010**, Brasília, DF: 2011.

PEREIRA, Rafael Alves. Maranhão: ziguezague do rio Preguiças alinhava mangue e povoado. **Folha de S. Paulo**. 4 nov 2004. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/turismo/noticias/ult338u4761.shtml>>. Acesso em: 2 jul. 2011.

O ESTADO do Maranhão. **Classificados** (suplemento). São Luís. Edição de 5 jun. 2012.

KONDER, L. **O que é dialética**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

KRIPPENDORF, J. **Les devoreurs de paysages**. Lousanne: Edition 24 heures, 1977.

_____. **Sociologia do turismo**: para uma nova compreensão do lazer e das viagens. São Paulo: Aleph, 2000.

LEFEBVRE, Henri. **A cidade do capital**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LIPIETZ, A. **O capital e seu espaço**. São Paulo: Nobel, 1988.

MARANHÃO. Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais do Estado do Maranhão. Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Turismo do Maranhão. **Diagnóstico dos principais problemas ambientais do Estado do Maranhão**. São Luís: Lithograf, 1991. 193p.

_____. Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos. **Programa Estadual de Gerenciamento Costeiro**. São Luis: SEMA, 1994.

_____. Secretaria de Estado do Turismo. **Plano Maior - 2002**. São Luís, [s.n.], 2002.

_____. Gerencia de Planejamento e Desenvolvimento Econômico. **Plano de desenvolvimento integral do Turismo do Maranhão: plano maior**. São Luís, 2002b.

MARGEM TERRITORIAL será destaque da 11ª rodada. Disponível em: <geofisicabrasil.com.br/noticias>. Acesso em: 10 out. 2012.

MARICATO, Erminha. **Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência**. São Paulo: Hucitec, 1996.

MARTINS, José de Souza. **Sociabilidade do homem simples**. São Paulo: Hucitec, 2000.

_____. **A aparição do demônio na fábrica**. São Paulo: Editora 34, 2008.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

MASSEY, D. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

MA: CORREGEDORIA detecta irregularidades em registros imobiliários de Barreirinhas. Disponível em: <www.forumcarajas.org.br/> Acesso em: 18 fev. 2012.

MEMÓRIAS DA VIDA. Barreirinhas: [s.n.] 2010. (Cartilha artesanal produzida por membros da comunidade durante oficina do Projeto Vagalume, em outubro de 2010)

MINISTERIO DO TURISMO. **Turismo social: uma viagem de inclusão**. Rio de Janeiro: IBAM, 2006.

MOCHCOVITCH, Luna G. **Gramsci e a escola**. São Paulo: Ática, 1988.

OLIVEIRA, F. **Celso Furtado: economia**. São Paulo: Ática, 1983.

OIT. Organização Internacional Do Trabalho. Convenção n.º 169. **Resolução sobre povos indígenas e tribais**. Brasília, DF, 2011.

ONU. Organização das Nações Unidas. Organização Mundial de Turismo - OMT, 1994.

PACHECO FILHO, A. K. **Varando mundos: navegação no vale do rio Grajaú**. 2011. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense. Niterói, RJ, 2011.

PARAÍSO ACESSÍVEL. Férias: o ano do nordeste. **Veja**. Suplemento: São Paulo: Abril, 2000.

POLANY, Karl. **A grande transformação: as origens da nossa época**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

QUARTA RODADA de licitação Bacia do Parneíba. Disponível em: <anp.gov.br/brasil>. Acesso em: 30 out. 2012.

RAMOS, B. **História de Barreirinhas**: portal dos Lençóis Maranhenses. São Luís, [s.n.]: 2008.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**. Trad. de Roberto Leal Ferreira. Campinas: Papyrus, 1997.

RUSCHMANN, D. Van de Meene **O planejamento do turismo e a proteção do meio ambiente**. Tese (Doutorado em Ciência da Comunicação). Universidade de São Paulo. São Paulo: ECA/USP, 1994.

SABOYA, Renato. Condomínios fechados. In: Urbanidades [blog]. 19 jul. 2007. Disponível em: <<http://urbanidades.arq.br/2007/07/condominios-fechados/>>. Acesso em 09 de jun 2011.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo; razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2006.

_____. **Técnica, espaço e tempo**: globalização e meio técnico científico-informacional. São Paulo: Hucitec, 1985.

SOROKIN, P. A.; ZIMMERMAN, C. C.; GALPIN, C. J. Diferenças fundamentais entre o mundo rural e urbano. In: MARTINS, J. S. **Introdução crítica à sociologia rural**. São Paulo: Hucitec, 1986.

SPÓSITO, Maria Encarnação B. **Capitalismo e urbanização**. São Paulo: Contexto, 1988.

TASSO, João Paulo F. **Turismo na encruzilhada**: estudo sobre os fatores de inserção socioeconômica em destinos turísticos emergentes (Barreirinhas – MA). 2010. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável). Universidade de Brasília – UnB. Brasília, DF, 2010. 188 p.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TUDO SOBRE terrenos de marinha. Disponível em: <www.sosterrenosdemarinha.org.br>. Acesso em: 27 jul. 2011.

TULIK, O. **Turismo e meios de hospedagem**: casas de temporadas. São Paulo: Roca, 2001.

VEIGA, J. E. **Cidades imaginadas**: o Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas. SP: Autores Associados, 2003.

VERANO, R. Paraíso acessível. **Veja**. Férias: o ano do Nordeste. 5 abr. 2000. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br>, acesso em 28 de maio de 2012>.

VILLAÇA, F. **Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil**. In: DEAK; SCHIFFER. O processo de urbanização no Brasil. São Paulo: Edusp, 1998.

WANDERLEY, M. de N. B. A ruralidade no Brasil moderno. Por um pacto pelo desenvolvimento rural. In: GIARRACCA, N. (Org.). **Uma nueva ruralidad em America Latina**: Buenos Aires, 2001.

WILLIAMS, R. **O campo e a cidade**: na historia e na literatura. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

VOLVELLE, M. **Ideologias e mentalidade**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

ENTREVISTAS:

Adriana Oliveira. Agricultora. depoimento cedido em agosto de 2012.

Conceição de Maria Machado Barroso. Agricultora e moradora da Comunidade São Domingos. Depoimento cedido em setembro de 2012.

Edivirgem Santos. Agricultora. Depoimento cedido em julho de 2011.

Eliana Santos. Professora e liderança comunitária. Moradora da comunidade Boa Vista. Depoimento cedido em 29 de abril de 2012.

Enéas Miranda Conceição. 76 anos. Ex-funcionário público; professor; poeta. Depoimento cedido em 20 de fevereiro de 2012.

Francisca Machado. 60 anos. Agricultora. Moradora de São Domingos. Depoimento cedido em junho de 2012.

Hugo Rocha. Trabalhador temporário. Depoimento cedido julho de 2012.

Isac Machado Barroso. Construtor de canoas e barcos; lavrador e pescador. Depoimento cedido em junho de 2012.

Manoel Silva Ramos. 75 anos. Ex-comerciante. Depoimento cedido em julho de 2011.

Maristela Lopes. Moradora temporaria do condomínio Clube do Jipe. Depoimento cedido em setembro de 2012.

Roberto Oliveira. 38 anos. Trabalhador temporário em empresas de pesquisa de petróleo e gás e dono de veículos aluguel de (toyotas). Depoimento cedido em junho de 2012.

Rosa Amélia Santos Barroso. Artesã, lavradora e diarista. Depoimento cedido em junho 2012.

Rosa Machado. Natural de São Domingos; residente no povodo Atins. Depoimento cedido em junho de 2012.

Ramos, Carmem Barroso.

A ação do turismo nos Lençóis Maranhenses: a Comunidade de São Domingos entre a tradição e a modernidade / Carmem Barroso Ramos. – São Luís, 2012.

141 f. : il.

Dissertação (Mestrado) - Curso em Desenvolvimento SócioEspacial e Regional, Universidade Estadual do Maranhão, 2012.

Orientador: Prof.Dr.José Henrique de Paula Borralho.

1.Comunidade tradicional. 2.Modernidade. 3.Turismo sócioespacial.
4.Contradições. I.Título

CDU: 379.85